



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**CRISTIANE MARIA ABREU LIMA**

**A INFERIORIZAÇÃO DA MULHER NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO  
CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: UM ESTUDO À LUZ  
DA ONTOLOGIA MARXIANA**

**FORTALEZA-CEARÁ**  
**2019**

CRISTIANE MARIA ABREU LIMA

A INFERIORIZAÇÃO DA MULHER NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO  
CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: UM ESTUDO À LUZ DA  
ONTOLOGIA MARXIANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Educação do Centro de Educação, da Universidade  
Estadual do Ceará, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Doutora em Educação. Área de  
concentração: Formação de Professores.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Ruth Maria de Paula  
Gonçalves

FORTALEZA-CEARÁ  
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Lima, Cristiane Maria Abreu.

A inferiorização da mulher nas políticas educacionais no contexto da crise estrutural do capital: um estudo à luz da ontologia marxiana [recurso eletrônico] / Cristiane Maria Abreu Lima. - 2019.

1 CD-ROM: 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 130 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Formação de professores.  
Orientação: Prof.ª Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves.

1. Opressão da mulher. 2. Divisão sexual do trabalho. 3. Movimento de Educação para Todos. 4. Emancipação Humana. I. Título.

CRISTIANE MARIA ABREU LIMA

A INFERIORIZAÇÃO DA MULHER NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO  
CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: UM ESTUDO À LUZ DA  
ONTOLOGIA MARXIANA

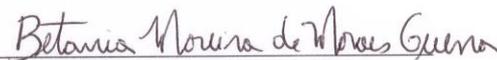
Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação. Área de Concentração: Formação de Professores.

Aprovada em: 28 de fevereiro de 2019.

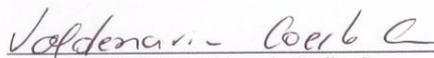
BANCA EXAMINADORA



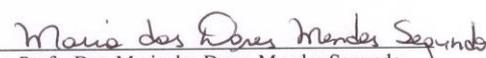
Prof.ª. Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves (Orientadora)  
Universidade Estadual do Ceará – PPGE/UECE



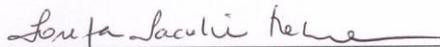
Prof.ª. Dra. Betânea Moreira de Moraes  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes  
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof.ª. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.ª. Dra. Josefa Jackline Rabelo  
Universidade Federal do Ceará – UFC

Dedico esta tese a todas as mulheres que  
ousaram lutar  
que se atreveram a nunca calar,  
a nunca desistir e que, por isso,  
pagaram com suas vidas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família: meu pai (em memória), minha mãe – guerreira, mãe de 14 filhos, que sempre me incentivou a estudar; meus irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas, pelo apoio e ajuda em minha longa jornada acadêmica, impulsionando-me para seguir em frente.

Agradeço de modo muito especial e afetuoso à prof<sup>a</sup> Maria Susana Vasconcelos Jimenez, minha orientadora de iniciação científica, de monografia e de mestrado, com quem tive a honra de aprender sobre a luta de classes e a emancipação humana. Aprendi boa parte do que sei sobre o marxismo no IMO – Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário. Para mim, será sempre motivo de muito orgulho dizer que fui sua orientanda.

Em particular, gostaria de registrar minha gratidão à prof<sup>a</sup> Ruth Maria de Paula Gonçalves, com quem mantive um laço desde a graduação no curso de Pedagogia da UECE. Nosso reencontro como orientadora e orientanda deu-se com o doutorado em andamento e não tenho palavras para descrever o quanto sou grata pela sua orientação. Sua serenidade e sua seriedade teórica contribuíram com esta pesquisa.

Às professoras Betânea Moraes, Jackline Rabelo e M<sup>a</sup> das Dores Mendes Segundo por aceitarem nosso convite para participação da banca, minha profunda gratidão e admiração. Do mesmo modo ao professor Valdemarín Coelho (Mário), sempre muito sereno e comprometido nas análises dos textos.

Aos meus grandes e queridos amigos para a vida toda, que acompanharam minha formação acadêmica e que sempre me incentivaram a prosseguir com minha pesquisa: Adéle, Aline Kelly, Andreza, Dávillo, Ivan, Kariny Maiara, Krishna, Max e Natasha.

Às amigas feitas no PPGE: Stephanie, Núbia, Talita, Cris (Maranhão) e Rogério, obrigada pelas conversas em torno do nosso referencial teórico e pelo compartilhamento das angústias que fortaleceram nossos laços. Não poderia deixar de mencionar meu amigo e poeta, Marcondes, com quem sempre compartilhei meus anseios em relação à pesquisa.

À Juliana, minha companheira de vida e minha parceira de formação política. Obrigada pelo apoio, companheirismo e compreensão nesse momento tão delicado e em que ficamos tão frágeis, você foi a pessoa certa no momento certo. E obrigada também pelas puxões de orelha.

Ao Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO, que, na figura de suas professoras, professores e estudantes, contribuiu para minha formação no campo do marxismo.

Aos professores, alunos e profissionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, em especial à turma de doutorado 2015 e às meninas que trabalham na secretaria do programa – Jonelma e Rosângela, que sempre me atenderam com atenção e educação. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual seria mais difícil o desenvolvimento da pesquisa.

*Nos quarenta e três anos de minha vida  
consciente, permaneci um  
revolucionário. Durante quarenta e dois  
destes, combati sob a bandeira do  
marxismo. Se tivesse que recomeçar,  
procuraria evidentemente evitar este ou  
aquele erro, mas o curso principal de  
minha vida permaneceria imutável.  
Morro revolucionário proletário,  
marxista, partidário do materialismo  
dialético e, por consequência, ateu  
irreduzível. Minha fé no futuro  
comunista da humanidade não é menos  
ardente; em verdade, ela é hoje mais  
firme do que o foi nos dias de minha  
juventude.*

*Natasha acabou de chegar pelo pátio até  
a janela e abriu-a completamente para  
que o ar possa entrar mais livremente  
em meu quarto. Vejo uma larga faixa  
verde de grama sob o muro, sobre ele o  
claro céu azul e a luz do sol por todos os  
lados. A vida é bela, que as gerações  
futuras a limpem de todo o mal, de toda  
opressão, de toda violência e a gozem  
plenamente”.*

*Leon Trotsky  
Coyoacán, 27 de fevereiro de 1940.*

## RESUMO

Expomos, neste trabalho, resultados fundamentais de uma investigação acerca da exploração sofrida pelas mulheres sob o modo de produção capitalista, tendo as políticas educacionais como via de opressão. Demonstramos, em primeiro lugar, que a ocorrência da opressão e exploração da mulher é anterior ao capitalismo, estando intrinsecamente relacionada ao surgimento da propriedade privada, da família monogâmica, da divisão social de classes e do trabalho explorado. Com vistas a desmistificar a opressão sofrida pelas mulheres como um fenômeno de origem natural, biológica ou cultural, revisamos, no segundo capítulo, a teoria marxista, em especial a obra de Friedrich Engels, A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, em que o autor analisa cada período histórico da humanidade como um processo de produção e reprodução não apenas da vida imediata, mas também, da vida social. No terceiro capítulo, examinamos as decorrências da divisão sexual do trabalho sob a condição feminina, relacionadas à crise estrutural do capital e à reestruturação produtiva. No quarto capítulo, mapeamos os documentos oficiais do Movimento de Educação para Todos, destacando a relação entre educação e a paridade/igualdade de gênero mulher contida em tais documentos, os quais tratam a temática como exclusiva da questão de gênero, colocando a educação como a agência responsável por excelência, pela promoção da equidade entre meninos e meninas e do empoderamento das mulheres. O estudo caracteriza-se como bibliográfico e documental, tendo como base teórica o referencial marxista. A partir da perspectiva metodológica do materialismo histórico e dialético, permitimo-nos uma investigação que apreendesse as determinações históricas e as leis que comandam o movimento do real. Nesse sentido, a pesquisa intenta atestar que, enquanto tivermos uma sociedade alicerçada na propriedade privada e na divisão da sociedade em classes, a mulher não conquistará sua efetiva emancipação. Com efeito, a educação enquanto complexo social, segue cumprindo a função de fortalecer a opressão e a exploração sofrida pelas mulheres, então reafirmarmos que somente com a superação da ordem vigente, regida pelas rédeas do capital, a mulher poderá se tornar livre das amarras que as exploram e oprimem.

**Palavras-chave:** Opressão da mulher. Divisão sexual do trabalho. Movimento de Educação para Todos. Emancipação Humana.

## ABSTRACT

We present fundamental results of an investigation into the exploitation suffered by women under the capitalist mode of production, with educational policies as a means of oppression. We show, first, that the occurrence of the oppression and exploitation of women predates capitalism, being intrinsically related to the emergence of private property, monogamous family, social class division and exploited labor. In order to demystify the oppression suffered by women as a phenomenon of natural, biological or cultural origin, we review in the second chapter the Marxist theory, especially the work of Friedrich Engels, *The Origin of the Family, Private Property and the State*, in that the author analyzes each historical period of humanity as a process of production and reproduction not only of immediate life but also of social life. In the third chapter, we examine the consequences of the sexual division of labor under the female condition, related to the structural crisis of capital and productive restructuring. In the fourth chapter, we map out the official documents of the Education for All Movement, highlighting the relationship between education and gender parity / equality contained in such documents, which treat the theme as exclusive to the gender issue, placing education as the agency responsible for excellence, the promotion of equity between boys and girls and the empowerment of women. The study is characterized as bibliographical and documentary, having as theoretical base the Marxist referential. From the methodological perspective of historical and dialectical materialism, we allow an investigation that apprehends the historical determinations and laws that govern the movement of the real. In this way, the research tries to attest that, as long as we have a society based on private property and the division of society into classes, the woman will not conquer her effective emancipation. In fact, education as a social complex continues to play a role in strengthening the oppression and exploitation suffered by women, so let us reaffirm that, only by overcoming the existing order governed by the reins of capital, women can become free from moorings that exploit and oppress them.

**Keywords:** Woman oppression. Sexual division of labor. Education for All Movement. Human Emancipation.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1	A PESQUISADORA.....	15
1.2	BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE A CATEGORIA GÊNERO.....	16
<b>2</b>	<b>NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O MÉTODO MARXISTA E A CONDIÇÃO FEMININA.....</b>	<b>24</b>
2.1	O MÉTODO MARXISTA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.....	26
2.2	APARÊNCIA E ESSÊNCIA.....	30
2.3	COMO NOS CONSTITUÍMOS HUMANOS.....	35
2.4	MARXISMO E A QUESTÃO FEMININA.....	43
<b>3</b>	<b>DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO.....</b>	<b>50</b>
3.1	CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO TRABALHO FEMININO.....	62
<b>4</b>	<b>OS DOCUMENTOS DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA RELAÇÃO MULHER E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>76</b>
4.1	CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PROBLEMÁTICA PARIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO NOS DOCUMENTOS DE EPT.....	106
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>121</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>126</b>
	ANEXO A - RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS POR SEXO – 2018.....	127
	ANEXO B - MÉDIA DE HORAS DEDICADAS A AFAZERES DOMÉSTICOS E CUIDADO DE PESSOAS POR SEXO.....	128
	ANEXO C - BRASIL: NÚMEROS DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIAS E DE ESTUPROS - 2011 A 2016.....	129
	ANEXO D - BRASIL: NÚMERO DE NOTIFICAÇÕES DE ESTUPRO NO SINAN - 2011 A 2016.....	130

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa doutoral é fruto dos resultados obtidos em nossa investigação dissertativa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, intitulada “*A opressão contra a mulher e a educação: uma análise classista do discurso do capital*”, na qual se realizou um exame onto-histórico acerca da condição das mulheres, com vistas a desmistificar a opressão sofrida por elas como um fenômeno de origem natural, biológica ou cultural.

A tese ora em foco tem como objetivo analisar a condição da mulher sob a égide do capital em crise, buscando *analisar a constituição e a consolidação da mulher como ser “inferiorizado” no atual modelo de sociabilidade, tendo as políticas educacionais como vias de fortalecimento deste processo.*

Sendo assim, nossa questão norteadora é: *como constituiu-se e efetivou-se a opressão e a exploração sobre a mulher e sua mão-de-obra, no contexto da crise estrutural do capital e de reestruturação produtiva?* Nesse sentido pontuamos: como se instituiu a opressão sobre o sexo feminino e porque, ainda hoje, é tão naturalizada pela sociedade e pelas próprias mulheres? Como o capital consegue reproduzir e acumular riqueza às custas da opressão e a exploração sobre o sexo feminino?

A concepção de que a mulher sempre exerceu um papel inferior nos diferentes modos de produção cai por terra quando estudamos as sociedades primordiais. As contribuições de Friedrich Engels são fundamentais para a investigação, uma vez que sua concepção materialista da história considera o trabalho não só como causa da evolução humana, mas principalmente como o grande responsável pela transformação do indivíduo animal em um ser social. Será a partir da categoria marxista *trabalho*, fundante do ser social, que conduziremos as averiguações sobre nosso objeto de estudo.

De uma forma geral, o referencial teórico-metodológico orientador de nossa pesquisa é o materialismo histórico-dialético, que nos permite analisar os fatos para além da aparência fenomênica da realidade, possibilitando-nos fazer uma diferenciação entre o discurso oficial, propalado pelos organismos internacionais, e o real, presente na vida cotidiana das mulheres, tendo como objetivo principal atingir a totalidade da problemática a ser estudada.

Compreendemos que este caminho teórico-metodológico poderá nos permitir uma investigação que apreenda as determinações históricas e as leis que comandam o movimento do real, e não só a sua aparência. Nas palavras de Bottomore (2001, p. 260):

Designa uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre essas classes.

Assim, o materialismo histórico-dialético busca estabelecer uma relação entre sujeito-objeto, aparência e essência, o todo e as partes, as quais encontram-se em constante movimento e são ambos elementos constitutivos de uma mesma realidade. O referido método também se apresenta como possibilidade de construção do conhecimento e de intervenção no real.

Visando ao alcance dos objetivos da pesquisa, realizamos um estudo teórico-bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica fez-se necessária uma vez que pretendemos historicizar a origem e a raiz da opressão sobre a mulher, sua construção e consolidação, com ênfase no modo de produção capitalista. A priori, percebemos uma “inferiorização” do trabalho realizado pela mulher em relação ao trabalho realizado pelo homem, que configura empregos mais precarizado e salários menores.

Dessa forma, iremos analisar a opressão e exploração sobre as mulheres, primeiro investigando sua historicidade, uma vez que, como tentamos demonstrar, sua origem é anterior ao capitalismo e sua raiz está intrinsecamente relacionada à esfera econômica, bem como o papel desempenhado pela família monogâmica; em seguida, procuramos compreender como a divisão sexual do trabalho impõe sobre a mulher uma dupla jornada de trabalho – atividades domésticas e na grande indústria; por fim, buscamos desmistificar o discurso presente nos documentos dos organismos internacionais, que dizem respeito a paridade e equidade ao acesso à educação para meninas e meninos.

Não é nossa intenção revisar o marxismo e suas categorias principais, porém, consideramos ser de fundamental importância ressaltarmos as contribuições desse referencial teórico no que diz respeito à emancipação da mulher. Optamos pelo marxismo por acreditarmos que este é o referencial teórico que melhor responde aos anseios da classe oprimida, assim como, também nos deixou uma contribuição de

método não só de pesquisa, mas, principalmente, de atuação política e de confronto contra o capital.

Desse modo, no capítulo 2 apresentamos o método marxista, buscando situar nosso objeto de estudo com vistas a nos apropriarmos do problema em foco, considerando sua particularidade no real em movimento. O capítulo intitulado Notas introdutórias sobre o método marxista e a condição feminina está dividido em *três* tópicos, quais sejam: o método marxista: aparência e essência; como nos tornamos humanos e marxismo e a questão feminina.

O 3º capítulo é dedicado ao exame da divisão social e sexual do trabalho, seus desdobramentos sobre o trabalho feminino na atualidade, no contexto de crise estrutural do capital e da reestruturação produtiva. Para atingirmos tal finalidade nos apoiamos em Karl Marx (2008), Friedrich Engels (1987), Tom Bottomore (2001) Cecília Toledo (2017), István Mészáros (2000).

O capítulo 4 é composto pelo mapeamento e análise da emblemática paridade e igualdade de gênero, presente nos documentos do Movimento de Educação para Todos, sendo que hoje se configura como o 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável e suas implicações acerca da relação mulher e educação.

Portanto, compreendemos que a opressão/exploração contra a mulher não é de ordem divina, não é de origem biológica, não decorre do fato de que o homem, desde sempre, seja superior a mulher e a oprima. Com efeito, segundo Engels (1987), foi a partir da passagem do matriarcado para o patriarcado que se originou a opressão contra a mulher. Então, foram as necessidades econômicas, sociais, a nova forma de organização familiar os responsáveis, digamos assim, pela condição histórica de opressão e exploração da mulher.

Nesse sentido, à luz do referencial marxista, além de realizarmos um mapeamento e uma exposição sobre a propalada paridade e igualdade de gênero, presente nos documentos e relatórios de EPT, que confinam a condição de violência e de exploração sofrida por milhares de mulheres, a uma questão meramente entre acesso igual de meninas e meninos à escola, e não entre trabalhadoras e capital, ou entre burgueses e trabalhadores, assim, impondo-se tal ideologia, nega-se a luta de classes existente no modo de produção capitalista.

## 1.1 A PESQUISADORA

Minha trajetória acadêmica iniciou em 2006, com a aprovação para o curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Entrei na universidade com 27 anos e já tinha em mente o que eu queria no campo profissional. Logo de início, percebi que a educação infantil, área de atuação destinada, quase que prioritariamente, aos pedagogos e pedagogas, não seria a profissão que iria seguir. Contudo, tenho orgulho de ser pedagoga e admiro minhas amigas e amigos que seguiram nessa profissão, tão desgastante fisicamente e psiquicamente e tão desvalorizada financeiramente.

Em 2007, matriculei-me na disciplina Pedagogia do Trabalho, sob a tutela da prof<sup>a</sup> Maria Susana Vasconcelos Jimenez, e nessa disciplina interessei-me pela teoria marxista e conseqüentemente entrei para o quadro de bolsistas do IMO.

O projeto de pesquisa do qual fiz parte foi “*O Movimento de Educação para Todos e a Crítica Marxista*”, vinculado ao IMO e sediado na Universidade Estadual do Ceará. Estudávamos os documentos oriundos da EPT – Educação para Todos, tais como: Declaração Mundial sobre Educação para Todos; Marco de Ação de Dakar; Declaração do Milênio, bem como, os Relatórios de Monitoramento Global da EPT. A pesquisa estava sob a orientação das professoras: prof<sup>a</sup> Maria Susana Vasconcelos Jimenez, prof<sup>a</sup> Maria Das Dores Mendes Segundo e da prof<sup>a</sup> Josefa Jackline Rabelo.

Apesar de ter surgido o interesse pela temática da condição feminina ao estudar os documentos oriundos da EPT sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, na monografia estudei sobre algo que me angustiava na época: o movimento estudantil. Tendo como título “*O movimento estudantil na trincheira entre a cooptação e a autonomia: desafios e perspectivas*”, sendo apresentada em 2010, sob a orientação da prof<sup>a</sup> Maria Susana Vasconcelos Jimenez.

Dessa forma, ao terminar a graduação, em 2010, deparei-me com a situação que definiu, em última instância, minha carreira acadêmica: fazer um concurso para a rede municipal de Fortaleza ou concorrer à seleção para o mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. Optei pela pós-graduação.

Adentrei no mestrado em 2011 e minha dissertação é intitulada “*A opressão contra a mulher e a educação: uma análise classista do discurso do capital*”, sendo defendida em 2013, sob a orientação da prof<sup>a</sup> Maria Susana Vasconcelos Jimenez. Analisei, através de um exame onto-histórico, a condição das mulheres, com vistas a

desmistificar a opressão sofrida por elas como um fenômeno de origem natural, biológica ou cultural.

No referido estudo, realizei uma revisão de literatura de autores que dissertam acerca das origens da opressão e exploração das mulheres. Elegi o livro de Friedrich Engels (1987) *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* como texto base de nossa fundamentação por entender que esta obra é de suma importância tanto para o marxismo, como também para a compreensão de como se constituiu e consolidou a opressão e a exploração sobre as mulheres.

Outra obra revisada foi o livro de Margaret Mead (2009) – *Sexo e Temperamento em três sociedades primitivas* – no qual a autora relata como as diferenças sexuais interferem no temperamento dos indivíduos nas sociedades por ela estudadas.

Buscando meu aperfeiçoamento acadêmico/docente, em 2015, ingressei mais uma vez no PPGE, agora como doutoranda. Meu interesse particular e acadêmico pelo tema continua sobre a condição da mulher sob o sistema capitalista. A historicidade da opressão feminina se constitui, como bem é explicado no 2º capítulo, com o advento da sociedade de classes e da família monogâmica, mas a sociedade capitalista aprofunda e degrada ainda mais a condição feminina, seja ela mãe, dona de casa e/ou trabalhadora.

Espero que a minha caminhada acadêmica em busca de respostas sobre as origens da opressão feminina e da essência humana ainda gerem novos questionamentos. Não vi o doutorado como um fim, enquanto pesquisadora; pelo contrário, entendo-o como o catalisador de pesquisas futuras.

## 1.2 BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE A CATEGORIA GÊNERO

Com base em pesquisas sobre a temática em foco, podemos assinalar, grosso modo, que os chamados Estudos de Gênero se consolidaram no cenário brasileiro, a partir de duas grandes escolas: a francesa e a norte-americana, com Judith Butler e Joan Scott respectivamente. Depois das mobilizações dos anos de 1960 e 1970, feministas deixaram as fileiras do movimento e as discussões que até então aconteciam nas ruas e transferiram-se para as salas de aulas.

Segundo Toledo (2001), nos últimos anos, muita literatura já foi produzida sobre o tema, em especial na Inglaterra, Estados Unidos, Espanha e França. Os catálogos das grandes editoras estão repletos de livros dos mais variados gostos, o que evidencia uma pluralidade de posições teóricas existente, tanto que é comum ouvirmos em *teoria feminista*, que fundamenta toda uma área da chamada estudos de gênero.

Compreendemos que, entre as acadêmicas que dialogam com as discussões feministas, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmo, sendo considerado um avanço significativo em relação as análises que eram feitas em torno da categoria “mulher”.

Por mais que a categoria gênero seja aceita no meio acadêmico e por boa parte das estudiosas feministas, ainda não podemos afirmar que o termo seja usado de forma unânime, pois ainda gera por vezes um conflito entre ideias, dentro e fora das universidades. Assim, no contexto da proposta investigativa de nossa pesquisa, nos deteremos em discutir sobre a historicidade do conceito, principais autoras e trabalhos de referência.

Embora o termo já fosse utilizado, em seu sentido gramatical, a partir da conceitualização de Gayle Rubin, no ensaio *O Tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo*, publicado em 1975, a categoria em tela começou a difundir-se com uma força inusitada até o momento.

Porém, foi o texto de Joan Scott (1989), *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, que o termo se tornou um artigo de referência. Esta autora contextualiza, primeiramente, como as feministas utilizavam o termo gênero, depois faz um breve relato de como o conceito é abordado pelos historiadores, cientistas sociais e demais intelectuais, para em seguida, conceituá-lo.

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico (SCOTT, 1989, p. 3).

Prosseguindo, assinalamos que as abordagens utilizadas pela maioria dos(as) historiadores(as) se dividem em duas categorias distintas:

A primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm (SCOTT, 1989, p. 6).

Nesse sentido, Scott (1989) assegura que “enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos legítimos” (p. 6), o termo gênero inclui as mulheres sem as nomear, parecendo não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que poderíamos chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980 (p. 6).

Ademais, a autora afirma que:

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1989 p.7).

Continuando a discorrer sobre como a abordagem do termo gênero era utilizado pelas feministas, Scott (1989) ressalta que:

O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. A meu ver é significativo que o uso da palavra gênero tenha emergido num momento de grande efervescência que em certos casos toma a forma de uma evolução dos paradigmas científicos em direção a paradigmas literários (SCOTT, 1989, p. 19).

Em suas elaborações, a autora detalha seus posicionamentos diante do uso da categoria gênero, e dessa forma, Scott (1989, p. 20),

No espaço aberto por esse debate, do lado da crítica da ciência desenvolvida pelas ciências humanas e da crítica do empiricismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, as feministas não só começaram a encontrar uma via teórica própria, como elas também encontraram aliados cientistas e políticos. É nesse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria de análise (SCOTT, 1989, p. 20).

Disto isso, Scott (1989) define a categoria gênero em duas partes, sendo estas subdivididas:

Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as

relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1989 p. 21).

Por fim, Scott (1989) defende a ampliação do uso da categoria gênero para além do sistema de parentesco e da família, explicando que:

Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (em particular, para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero). Não tem muito sentido limitar essas instituições à sua utilidade funcional para os sistemas de parentesco, ou sustentar que as relações contemporâneas entre homens e mulheres são produtos de sistemas anteriores de parentesco baseados nas trocas de mulheres. O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco (SCOTT, 1989, p. 22).

Em seu texto, Joan Scott (1989), apresenta as formas que a categoria gênero se constituiu e se consolidou a partir das relações de poder, apresentando também críticas as formas descritivas de como a categoria foi analisada, não só pelas feministas, como também, no meio acadêmico. Scott demonstra que é preciso romper com os paradigmas de análises que impedem a consolidação do uso do termo gênero como uma categoria útil de análise histórica.

No Brasil, dentre as várias autoras que se destacam, listamos: Guacira Lopes Louro e suas obras, *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (2014) e *Corpo, gênero e sexualidade*(2013); Cristina Bruschini e Céli Regina Pinto, além de uma obra organizada por ambas, intitulada *Tempos e lugares de gênero* (2001); bem como os escritos de Cecília Toledo, reunidos em *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide* (2008). Tais autoras utilizam a categoria gênero como base teórica de estudo, entretanto, focaremos no artigo de Adriana Piscitelli, *Recriando a (categoria) mulher?*

Segundo a autora, o texto tem um caráter puramente didático, sendo feito alguns comentários sobre a recriação da categoria mulher nas discussões contemporâneas, considerando que é preciso perpassar pelas tensões que só podem ser compreendidas levando em conta a íntima relação entre as discussões feministas e o desenvolvimento do conceito de gênero. Para Piscitelli (2002), “O conceito de gênero

foi elaborado em um momento específico das histórias sociais sobre a diferença sexual (p. 2)”. A autora ainda relata que:

O pensamento feminista, como expressão de ideias que resultam da interação entre desenvolvimento teóricos e práticos do movimento feminista, está longe de constituir um todo unificado. No entanto, apesar das importantes diferenças presentes nas diversas vertentes desse pensamento, as abordagens desenvolvidas após finais da década de 1960 compartilham algumas ideias centrais. Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos. A subordinação feminina é pensada como algo que varia em função da época histórica e do lugar do mundo que se estude. No entanto, ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos (PISCITELLI, p. 2).

Piscitelli (2002), levanta a questão para as várias correntes feministas e seus desacordos quanto à questão da mulher, chamando a atenção para o feminismo radical, que tem Shulamith Firestone como uma das principais pensadoras. Piscitelli (2002), reconhece que o feminismo radical “considera que para liberar as mulheres é necessário derrotar o patriarcado. Isso só seria possível se as mulheres adquirissem o controle sobre a reprodução” (p. 4). Alertando sobre a efervescência acadêmica, que deu lugar à uma crescente acumulação de estudos e dados sobre a situação da mulher, provocada pelos interesses entre as correntes feministas, a autora expõe que:

Assim, se constituíram e consolidaram os estudos da mulher os estudos sobre a mulher nas mais diversas disciplinas – a antropologia da mulher, história das mulheres. Esses estudos confrontaram aspectos dessas disciplinas. Mas, a acumulação de informação sobre a diversidade de experiências femininas e a sofisticação crescente das perspectivas acadêmicas orientadas pelo feminismo e a sofisticação crescente das perspectivas acadêmicas orientadas pelo feminismo conduziram, também, ao caminho oposto, isto é, à contestação de vários conceitos e categorias com os quais o pensamento feminista estava operando (PISCITELLI, 2002, p. 6).

Para a autora, ainda é comum opor, “estudos sobre a mulher” aos “estudos de gênero”, bem como é frequente também a confusão entre “gênero” e “mulher” (p. 7). Após um breve relato sobre o ensaio de Gayle Rubin e o seu já citado artigo, Piscitelli reconhece que:

O que me interessa reter de tudo isso é que o conceito de gênero começou a ser desenvolvido como uma alternativa ante o trabalho com o patriarcado. Ele foi produto, porém, da mesma inquietação feminista em relação às causas da opressão da mulher. A elaboração desse conceito está associada à percepção da necessidade de associar essa preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como o gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder. Vemos, assim, que as perspectivas feministas que iniciaram o trabalho com o gênero mantêm um interesse fundamental na situação da mulher, embora não limitem suas análises ao estudo das mulheres (PISCITELLI, p. 11).

Piscitelli (2002) afirma que “é inegável que uma longa tradição de pensamento operou com a ideia de diferença sexual como princípio classificatório universal” (p. 11), porém as primeiras elaborações do conceito de gênero, não deixaram de se distanciar dessas abordagens a partir da intensa politização da diferença sexual. Sendo assim,

As posturas das autoras que discutem atualmente o conceito de gênero são extremamente variadas. Elas oscilam entre realizar uma crítica a várias das ideias associadas à distinção sexo/gênero, procurando saídas sem abandonar, porém, princípios associados à noção de gênero, ou, ao contrário, procurar categorias alternativas uma vez que pensam o gênero como par inseparável numa distinção binária. Este movimento de reelaboração teórica que questiona o conceito de gênero está, por sua vez, associado a uma reelaboração, muitas vezes conflitiva, dos pressupostos teóricos e políticos feministas (PICITELLI, p. 12).

Destarte, para a autora, várias perspectivas teóricas presentes nas discussões atuais sobre gênero, coincidem na radicalização dos esforços por eliminar qualquer naturalização na conceitualização da diferença sexual, pensando gênero de maneira não identitária (p. 16).

Piscitelli (2002, p. 22), conclui que é necessária uma reelaboração das questões centrais na ciência política, na sociologia e na antropologia, tais como as relações entre público e o privado, produção/reprodução, o estatuto das teorias de parentesco e sobre o significado do poder. No marco dessa imbricação entre interesses feministas e teoria social, o gênero, ao não encaixar-se plenamente em certos critérios de “utilidade” política, parece ser abandonado pelo pensamento feminista. Resta descobrir o futuro que ele terá na teoria social.

Para concluir, nos remetemos à resenha de Cecília Toledo constante em seu próprio livro: *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide* (2001), elaborada para a revista *Marxismo Vivo*. De acordo com a autora, nos marcos do capitalismo, os chamados estudos de gênero são importantes porque tornam cada vez mais visível a desigualdade da mulher e, em alguns países, sobretudo nos países imperialistas, essa produção acadêmica de fato conseguiu ampliar os espaços da mulher na sociedade. Entretanto, a autora chama a atenção para o fato de que é,

Preciso polemizar com essa postura porque, ao centrar a opressão da mulher na desigualdade de **gênero**, restringe-se sua luta aos marcos do capitalismo – tornando-se uma luta por reformas dentro do sistema capitalista – e ignora-se o problema de **classe**, levando a uma política de buscar unir todas as mulheres, independente da posição que ocupam no modo de produção (p. 77). (Grifos da autora)

Toledo (2001, p. 81), esclarece que “jamais as sociedades, em qualquer época histórica, se estruturam sobre construções sociais. Estas são derivadas de um determinado modo de produção”, e que “as ideologias dominantes são as da classe dominante, porque ela e somente ela detém os mecanismos para tornar dominante sua ideologia, sua cultura”. Assim, Toledo (2001), assevera,

A questão de gênero se manifesta de forma distinta em cada classe social e trata de forma globalizante, essa questão mascara esse fato, transmite a ideia de que todas as mulheres estão unidas por igual problemática. Apesar de todas sofrerem com a problemática de gênero, sofrem de forma diferente e as saídas para elas são diferentes, de acordo com a classe social a que pertençam (TOLEDO, 2001, p. 82).

Prosseguindo, a autora identifica,

O gênero é uma construção social burguesa, é ideologia da classe dominante. Não foram os trabalhadores que definiram o que é masculino e o que é feminino. Foi a burguesia, no seu processo de afirmação enquanto classe que precisava gerir um modo de produção sentado na exploração de massas e massas de lumpens que vagavam pelas cidades e camponeses despojados de suas terras que depois vieram a se constituir enquanto classe operária. O gênero, portanto, é uma construção própria do capitalismo, e tem uma essência opressora, de buscar ressaltar as diferenças entre as pessoas, em especial as diferenças que são naturais e contra as quais ninguém pode fazer nada (TOLEDO, 2001, p. 83).

Toledo (2001, p. 84) nos adverte que são visíveis as diferenças biológicas entre homens e mulheres, no entanto, não é isso que determina a desigualdade entre eles no capitalismo. À luz do referencial marxista, a autora assinala que:

O marxismo apenas expôs as raízes dessa opressão, sua relação com um sistema de produção baseado na propriedade privada e com uma sociedade dividida em classes, na qual todas as relações são relações de propriedade (TOLEDO, 2001, p. 84).

Por fim, a autora defende que só a revolução socialista poderá libertar as mulheres e classe trabalhadora das amarras do capital, por isso, “é um erro centrar a política nesse aspecto, exigir uma política de gênero, essas são reivindicações democráticas, que advêm de uma contradição estrutural da sociedade” (p. 90), a qual seria a impossibilidade do capitalismo de avançar quanto a sua necessidade incessante de gerar lucro e acumular riqueza.

O problema da mulher no atual modelo de sociabilidade, não é só nascer mulher, é tornar-se mulher nesse modo de produção que a violenta de todas as formas, a prostitui, a humilha sob o jugo do desejo masculino, proibindo-lhe de ter o controle sobre seu próprio corpo. Com efeito, entendemos, diante do que foi exposto e nos aproximando das análises teóricas aqui delineadas, que a categoria gênero é insuficiente

no que se refere a totalidade da ordem dos fatos quanto a opressão e a exploração sob as mulheres.

## 2 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O MÉTODO MARXISTA E A CONDIÇÃO FEMININA

*Se fosse o caso de formular, em poucas palavras, aquilo que Marx fez pelo atual movimento operário, poder-se-ia afirmar que: foi Marx quem, por assim dizer, reconheceu a moderna classe trabalhadora como uma categoria histórica, isto é, como uma classe com determinadas condições de existência e leis de movimento históricas<sup>1</sup>.*

É comum pensarmos que a luta da mulher coincide com a luta pelo voto feminino, visto que a luta das mulheres enquanto movimento social, ganhou força e visibilidade com a luta pelo voto. Entretanto, as reivindicações feministas, tais como por igualdade entre os sexos e direito a educação, datam do século XVIII, especialmente com duas obras: *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791), de Olympe de Gouges (1748-1793), considerada pioneira dos escritos feministas, é uma resposta à *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* e ao seu teor patriarcal, com uma defesa radical das demandas femininas e *Uma reivindicação pelos direitos da mulher* (1792), de Mary Wollstonecraft (1759-1797), na qual a autora propõe o acesso das mulheres à educação e aos mesmos direitos fundamentais fornecidos aos homens.

Observa-se atualmente que a secular igualdade entre os sexos ainda está longe de ser conquistada, o que é perceptível com a diferença salarial<sup>2</sup>, a falta de controle das mulheres sobre seu próprio corpo e de leis que coíbam toda forma de assédio e de violência, dentre várias outras bandeiras.

Em contrapartida, houve uma maior visibilidade para a questão da mulher com a virada para o século XXI. Principalmente em relação à elaboração teórica, que já

<sup>1</sup> Rosa Luxemburgo. Textos escolhidos. Volume I (1899-1914). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

<sup>2</sup> Através de uma pesquisa rápida pela internet, é possível encontramos vários sites, artigos e blogs que denunciam a diferença salarial entre homens e mulheres. Segundo a Folha de São Paulo, “Trabalhadoras brasileiras receberam o equivalente a 84% do salário dos homens no Brasil, em média, em 2016. As informações são do Ministério do Trabalho, com base na Rais (Relação Anual de Informações Sociais)”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1938277-mulher-recebe-apenas-84-do-salario-do-homem-apontam-dados-do-mte.shtml>. Em Hollywood não é diferente. A maior indústria cinematográfica do mundo, acumula várias denúncias de atrizes no que diz respeito aos salários, independente, inclusive, do protagonismo de um sexo sobre o outro. Um bom exemplo disso está no filme *De olhos bem fechados*, de Stanley Kubrick, com o casal Tom Cruise e Nicole Kidman, onde Tom faturou 20 milhões de dólares e Nicole apenas 7 milhões.

conta com milhares de exemplares em que, enfim, a história geral, e a própria história das mulheres, está sendo contada por mulheres, sobre a perspectiva daquelas que foram importantes e que cumpriram um papel de destaque ou de movimentos e grupos, até então renegados pelos historiadores. Um bom exemplo disso é o livro de Michele Perrot *Os excluídos da história*, em que a autora resgata a história sob a luz de três setores geralmente esquecidos pela historiografia tradicional: os operários, as mulheres e os prisioneiros.

Apesar da vasta produção intelectual feminista, muitas dessas obras são abordadas sob as mais variadas perspectivas teóricas<sup>3</sup>. Uma vez que não é nossa intenção analisar a temática dentro dessa gama de elaborações, nos deteremos a resgatar, de maneira breve, o tratamento sobre a questão da mulher a partir da perspectiva marxista.

Optamos pelo referencial marxista porque, diferentemente de referenciais teóricos que entendem a opressão contra a mulher como algo que está enraizado na natureza dos papéis sexuais ou defendem a luta feminina pela via democrática, para o marxismo a emancipação feminina está intrinsecamente relacionada à questão da emancipação humana, ou seja, a luta da mulher pela sua emancipação coaduna com a da classe trabalhadora. Com efeito, a libertação da mulher será plena quando plena for a classe trabalhadora.

Nesse segundo capítulo, abordaremos a questão da mulher à luz do referencial marxista, inicialmente tecendo considerações sobre o método, a partir do ponto chave defendido pelo marxismo: a emancipação das mulheres só será efetivada quando plena for a classe trabalhadora. Desse modo, partiremos das categorias essência e aparência na busca de apreendermos a condição da mulher sobre a égide do Capital para além de sua aparência fenomênica, que é, a nosso ver, para onde estão voltadas as principais tendências e teorias que influenciam a militância e o pensamento feminino. Em seguida, discutiremos acerca do debate que talvez seja o mais difícil para o desenvolvimento dessa pesquisa: como nos constituímos humanos? Existe uma essência feminina e outra masculina? Tais querelas se constituíram como antagônicas ou foram socialmente estabelecidas como opostas? Por fim, trataremos sobre as contribuições do

---

<sup>3</sup> Como exemplo podemos citar: Simone de Beauvoir (*O segundo sexo*)

marxismo para a questão feminina, resgatando o nosso trabalho dissertativo<sup>4</sup>, sobre como se construiu a visão errônea da inferioridade natural da mulher em relação ao homem.

## 2.1 O MÉTODO MARXISTA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Será que no século XXI, dentro de um modo de produção regido pelo Capital, alicerçado na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem, é possível à mulher ter plena igualdade de direitos e liberdade nas esferas econômica, política e social? Ou ainda: ter a mesma igualdade e direitos assegurados aos homens?

Em consonância com a tradição marxista, acreditamos que são as próprias contradições do capital que impedem não só as mulheres, mas também os homens, de avançarem econômica, política, social e culturalmente, ou seja, a própria lógica do capital impossibilita que os homens e, em maior grau, as mulheres enxerguem-se como complemento um do outro e que a emancipação de um depende, necessariamente, de que o outro também seja emancipado. Como relata Marx “A relação imediata, natural, necessária, do homem com o homem é a relação do homem com a mulher” (2004, p. 104).

Sendo assim, para a teoria marxiana, a emancipação das mulheres só será verdadeiramente completa quando esta ordem regida pelo poder do capital for superada, quando a propriedade privada for completamente aniquilada e extinta a exploração e opressão da burguesia sobre os trabalhadores.

O referencial teórico-metodológico orientador de nossa pesquisa é o materialismo histórico dialético, uma vez que esse método busca estabelecer uma relação entre sujeito-objeto, aparência e essência, o todo e as partes, as quais se encontram em constante movimento, sendo ambos elementos constitutivos de uma mesma realidade. O referido método também se apresenta como possibilidade de construção do conhecimento e de intervenção no real.

Contudo, não faltam críticos ou feministas opositoras ao marxismo, que alegam que a teoria marxista analisou a questão feminina, quase que exclusivamente, pela ótica econômica; há também, as que defendem que marxismo e feminismo são

---

<sup>4</sup> LIMA, Cristiane Maria Abreu. A opressão contra a mulher e a educação: uma análise classista do discurso do capital. Disponível em: [http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/dissertacao\\_cristiane\\_abreu\\_lima.pdf](http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/dissertacao_cristiane_abreu_lima.pdf)

teorias antagônicas, colocando-nas, inclusive, como inimigas. Existem, é claro, muitas controvérsias entre marxistas e feministas<sup>5</sup>, no entanto, entendemos que é preciso analisarmos a temática pesquisada confrontando-a com a realidade concreta, tendo como objetivo a totalidade, e que, após essa confrontação, é que será possível nos posicionarmos acerca das polêmicas envolvendo marxistas e feministas.

De igual modo, não faltam os que acusam Marx e Engels de não terem elaborações mais densas sobre a questão feminina; todavia, a temática perpassa quase que toda a obra dos autores, ao tratarem da divisão social do trabalho, da crítica à família burguesa, do processo de produção e do trabalho etc. Muitas dessas acusações surgiram ainda enquanto os autores estavam vivos, no entanto, mesmo que eles não tenham se debruçado sobre a temática, de modo algum podemos acusá-los de terem fugido à abordagem do tema.

Engels respondeu de forma firme aos que criticavam e apontavam o marxismo como uma teoria meramente econômica. Em carta<sup>6</sup> datada de setembro de 1890 à Joseph Bloch, o autor expõe que:

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante *final* na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o *único* determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma.

Em outra carta<sup>7</sup>, de agosto de 1890, para Conrad Schmidt, Engels mais uma vez defende a visão materialista da história,

A nossa concepção da história, porém, é, antes de tudo, uma directiva [*Anleitung*] para o estudo, [não é] nenhuma alavanca de construções *à la hegelianos* [*Hegelianertum*]. A história toda tem de ser estudada de novo, as condições de existência [*Daseinsbedingungen*] das diversas formações sociais [*Gesellschaftsformationen*] têm que ser investigadas em pormenor, antes de se tentar deduzir a partir delas os modos de ver [*Anschauungsweise*]

<sup>5</sup> Para Cecília Toledo, autora do livro *Mulheres: o gênero nos une a classe nos divide* (2008), publicado posteriormente com o título *Gênero e Classe* (2017): “O feminismo não tem qualquer parentesco com o marxismo e com o socialismo. Para sermos rigorosos, devemos saber que feminismo e marxismo são, na verdade, duas concepções de mundo diferentes. Mais do que isso, são opostas. Podemos, inclusive, afirmar que quem é feminista não é marxista, porque é impossível ser as duas coisas ao mesmo tempo” (TOLEDO, 2017, p. 129).

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/08/05.htm>

políticos, de direito privado, estéticos, filosóficos, religiosos, etc, que lhes correspondem. Relativamente a isto, até agora, só pouco aconteceu, porque só poucos se puseram seriamente a isso.

Para aqueles que insistem em dizer que Marx e Engels, ao analisarem a história e a sociedade, situaram o fator econômico como único determinante, as palavras de Engels falam por si só. As concepções reducionistas e as visões deturpadas do marxismo caem por terra, minadas de conceitos abstratos, fragmentadas e vazias de sentido. Dessa maneira, situamos o Pós-Modernismo como uma das correntes que mais influenciam intelectuais e pesquisas que tem como base os estudos apartados do real, pegando as migalhas da história e vendendo-as em pequenos fragmentos.

Para entendermos a real dimensão do retrocesso que caracteriza a sociedade pós-moderna, e, em última instância, suas análises empobrecidas, fragmentadas e fragmentárias do real que, a nosso ver, são análises alicerçadas no Pós-Modernismo, utilizaremos a definição de Carol A. Stabile, no seu artigo “Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do abismo”, presente no livro *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo* (1999, p. 146-147):

O pós-modernismo é imprecisamente identificado com uma época histórica: a sociedade pós-industrial, pós-fordista ou mesmo pós-capitalista. Relações de produção ‘contemporânea’ (se ainda as podemos chamar assim) são variadamente descritas como fragmentadas (e isto se aplica tanto ao tecido social quanto ao modo de produção), difusas ou desorganizadas (no sentido de que as relações sistêmicas de poder estão presentes em toda e em nenhuma parte; são gerais; mas sem fonte identificável) e, em última análise, independentes de determinantes históricos e econômicos.

Nesse sentido, a autora afirma que:

O consumo passou à frente da produção, tornando a luta de classes (ou mesmo a ideia de que a sociedade está antagonicamente dividida entre trabalhadores e capitalistas) um conceito obsoleto. As pessoas não se identificam mais com ou como uma classe, mas sim através de identidades mais particulares (como, por exemplo, mulher, lésbica, gay, negro, latino), estas não são apenas, ou de modo algum economicamente definidas. A opressão, em suma, não possui um fundamento sistêmico. (STABILE, 1999, 147).

Segundo Stabile (1999, p. 154) as três principais acusações feitas ao marxismo pelas feministas atestam que ele é: “reduutivo”, demasiadamente “universalizante” e que não leva em conta o trabalho feminino. No que tange ao primeiro ponto, a alegação geral é que “o materialismo histórico reduz estruturas de opressão à exploração de classe, dessa maneira ignorando ou maximizando o sexismo, o racismo e a homofobia” (idem, ibdem).

No entanto, a autora comenta que:

É preciso ficar a certa distância das dificuldades econômicas para alegar que relações de produção e posição de classe não têm importância. Por isso mesmo, não é de surpreender que as alegações de reducionismo econômico surjam invariavelmente nas posições mais privilegiadas de classe (STABILE, 1999, p. 155).

Mais adiante assinala que,

Os estudos histórico-materialistas, em vez de analisar apenas uma forma de opressão – como o sexismo, o racismo ou a homofobia –, estudaram a maneira como elas funcionam dentro do sistema que envolve o domínio de classe, na determinação das opções de vida de homens e mulheres (idem, ibidem).

A acusação de “universalismo”, segundo Stabile, (1999, p. 155), está estritamente ligada com a de reducionismo. Para a autora,

Essa objeção começa com a crítica à modernidade (incluindo o marxismo) sobre o fundamento de que suas concepções de verdade, razão e justiça (na realidade, sua própria concepção de ‘humanidade’) são universalizantes demais, insensíveis demais para as muitas diferenças entre os seres humanos.

A terceira acusação ao materialismo histórico – de que excluiu o trabalho feminino de sua análise –, de acordo com Stabile (1999, p. 155), sempre foi discutível, uma vez que Marx e Engels discutiram sobre a divisão sexual do trabalho desde o surgimento da divisão social de classes. Embora as feministas tenham sido rápidas em se apropriar de teorias pós-estruturalistas e revisá-las – teorias estas que negam a importância da diferença de sexos ou dela tratam de maneira profundamente sexista –, só o marxismo é escolhido para rejeição por conta dessa alegada omissão.

Por fim, Stabile (1999, p. 157) identifica que a defesa por direitos, abstraída de contexto histórico, políticos econômicos, debilitou a política feminista e contribuiu para a impressão geral de que o feminismo serve apenas a interesses limitados e privilegiados. Concluindo que:

O materialismo histórico oferece a possibilidade de coalizações baseadas em uma compreensão mais ampla da natureza espoliadora das relações de produção capitalista, convocando homens e mulheres para a luta contra a violência familiar, contra mais cortes em programas sociais já severamente enxugados e, ainda, contra o sistema que se beneficia com esses males. Além disso, sugere que a libertação das mulheres – que incluía todas elas – é incompatível com o capitalismo. (1999, p. 157)

“Sejam bem-vindos ao pós-modernismo”, conclama Stabile (1999, p. 146), “ao mundo do espetáculo da mídia, do fim da história, da morte ao marxismo”, e porque não dizer do fim da luta de classes, do fragmento em detrimento a totalidade, do

abstrato pelo concreto/real e da prevalência da linguagem e do discurso, com a política sendo reduzida à condição de guerra por controle entre os discursos, defende a autora.

Diante do que expomos até aqui, entendemos que a concepção marxista da história parte do desenvolvimento do processo real de produção da vida, ou seja, as análises que fazem parte da história humana têm como base a própria realidade e não são frutos de abstrações. José Paulo Neto em seu livro *Introdução ao estudo do método de Marx* (2011, p. 21-22) nos esclarece que,

Assim, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano real (do pensamento). Prossigamos: para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo a aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.

O autor ainda afirma que o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador (NETO, 2011, p. 20). Então, para uma pesquisadora ou pesquisador marxista não é possível falsear a realidade, nem muito menos apagar ou manipular a história; quando obtivermos nossos resultados e, posteriormente, confrontá-los com o real, só nos restará expô-los.

## 2.2 APARÊNCIA E ESSÊNCIA

O proletariado desenvolve sua consciência de classe na luta de classes<sup>8</sup>. Esta luta de classes ocorre, em consonância com a teoria marxista, entre burgueses e proletários e/ou entre exploradores e explorados. Tal máxima, está no Manifesto

---

<sup>8</sup>Para um país que enfrenta uma dura crise econômica, falar em crescimento gera estranheza. Segundo estudos, os níveis de desigualdade social no Brasil excederam bastante: Cinco brasileiros concentram, em patrimônio, o equivalente à metade da população mais pobre do País. A constatação foi revelada por meio de estudo da ONG (Organização Não Governamental) britânica Oxfam, divulgado nesta segunda-feira (22). De acordo com a pesquisa sobre desigualdade social, 12 pessoas passaram a compor o grupo de bilionários brasileiros, passando do total de 31 para 43. Já a desigualdade no mundo denuncia em concentração alarmante: A ONG Oxfam revelou que, de toda a riqueza gerada no mundo no ano passado, 82% ficaram concentradas nas mãos da população 1% mais rica do mundo. Ao mesmo tempo, a metade mais pobre, que equivale a 3,7 bilhões de pessoas, não ficou com nada. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/financas/2018-01-22/desigualdade-social-estudo.html> Acesso em: 27/01/2018.

Comunista escrito por Marx e Engels, em 1848, há praticamente 170 anos, porém, seu conteúdo é de uma atualidade que ainda instiga a juventude e a vanguarda dos movimentos sociais. Segundo Marx e Engels (2007, p. 54-55),

A sociedade burguesa moderna que surgiu das ruínas da sociedade feudal não aboliu os antagonismos de classe. Ela só fez estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas. Nossa época, a época da burguesia, possui, contudo, esta característica diferente: ela simplificou os antagonismos de classe. A sociedade como um todo está cada vez mais se dividindo em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente uma contra a outra: a burguesia e o proletariado.

A burguesia, para Marx e Engels, historicamente, desempenhou um papel revolucionário, segundo os autores (idem, p. 57),

Onde quer que tenha conquistado o poder, [a burguesia] pôs um fim às romanceadas relações feudais e patriarcais. Ela rompeu sem piedade os diferentes laços feudais que ligavam o homem a seus “superiores naturais” e não deixou nenhuma outra ligação entre os Homens a não ser o frio auto-interesse, o insensível “pagamento em espécie”.

Contudo, os autores são enfáticos ao afirmarem que “As armas com que a burguesia matou o feudalismo estão agora se voltando contra a própria burguesia” (idem p. 64). Os autores assinalam que, não apenas a burguesia forjou as armas que lhe darão a morte, mas também trouxe à existência os homens que empunharão estas armas – a classe operária moderna, os proletários” (idem, ibidem).

O proletariado é composto por homens e mulheres, grosso modo, o homem é o provedor da família e a mulher, doméstica, é a “rainha do lar” e no caso da mulher trabalhadora, seu salário é visto como complementar ao do homem. Uma vez que o patriarcado é um dos pilares da sociedade de classe, esta relação entre homens e mulheres só se modificará, radicalmente, quando transformações profundas na esfera econômica, política e social propiciarem tais mudanças, o que, por sua vez, só será possível com a abolição da propriedade privada, da família monogâmica e com o fim do Estado.

Com efeito, onde a consciência de classe da mulher é forjada? Junto ao proletariado na luta de classes ou no lar, na batalha entre os sexos? Para alguns intelectuais marxistas a resposta é simples e direta: na luta de classes. Porém, precisamos buscar compreender as dimensões dessa questão para além da aparência fenomênica, para não cairmos em armadilhas. A principal função da mulher é, historicamente, a de servidora do lar, seja solteira ou casada, com ou sem filhos, o

trabalho doméstico está a cargo, obrigatoriamente, da mulher. Para o grande Capital, é essencial esse modelo familiar baseado no casamento monogâmico, em que cabe à mulher a responsabilidade pelo funcionamento do lar e o cuidado dos filhos, mesmo que esta seja uma trabalhadora, pois, assim, o homem tem todos os meios disponíveis para voltar no dia seguinte ao trabalho.

Outro ponto que merece atenção é a polarização dos grupos feministas e dos grupos de pesquisa sobre Gênero, que não dialogam entre si, principalmente, por serem organizações que sofrem influências de várias teorias e tendências, partidárias ou não. Essas influências seriam importantes se as direções entendessem que pode haver crescimento dentro dessa diversidade de opiniões. Contudo, o que observamos são jogos de interesses e disputas entre dirigentes, que não contribuem em nada para a causa feminina. Observa-se que cada organização defende suas bandeiras e seu modelo organizacional, deixando a importância da unidade política de ação para segundo plano.

Destarte, é importante ressaltar que a questão da mulher ganhou visibilidade de proporções inimagináveis, no entanto, isso não quer dizer que a condição da mulher – em casa, no trabalho, na política, dentre outras esferas –, tenha mudado significativamente. É verdade que houve avanços – métodos contraceptivos, Lei do Feminicídio, Lei Maria da Penha –, assim como bandeiras históricas, fruto de muitas lutas foram conquistadas – voto, divórcio, educação, mercado de trabalho, em contrapartida, em essência, a condição feminina é de barbárie: a exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres adultas é uma prática bastante frequente; a violência, de qualquer tipo, que chega a matar, ainda é a principal causa de morte feminina; os números de estupros coletivos crescem a cada ano; as condições de acesso e ascensão no trabalho são desiguais; as mulheres não detêm o controle sobre seu próprio corpo, bem como, sua reprodução e sexualidade, dentre vários outros fatores.

Compreendemos que, as conquistas e os avanços das mulheres, disfarçadas de um “empoderamento<sup>9</sup> feminino”, camuflam a real condição da mulher na sociedade capitalista<sup>10</sup>. Em consequência disso, as especificidades femininas ocupam um lugar de destaque, e, assim, meninas e adolescentes desde a infância são incentivadas a

---

<sup>9</sup>Buscar a utilização desse termo nos documentos oficiais da ONU.

<sup>10</sup> Podemos observar que, mesmo o capitalismo sendo capaz de gerar avanços tecnológicos inovadores sem precedentes, nas mais diversas áreas, é na condição da mulher que este modo de produção mostra sua real face.

incorporarem um padrão estético de beleza, um consumismo exacerbado de produtos “femininos”, e mesmo um comportamento para arrumar “um bom marido”.

Tudo o que expusemos até aqui é de suma importância, no entanto, só nos mostra as especificidades da temática, sua aparência fenomênica. Esse caminho teórico-metodológico é fundamental para chegarmos, ou nos aproximarmos, cada vez mais da essência do objeto. Nesse sentido, buscaremos desvendar a essência da opressão feminina que se oculta na vida cotidiana das mulheres.

Karl Marx, na obra, *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859, livro anterior ao *O Capital*, relata que o resultado geral a que chegou e que serve de guia para seus estudos, pode ser assim formulado:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p. 47).

Mais adiante, Marx (2008, p. 47) afirma que “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser que determina sua consciência”. Portanto, a base da sociedade é a produção econômica, todavia é sobre esta base econômica que se ergue: a política, as religiões, a justiça, a arte, as ideias filosóficas e econômicas. Dentre as relações humano-sociais, destacamos que as relações estabelecidas entre a mulher e o homem estão intimamente interligadas às forças produtivas econômicas, porém, é a superestrutura que irá determinar, em última instância, a consciência humana. Sendo assim, é a sociedade capitalista que impõe uma consciência coletiva, que aliena e molda homens e mulheres a seguirem um conjunto de regras e de leis sem questioná-las.

Prosseguindo com Marx (2008, p. 48),

Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações sociais.

O surgimento da propriedade privada e da família monogâmica já trazem, em sua raiz, o antagonismo entre homens e mulheres<sup>11</sup>, entretanto, é necessário entender as contradições da vida material pelo conflito existente entre as forças produtivas e as relações sociais, como nos relatou Marx acima. O conflito e as contradições que necessitam serem superadas são, portanto, as de classe – entre exploradores e explorados – e não, entre homens e mulheres, entre pais e filhos ou entre casais. No entanto, como discutimos acima, se o lugar da mulher ainda é de “servidora do lar, do marido e dos filhos”, para estas mulheres está cada vez mais distante o horizonte da revolução socialista, embrutecida e acorrentada às tarefas domésticas e muitas vezes humilhadas por todo tipo de violência doméstica. O que resta a esta mulher? Como fugir desse destino, por muitas vezes cruel e assassino?

Para Marx (idem, p. 258), “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida”. A opressão contra a mulher é real, é concreta, mas não basta entendermos como esta opressão se constitui hoje, precisamos apreender como ela se construiu através da história nos outros modos de produção. O capitalismo não surge da cabeça do burguês, não caiu do céu para a terra. Ele surge das ruínas do Feudalismo, que, por sua vez, surgiu das ruínas do Escravismo. Segundo Marx (idem, p. 48),

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade.

O marxismo afirma a história como critério da verdade e a opressão feminina é histórica! Vale lembrar a Santa Inquisição, que perseguiu e matou milhares de mulheres e o quão antigo são o tráfico e a exploração sexual de mulheres, assim como a pornografia. Apesar disso, é sob o modo de produção capitalista que se assevera a condição feminina, é pelas relações de produção oriunda desse sistema que avançam as violações aos direitos e ao corpo da mulher. Se, grosso modo, no feudalismo, a mulher estava presa à servidão do lar/pai e ao casamento/marido, no capitalismo, além de ser mantida essa servidão, as mulheres, ao adentrarem no mercado de trabalho, veem

---

<sup>11</sup> Friedrich Engels, em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, afirma que, [...] O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (1987, p. 70-71).

seu salário ser inferior ao do homem, sofrem assédio e violência sexual em seu ambiente de trabalho e veem seus poucos direitos serem retirados. Enfim, o capitalismo duplicou a opressão feminina.

Seguindo a tradição marxista, o estudo sobre a opressão feminina e suas reverberações sociais acontecem em decorrência da lógica do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em cada etapa da sociedade humana.

Nesse sentido, compreendemos que o marxismo, ao nos proporcionar uma base materialista científica, não só para o socialismo, mas também para a libertação da mulher das amarras do capital, expõe as raízes da opressão feminina e sua relação com o sistema de produção baseado na propriedade privada, na família monogâmica e na comunidade dividida entre classes sociais, assim como explica o papel da mulher na sociedade e, principalmente, sua função na perpetuação e manutenção do capitalismo.

As entidades feministas, assim como os coletivos e/ou organizações femininas, não podem reduzir a pauta de luta a meras bandeiras democráticas ou alicerçadas nas especificidades das mulheres e, muito menos, diminuir a questão da opressão contra a mulher a uma oposição entre homens e mulheres. A luta da mulher é contra a exploração – sexual e no trabalho –, contra o Estado burguês, o qual legitima a opressão e a exploração sobre a mulher, e contra a divisão social de classes.

### 2.3 COMO NOS CONSTITUÍMOS HUMANOS

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Eis a famosa frase de Simone de Beauvoir dita em 1954, no seu livro *O segundo sexo*. Beauvoir referia-se aos padrões e papéis sexuais impostos às mulheres e que a definem socialmente. A frase, sem julgamento do impacto dessa obra para o movimento feminista e sem analisar a influência da autora no meio intelectual, tem uma base verídica, pois ao nascermos (seja homem ou mulher, já que o inverso seria verdadeiro, não se nasce homem, torna-se homem), com efeito, ainda não foi adquirido pelo feto e nem pelo recém-nascido, através principalmente da cultura e da educação, aquilo que seria “específico” do sexo feminino, tais como: fragilidade, doçura, insegurança, dotes para as tarefas do lar ou para atividades ditas como exclusivas femininas.

Em tempos de empoderamento<sup>12</sup> feminino, propalado pela Organização das Nações Unidas, afirmar que a mulher é o sexo frágil e que, por tanto, precisa de um homem para lhe proteger e assegurar sua existência e sobrevivência parece absurdo. Infelizmente, tal pensamento ainda persiste na atualidade e faz parte da pauta da luta feminina em defesa da igualdade de direitos em relação aos homens. Será que tal pensamento é diluído no conceito de empoderamento? Será este o destino natural das mulheres, se casarem, terem filhos e serem donas de casa? O que nos torna mulheres? Existe uma natureza humana? Ou melhor, o que nos torna partícipe do gênero humano? Qual a essência feminina? Existe uma essência feminina e uma essência masculina que se diferem?

Prosseguiremos abordando o processo de humanização do ser humano, assim como o conceito de homem e a definição de essência humana na ontologia marxiana. Dessa maneira, nossa exposição buscará desvelar as determinações que situam as mulheres de forma inferiorizada em relação ao homem, desmistificando a falácia que propala a natureza feminina como essencialmente frágil, carente e dependente dos homens. Nesse sentido, reafirmamos a pergunta: o que nos torna humanos?

O que é o homem<sup>13</sup>? Qual foi o ponto de partida do processo de humanização desse homem? Em primeiro lugar gostaríamos de deixar claro que partiremos da análise marxista do conceito de homem. Não temos a intenção, em nossa tese, de discutirmos acerca das várias concepções de homem e/ou de essência humana. Por um lado, consideramos que o texto ficaria mais rico, porém, nesse momento, ainda não nos foi possível fazermos essa análise, averiguando e dialogando com outras correntes ou concepções.

Examinaremos a temática apresentada neste tópico com o enfoque na análise sobre a categoria trabalho, uma vez que isso nos permitirá desenvolver nosso exame acerca das determinações sobre o tornar - se humano do homem.

Engels, em seu texto “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”, originalmente publicado em 1876, esclarece que o trabalho “é a

---

<sup>12</sup> A ONU define o empoderamento das mulheres como: promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia para garantir o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável.

<sup>13</sup> Muitos autores defendem a ideia de que quando se fala em homem dentro da historicidade da humanidade, estaria aí também inclusa a mulher, enquanto ser histórico também. Quando se fala em conceito de homem, também estaria falando em conceito de mulher.

condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 2004, p. 13).

Engels afirma que, em última instância, é a partir do trabalho que o homem se transforma em ser social e passa a produzir seus meios de existência individual e coletiva, pois até então o homem vivia quase que exclusivamente direcionado por sua esfera biológica, assim como os outros animais.

De acordo com Sérgio Lessa e Ivo Tonet (2008, p. 21), “O trabalho é o processo de produção da base material da sociedade pela transformação da natureza”. O indivíduo, ao transformar a natureza, também transforma a si e ao seu meio social.

Essa atividade, exclusiva do ser humano, é constituída por momentos ontologicamente indissociáveis: a prévia-ideação e a objetivação. A prévia-ideação, o primeiro momento, é a capacidade de projetar com antecedência a ação e o seu produto na consciência humana; é o planejamento que orienta a atividade. Porém, a atividade apenas efetivar-se-á quando o resultado ou o objeto de sua ação materializar-se na prática. Ainda, segundo Lessa e Tonet (2008, p. 22): “Todo ato humano, portanto, dá origem a uma nova situação, tanto objetiva quanto subjetiva”. Assim, o trabalho possibilita ao homem novas prévias-ideações e novos atos de trabalho, permitindo a ele que se constitua enquanto partícipe do gênero humano e fazendo-o modificar a sua realidade.

Porém, qual a relação que o trabalho tem com a formação da essência humana? Para tentar responder essa pergunta, optamos por investigar duas obras de dois intérpretes marxistas: *Marxismo e antropologia: o conceito de “essência humana”* na filosofia de Marx, de György Márkus<sup>14</sup> e *Conceito marxista do homem*, de Erich Fromm<sup>15</sup>.

Gostaríamos, primeiramente, de chamar a atenção para o fato de que György Márkus, na sua referida obra, tece uma crítica à citada obra de Erich Fromm. Vamos aqui reproduzir tal crítica, que se encontra em uma nota de rodapé do texto de Márkus.

Na verdade, Fromm enfatiza o caráter histórico da “essência humana”, porém ele entende essa historicidade como uma mera *modificação* e

---

<sup>14</sup> O livro de Markus foi originalmente publicado em 1965. Utilizaremos a edição da Expressão popular de 2015.

<sup>15</sup> A primeira publicação dessa obra de Fromm foi publicada em 1961, iremos utilizar a edição da Zahar de 1967.

*desdobramentos* de potencialidades *pré-existentes* (especialmente, potencialidades psicológicas), que são definidas e já dadas na própria existência humana. (Essa abordagem não é incomum; pontos de vista semelhantes podem ser encontrados na maioria das antropologias filosóficas burguesas que procuram, pelo menos, dar conta teoricamente do significado antropológico da historicidade do homem) [...] Então, Fromm afirma: “O potencial do homem, para Marx, é um potencial dado; o homem é, por assim dizer, a matéria-prima humana que, como tal, não pode ser modificada, tal como a estrutura do cérebro tem permanecido a mesma desde a aurora da história” (G. Márkus *apud* E. Fromm, O conceito marxista de homem, p.35).

Não é nossa intenção confrontar as duas obras e/ou os dois autores citados acima. Isto posto, não iremos também fazer um diálogo entre os autores, a priori vamos trazer as contribuições dos dois autores no sentido de elucidar a problemática.

Iniciaremos com o texto de Erich Fromm, no qual o autor relata que a primeira barreira a ser vencida, a fim de chegar a uma compreensão da filosofia de Marx, é a interpretação errônea por parte de cientistas sociais e filósofos no que se refere ao conceito de materialismo histórico. Segundo Fromm (1967, p. 22), estes intelectuais presumem que, na opinião de Marx, a mais forte motivação psicológica do homem seja ganhar dinheiro e ter mais conforto material e mais adiante ele expõe que,

Se esta é a principal força no íntimo do homem, prossegue essa interpretação do materialismo histórico, a chave para se compreender a história são os desejos materiais dos homens; portanto, a chave para explicar a história é a barriga do homem, bem como sua cobiça de satisfação material (FROMM, 1967, p. 22).

Para Fromm (1967, p. 22), “A única premissa quase-psicológica da teoria, jaz na suposição de o homem carecer de alimento, abrigo etc.”. Tal deturpação perdura até os dias atuais, uma vez que muitos intelectuais, contrários ou não ao marxismo, defendem o homem como “essencialmente ruim” ou “essencialmente egoísta”, privilegiando, assim, um caráter materialista de acúmulo de bens materiais, o que, como tentaremos demonstrar, nada tem a ver com a concepção marxista de essência humana.

A principal ideia plantada pelos ideólogos capitalistas é a de ter feito do interesse pelo dinheiro, pelos ganhos e acúmulo de bens materiais a principal motivação humana. No entanto, Marx e Engels, na obra *A ideologia alemã*, esclarecem que “o primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história, a saber, é o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder fazer história” (MARX e ENGELS, 2007, p. 32-33). Mais adiante, os autores proclamam:

Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição

fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX e ENGELS, 2007, p. 33).

O homem faz sua própria história, no entanto para fazer sua história o homem precisa existir, e para existir o homem precisa produzir os meios para mantê-lo vivo. Esta é a necessidade natural do homem: o que está na natureza humana é garantir sua existência e sobrevivência.

Seguindo com Fromm (1967, p. 23-24), o autor assinala que Marx "não considerava o capitalismo como resultado da natureza humana e nem a motivação humana no capitalismo como a motivação universal intrínseca ao homem". Para o autor, Marx,

[...] diferenciava os impulsos humanos entre constantes ou "fixos", existentes em quaisquer circunstâncias e mutáveis pelas condições sociais no tocante a direção e forma, e os impulsos "relativos", que devem sua origem apenas a um certo tipo de organização social. Marx admitia o sexo e a fome pertencendo à categoria de impulsos "fixos", mas nunca lhe ocorreu considerar o impulso por vantagem econômica como um impulso constante (Fromm *apud* Marx, 1967, p. 24).

De acordo com Fromm (1967, p.35), "A História é a história da auto-realização do homem; ela nada mais é que a auto-realização do homem por intermédio de seu próprio trabalho e produção". E continua,

O conjunto daquilo a que se denomina história do mundo não passa de criação do homem pelo trabalho humano e o aparecimento da natureza para o homem; por conseguinte, êle tem a prova evidente e irrefutável de sua autocriação, de suas próprias origens (Fromm *apud* Marx, 1967, p. 35-36).

Portanto, Fromm afirma que o conceito de homem em Marx é fruto da relação entre homem e natureza, dessa relação surge o trabalho e, assim, esse homem torna-se sujeito e produto de sua própria história. Foi através do trabalho que o homem produziu sua humanização. À medida que o trabalho vai se desenvolvendo, se aprimorando e criando objetos, o homem também vai desenvolvendo novas faculdades e capacidades, saindo cada vez mais de sua esfera biológica e dependência fisiológica, deixando de ser regido por leis naturais. O homem vai se tornando, a cada passo evolutivo, um ser social, um ser que constrói e vive em sociedade.

Em sua monumental obra, O Capital, Karl Marx define o trabalho como,

Um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio

material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2008, p. 211).

Em outra passagem da referida obra de Marx, este comenta que o trabalho é indispensável à existência humana, [...] “quaisquer que sejam as formas de sociedade, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 2008, p. 65). O homem é o único ser a relacionar-se com a natureza através de uma mediação: o trabalho. Sendo assim, mesmo numa sociedade comunista, o homem não poderá viver, e nem a sociedade irá se desenvolver, sem o trabalho. Contudo, vale ressaltar que uma sociedade comunista poderá proporcionar um tempo maior para atividades livres, sejam elas intelectuais, esportistas, culturais etc.

Para Erich Fromm, a natureza humana está intimamente relacionada com a categoria trabalho, na forma como o trabalho é realizado pelos indivíduos nas formações sociais. Sendo assim, é a forma como o trabalho é realizado que irá determinar a natureza humana. “O trabalho é a expressão própria do homem, uma expressão de suas faculdades físicas e mentais”, Fromm (1967, p. 48).

O autor assevera que,

Nesse processo de atividade genuína, o homem desenvolve-se a si mesmo, torna-se êle próprio; o trabalho não é só um meio para um fim – o produto – mas um fim em si mesmo, e expressão significativa da energia humana; por isso, pode-se gostar do trabalho (FROMM, 1967, p. 48).

Fromm (1967, p. 48) relata que “a crítica central feita por Marx ao capitalismo, não é a injustiça na distribuição da riqueza; é a perversão do trabalho, convertendo-o em trabalho forçado, alienado e sem sentido”, transformando-o, em um uma “monstruosidade alijada” – expressão do autor. De acordo com Fromm (1967, p. 48) “O conceito marxista do trabalho” é expresso “na abolição completa da sujeição do homem a vida inteira a uma única ocupação”, visto que “a meta do desenvolvimento humano é a do desenvolvimento do homem total e universal”, dessa forma, “o homem tem de ser emancipado da influência mutiladora da especialização”.

Destarte, Fromm concorda com Marx quando este expõe que,

O Comunismo é a abolição positiva da propriedade privada, da auto-alienação humana, e assim a verdadeira apropriação da natureza humana por meio do e para o homem. Êle é, por conseguinte, o retorno do próprio homem como um ser social, isto é, realmente humano, um retorno completo e

consciente que assimila toda a riqueza da evolução anterior. O comunismo como naturalismo plenamente evoluído é humanismo, e como humanismo plenamente evoluído é naturalismo. Êle é a solução definitiva do antagonismo entre o homem e a natureza, e entre o homem e seu semelhante (Fromm apud Marx, 1967, p. 42).

Conforme Fromm, “o conceito marxista de socialismo deflui de seu conceito de homem” (1967, p. 62). E o autor conclui:

Bem evidentemente, a meta do socialismo é o homem. É criar uma forma de produção e uma organização da sociedade onde o homem possa superar a alienação de seu produto, de seu trabalho, de seu semelhante, de si mesmo e da natureza; na qual êle possa regressar a si mesmo e apreender o mundo com suas próprias forças, tornando-se, destarte, unido ao mundo (Fromm, 1967, p. 62).

Portanto, Fromm acredita e afirma, em todo o seu texto *O conceito marxista de homem*, que será no comunismo que o indivíduo enfim desenvolverá a sua essência humana consigo mesmo, com o outro e com o gênero humano.

Enquanto Fromm parte das categorias de alienação e consciência e faz um esboço, mesmo que breve, do pensamento de Marx, para se chegar ao conceito de homem em Marx, György Márkus debruça-se sobre a categoria trabalho com mais profundidade, compreendendo dessa forma, que o conceito marxiano de essência humana pode ser encontrado no trabalho, na sociabilidade e na consciência, assim como na universalidade, que, nas palavras do autor, “abarca esses três momentos e se manifesta em cada um deles”, Márkus (2015, p. 87-88).

Márkus (2015, p. 22) comenta que as pesquisas de Marx “pressupõem como algo dado essa condição do homem enquanto um ser natural, biológico; Marx não se ocupa do processo de antropogênese que conduz à formação do *Homo sapiens* como uma espécie biológica” e, mais adiante, ele afirma que, para Marx, o foco de seu interesse é o desenvolvimento sócio-histórico do homem.

No entanto, faz-se necessário explicitarmos, mesmo que de maneira bastante breve, acerca das esferas do ser, o salto ontológico e o momento predominante. Recorreremos a Sérgio Lessa, interprete da obra lukacsiana, e sua obra *Para compreender a Ontologia de Lukács*.

Segundo Lessa *apud* Lukács (2007, p. 24-25), existem três esferas ontológicas distintas: “a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo”. No entanto, Lessa (*idem*, p. 24) nos faz duas advertências: a primeira diz respeito que há uma distinção

ontológica entre a esfera inorgânica, a esfera biológica e o ser social, enquanto no ser social a consciência desempenha um papel fundamental, possibilitando que os homens respondam de maneira sempre distinta às novas situações postas pela vida; na esfera inorgânica um ser não se reproduz, sua essência caracteriza-se por tornar-se-outro, uma pedra converte-se em areia; na esfera biológica permanece o processo de reprodução de si mesmo, repor-o-mesmo, a goiaba produz goiabeira; a segunda advertência diz respeito que, apesar de distintas, as três esferas ontológicas estão indissoluvelmente articuladas:

Sem a esfera inorgânica não há vida, e sem vida não há ser social. Isso ocorre porque há uma processualidade evolutiva que articula as três esferas entre si: do inorgânico surgiu a vida e, desta, o ser social. Essa processualidade evolutiva é responsável pelos traços de continuidade que articulam as três esferas em si (LESSA, 2007, p. 25).

A simultânea distinção e articulação entre as três esferas ontológicas, para Lessa (2007, p. 27), pode ser mais bem compreendida se levarmos em consideração o que Lukács denominou de *salto ontológico*.

Lessa apud Lukács (2007, p. 28-29),

Todo salto implica numa mudança qualitativa e estrutural do ser, na qual a fase inicial contém certamente em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver daquelas a partir de uma simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento repentino ou gradual, ao longo do tempo, da nova forma de ser.

Dessa maneira, o momento *continuum* da processualidade evolutiva, seria composto por dois momentos: o primeiro é o de ruptura da esfera inorgânica que engendra na esfera orgânica e o segundo seria a ruptura da esfera orgânica que engendrou na esfera social. Isso quer dizer que o salto ou o momento predominante é o estatuto ontológico de uma esfera para outra.

## 2.4 MARXISMO E A QUESTÃO FEMININA

*A mulher do povo teve de trabalhar pesado desde sempre. Na horda bárbara ela carrega o peso, coleta alimentos; no povoado primitivo, planta e mói o cereal, faz panelas; na Antiguidade, como escrava, serve os senhores e amamenta os rebanhos; na Idade Média, fiava para o senhor feudal. Mas, desde que existe a propriedade privada, na maioria das vezes a mulher do povo trabalha separada da grande oficina da produção social, ou seja, separada também da cultura, encurralada na estreiteza doméstica de uma pobre existência familiar<sup>16</sup>.*

Existe uma matriz opressora contra a mulher, tal matriz surge juntamente com a propriedade privada e a família monogâmica e, posteriormente, com a divisão de classes. A família monogâmica e a propriedade privada representaram o afastamento da mulher na esfera produtiva da velha comunidade primitiva: se por um lado a família monogâmica passou a exigir da mulher a fidelidade em nome da paternidade, a propriedade privada transformou a mulher em serva do lar e escrava do marido. Assim, relegada aos afazeres domésticos e aos cuidados das crianças e dos idosos, o trabalho feminino perdeu seu valor produtivo e útil à vida e à manutenção econômica da tribo, adquirindo um caráter embrutecedor e pobre no que diz respeito às capacidades humanas.

Utilizaremos como texto básico<sup>17</sup> nesse tópico o livro de Friedrich Engels *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*<sup>18</sup>, obra basilar dentro do referencial marxista em que o autor resgata com maestria o papel da mulher nas sociedades primordiais e põe fim no mito da inferioridade da mulher em relação ao homem, e a obra ser o principal texto marxista que trata especificamente da opressão feminina.

<sup>16</sup> Rosa Luxemburgo. Textos escolhidos. Volume I (1899-1914). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

<sup>17</sup> Isso não quer dizer, de forma alguma, que não utilizaremos outras obras e outros textos.

<sup>18</sup> A primeira edição do livro data de 1884.

Para Henrique Carneiro<sup>19</sup> (2015),

A tese central de Engels é que, na passagem da selvageria para a barbárie, ao final do “comunismo primitivo”, nascem conjuntamente a opressão de classe, com o surgimento da propriedade privada, inclusive de outros homens na forma de escravos, e a opressão feminina com a subordinação da mulher ao direito paterno para garantir a transmissão de sua linhagem e propriedade. Nesse sentido, ele afirma de forma lapidar, que “a derrota histórica do gênero feminino” ocorreu com o advento da propriedade privada.

Nas sociedades primordiais, os bens materiais eram coletivos, isto é, pertenciam a toda comunidade, não existia a propriedade privada dos meios de produção e a principal característica de todas era o matriarcado, no qual a mulher não só exercia sua autoridade familiar, como também a descendência da família só podia ser verificada a partir da mãe.

Segundo Engels (1987, p. 50),

Uma das idéias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre como, também, muito considerada.

Ainda hoje, a mulher é vista como um ser inferior ao homem, observa-se tal fato pelos altos índices de violência doméstica; pela reprodução do machismo no que tange à mulher “saber se comportar”, “se dar ao respeito”, “saber se valorizar”; pelo julgamento moral e de valor a que são submetidas as mulheres desde a infância, com argumentos que são usados como justificativa para denegrir, violentar e assediar as mulheres.

Entretanto, para atingirmos a essência do fenômeno da opressão feminina, faz-se necessária a compreensão da constituição da família<sup>20</sup>. De acordo com Engels (1987) *apud* Lewis Henry Morgan (1818-1881), autor do livro *A Sociedade Antiga*, editado em 1877,

[...] A família, diz Morgan, é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente (ENGELS, 1987, p. 30).

<sup>19</sup>Texto publicado em: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=4521>

<sup>20</sup> Morgan define e conceitua quatro modelos de família: família consanguínea; família punaluaana; família sindiásmica e família monogâmica.

Todavia, foi com a instituição da família monogâmica que a mulher perdeu de vez sua importância na esfera econômica e social. Para Morgan (1981, p. 61), “A família monogâmica deve suas próprias origens à propriedade”, ou seja, o germe da família monogâmica contém, fundamentalmente, a propriedade, a posse de algo, desse modo, Morgan (1981), destaca,

Quando as tribos gregas entraram no período histórico, já existia a família monogâmica; mas ela não se instaurou completamente enquanto uma legislação precisa não determinou seu *status* e seus direitos. O desenvolvimento da idéia de propriedade na mente humana, através de sua criação e de sua posse, e especialmente através da sistematização dos direitos legais que regulam sua transmissão hereditária, é intimamente ligado com a instauração dessa forma de família (MORGAN, 1981, p. 61-62).

A propriedade tomou dimensões antes desconhecidas pelos indivíduos, como a posse da terra, dos bens materiais e principalmente dos filhos. Morgan comenta que “A certeza diante da paternidade dos filhos passava agora a adquirir um significado desconhecido nas condições anteriores (1981, p. 62)”. É importante ressaltar que no casamento monogâmico, implantado dentro dessa comunidade primitiva, restringe-se a poliandria – mulheres que têm vários parceiros -, porém conserva-se a poligamia – homens que têm várias parceiras. A monogamia é exigida, em última instância, somente da mulher. A liberdade sexual, a qual a mulher gozava, foi-lhe retirada, sob pena de ser castigada caso traísse seu companheiro. O homem agora tem o direito sobre a vida e a morte da mulher e dos filhos.

O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens no interior da família é o patriarcado, a principal característica que assinala a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. Podemos verificar que esta passagem não possui nenhuma relação com uma suposta superioridade biológica, física ou mental do homem sobre a mulher, e sim com exigências sócio-econômicas e com o surgimento da propriedade privada dos instrumentos de trabalho e dos meios de produção. Engels (1987), inclusive, relata que esse fato foi o grande responsável pela a derrocada das mulheres. Segundo o autor,

O desmoronamento do direito materno, *a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (1987, p. 61, grifo do autor).

A mulher é afastada da produção social, passando a ocupar a função de reprodutora e recolhendo-se ao mundo doméstico. A mulher passa à condição de submissa ao homem, tornando-se escrava do lar e objeto sexual.

Evelyn Reed<sup>21</sup> (2008), em um de seus discursos comentando sobre o assunto, fez a seguinte indagação: “Como se produziu esta inversão tão drástica?” (2008, p. 35); a autora responde que:

Na verdade, ela teve início com a introdução de grandes mudanças na estrutura da sociedade, e com o rompimento do antigo sistema comunista (ou comunal). Enquanto as mulheres mantiveram suas instituições coletivas, conseguiram não ser derrotadas; mas quando surgiu o novo sistema de propriedade privada, o matrimônio monogâmico e a família, as mulheres se dispersaram e cada uma se converteu em uma esposa solitária e mãe confinada a um lar isolado. Enquanto as mulheres estavam unidas, representavam uma grande força social. Separadas e isoladas umas das outras, e confinadas à cozinha e à educação dos filhos, perderam todo o seu poder. Este processo histórico foi entretanto negado e obscurecido por aqueles que desejam manter os mitos e defendem a existência eterna da instituição matrimonial e da família (2008, p. 35).

Seguindo, ainda, com esta mesma linha de raciocínio de Reed (2008, p.19),

Um dos maiores obstáculos com que nos defrontamos é a falta de informação concreta sobre a transformação histórica da mulher e da família. Tal coisa é muito útil para que a mulher se mantenha ignorante e submissa aos mitos que se propagam em sua volta.

A engrenagem desse modelo familiar, em que a maior prejudicada é a mulher, apesar de secular, persiste na sociedade hodierna. A violência infligida às mulheres por seus companheiros denuncia o quanto ainda precisamos avançar nesse quesito, visto o quão comum é ouvirmos ou presenciarmos qualquer tipo de violência contra a mulher, seja verbal, moral ou sexual. Como já foi comentado neste texto, as exigências morais sobre a mulher, bem maiores do que as sobre os homens, são requisitos seculares “da boa conduta feminina”, ainda cobrados pela sociedade e, como explana Reed, “são úteis para que a mulher se mantenha ignorante e submissa aos mitos que se propagam em sua volta”.

Para Engels (1987, p. 70), a família monogâmica “foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva”. Completando que: “Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram

---

<sup>21</sup>Evelyn Reed (1905-1979), foi uma importante antropóloga e militante marxista norte-americana, seus textos sobre a questão feminina destoam da visão culturalista, corrente muito influenciadora na Ciência Sociais.

a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele” (idem, *ibidem*). A monogamia reprime as necessidades feminina, degrada a mulher e a coloca sob julgamento do marido, basta uma mera desconfiança para o esposo cumprir com seu papel de macho e de homem. Parece antigo e clichê, mas, enquanto os homens gozam de um aparato social e cultural para exercer livremente sua poligamia, a mulher paga com a vida a uma menor suspeita.

A família individual, categoria utilizada por Engels, no referido livro, como similar a família monogâmica, não significou, em época alguma, desde sua concretização como modelo, uma libertação feminina, pelo contrário. Engels (1987, p. 71) comenta que “A monogamia foi um grande progresso histórico”, mas, opostamente, significou em escravidão feminina; o autor afirma ainda: “Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletariado” (idem, p. 80).

Engels (1987, p. 70-71) assevera:

Hoje posso acrescentar que: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.

Sob o domínio do homem, a mulher, além de ser retirada da esfera produtiva, econômica e social, como falado anteriormente, tem seu trabalho, seu corpo e sua reprodução biológica relegados à escravidão do trabalho doméstico, e seu destino passado para as mãos dos homens. De acordo com Engels: “Para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade de seus filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer seu direito” (1987, p. 62).

O trabalho doméstico agrava o processo de inferiorização da mulher. Além de embrutecê-la, toma-lhe o tempo de aprimoramento intelectual e artístico, da participação política e social, bem como, a separa da produção material do conjunto da sociedade.

Marx (2004, p. 104) ilustra de forma precisa, sobre a problemática da relação entre a mulher e o homem:

Na relação com a *mulher* como *presa* e criada da volúpia comunitária está expressa a degradação infinita na qual o ser humano existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem a sua expressão *inequívoca*, decisiva, *evidente*, desvendada, na relação do *homem* com a *mulher* e no modo como é apreendida a relação genérica *imediata*, *natural*. A relação imediata, natural, necessária, do homem com o homem é a relação do *homem com a mulher*. Nesta relação genérica natural a relação do homem com a natureza é imediatamente a sua relação com o homem, assim como a relação com o

homem é imediatamente a sua relação com a natureza, a sua própria determinação *natural* (MARX, 2004, p. 104). (Grifos do autor)

A relação entre o homem e a mulher na sociedade capitalista se manifesta entre dois seres alienados. Ele toma a mulher como propriedade, como mercadoria, escrava do lar e de sua luxúria, e ela o toma como seu senhor, como seu patrão, seu dono. Conforme Toledo (2017, p. 79),

Enquanto dona de casa, ela não é dona de mais nada. Decai a uma mercadoria, a mais miserável das mercadorias, já que sua miséria está na razão inversa do peso de seu trabalho. Ela retorna à sua condição inicial de escrava, e o escravo é a mercadoria por excelência. Seu trabalho não é concretizado em coisas palpáveis que possam se contrapor à mulher enquanto trabalhadora doméstica. Ela se anula em objetos invisíveis. É trabalho que se esvai em trabalho. Se a alienação vem com a separação do homem como produto de seu trabalho, um trabalho que não gera produto (como é o caso do trabalho doméstico) e só gera trabalho, é um trabalho contínuo, sem fim (TOLEDO, 2017, p. 79).

Portanto, o capital utiliza a instituição Família para a sua reprodução social. Assim como a escola se encarrega da educação, a justiça das leis e o exército da repressão, a família se encarrega da reprodução social, o trabalho da mulher no seio da família nuclear, só serve ao capital.

A consolidação da família monogâmica significou e, de certo modo, ainda significa, para a mulher um aprisionamento ao lar, ao pai, aos irmãos, ao marido e muitas vezes aos filhos, ou seja, aos homens da família. Muitas mulheres, para seguirem seu caminho ou sua própria vontade, tiveram que entrar em confronto com sua própria família. Quando Marx e Engels, em 1848, defenderam no *Manifesto do Partido Comunista* a abolição da família, não demorou para que a sociedade, de modo geral, condenasse esses dois como imorais, que se colocavam contra o modelo tradicional de família. Para os autores,

Em sua forma completamente desenvolvida esta família existe apenas para a burguesia. Mas este estado de coisas encontra seu complemento na ausência prática da família entre os proletários e na prostituição pública. A família burguesa desaparecerá naturalmente quando seu complemento desaparece e ambos desaparecerão com o sumiço do capital. Nos acusam de querer acabar com a exploração das crianças por seus pais? Desde crime, confessamos que somos culpados. Mas, vocês dirão, destruimos a mais santificada das relações, quando substituímos a educação doméstica pela social (2007, p. 82-83).

Ora, a servidão e submissão da mulher à família é histórica, no entanto, infelizmente, esta bandeira de luta perdeu força no movimento feminista, talvez pelo falso discurso do capital de que a mulher teria ascendido socialmente sob seu modelo de

produção, por ela estar empregada, no entanto, Marx, já em 1867, ano da publicação do *Capital*, afirma que,

Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital (2008, p. 451).

Concordamos com a ideia de que o emprego feminino na grande indústria capitalista significou um avanço para as mulheres da classe trabalhadora, visto que era a volta das mulheres à esfera produtiva, econômica e social. Todavia, os capitalistas instituíram novas formas de opressão contra a mulher. A exploração econômica manteve e aprofundou as desigualdades entre homens e mulheres, transformando-os em concorrentes diretos na disputa por trabalho e fazendo com que a mulher ganhe menos que o homem.

Desse modo, a mulher, ainda hoje, se vê numa dupla ou, por muitas vezes, tripla jornada de trabalho – casa, trabalho e militância. Mesmo com toda a propaganda capitalista do empoderamento feminino, o que a realidade nos mostra é assédio sexual nos transportes públicos, violência doméstica, estupro coletivo, desigualdade salarial. Além disso, ser mulher representa, em pleno século XXI, ser culpabilizada, na maioria das vezes, pela opressão sofrida.

### 3 DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO

*Proletária, a mais pobre dos pobres, a mais injustiçada dos injustiçados, vá à luta pela libertação do gênero das mulheres e do gênero humano do horror da dominação do capital. A social-democracia concedeu a um você um lugar de honra. Corra para o front, para a trincheira!*<sup>22</sup>

Tem ocorrido nas últimas décadas, uma acentuada feminização no chamado mundo do trabalho, sendo considerada um fenômeno mundial<sup>23</sup>. Todavia, observamos que a maior presença feminina ocorre nos empregos mais precários e explorados, uma vez que, apesar da ampliação do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, ainda é significativa a desigualdade em termos de valorização do trabalho feminino em relação ao trabalho masculino. Para entendermos melhor tal fenômeno, primeiramente, faremos uma incursão sobre como a divisão sexual do trabalho se tornou uma expressão da divisão social do trabalho.

Conforme Engels (1987), a mulher na sociedade primitiva era mais valorizada em sua posição social, seja como mãe ou caçadora. O fato de pertencer ao sexo feminino em nada a prejudicava ou a colocava inferiorizada em relação ao homem. A divisão social do trabalho tinha um caráter coletivo, de acordo com as necessidades das tribos, assim como a criação e o cuidado dos filhos, que, como relatado no capítulo anterior, era de responsabilidade de toda a tribo e não só do núcleo familiar.

Dessa forma, para Engels (1987, p. 51-52), “A divisão do trabalho entre os dois sexos depende de outras causas que nada têm a ver com a posição da mulher na sociedade”. Segundo o mesmo autor (1987, p. 51), “Lar comunista significava predomínio da mulher na casa; tal como o reconhecimento exclusivo de uma própria mãe, na impossibilidade de conhecer com certeza o verdadeiro pai; significa alto apreço pelas mulheres, isto é, pelas mães”. No entanto, com o advento da propriedade privada,

<sup>22</sup> Rosa Luxemburgo. Textos escolhidos. Volume I (1889-1914). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

<sup>23</sup> Obras que atestam essa tese: TOLEDO, Cecília. **Gênero e Classe**. São Paulo: Sundermann, 2017. NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

a forma como o homem passa não só a enxergar o trabalho, mas o trabalho feminino e a própria mulher, constituíra-se, em última instância, na mudança mais profunda que atingiu o seio da sociedade primitiva, com repercussões sentidas até hoje por todo o sexo feminino, assim como na divisão social do trabalho.

Marx e Engels nos apresentam alguns elementos em relação à composição da divisão sexual do trabalho:

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheio (Marx e Engels, 2007, p. 36).

Podemos observar que a divisão social do trabalho gera uma forma de divisão sexual do trabalho, ou seja, entre as ditas funções femininas e masculinas. Ao tratar particularmente dessa questão, Engels (1987, p. 70) assinala,

[...] A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.

Portanto, tal fato já existia na sociedade primitiva, porém estava fixada de forma natural, segundo a capacidade e força corporal de cada um e as necessidades da tribo. Por exemplo, enquanto uns caçavam, outros coletavam; enquanto um cuidava das tarefas domésticas, outros cuidavam da plantação, enfim, esta divisão não colocava uns como superiores aos outros e nem era baseada na diferença sexual entre homens e mulheres. Para Marx e Engels (2007, p. 37),

E, finalmente, a divisão do trabalho nos oferece de pronto o primeiro exemplo de que, enquanto os homens se encontram na sociedade natural e, portanto, enquanto há a separação entre interesse particular e interesse comum, enquanto a atividade, por consequência, está dividida não de forma voluntária, mas de forma natural, a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado.

A partir do momento no qual a divisão social do trabalho perde seu status natural, um novo modo de produção vai se estruturando, edificado sobre a propriedade

privada, a família monogâmica<sup>24</sup> e, conseqüentemente, com um novo modelo de divisão social do trabalho, que adquire uma nova característica: a divisão sexual do trabalho. Para Marx e Engels (2007, p. 37), “Além do mais, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade”. No caso, o referido produto é a Mercadoria<sup>25</sup>.

Apesar de a divisão do trabalho ser uma condição necessária para a produção de mercadorias, para Bottomore (2001, p. 112) “sem atos de trabalho mutuamente independentes, executados isoladamente uns dos outros, não haveria mercadorias para trocar no mercado”. Contudo, o autor assinala:

A produção de mercadorias não é uma condição necessária para a existência de uma divisão social do trabalho; mesmo as comunidades primitivas já conheciam a divisão do trabalho, mas seus produtos nem por isso se convertiam em mercadorias (BOTTOMORE, p. 112).

De acordo com Bottomore (2001, p. 112-113), há duas divisões de trabalho inteiramente diversas a serem consideradas:

Primeiro, há a divisão *social* do trabalho, entendida como o sistema complexo de todas as formas úteis diferentes de trabalho que são levadas a cabo independentemente umas das outras por produtores privados, ou seja, no caso do capitalismo, uma divisão do trabalho que se dá na troca entre capitalistas individuais e independentes que competem uns com os outros. Em segundo lugar, existe a divisão de trabalho entre trabalhadores, cada um dos quais executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalhador coletivo. Esta é uma divisão de trabalho que se dá na produção, entre o capital e o trabalho em seu confronto dentro do processo de produção. Embora esta divisão do trabalho na produção e a divisão de trabalho na troca estejam mutuamente relacionadas, suas origens e seu desenvolvimento são de todo diferentes. (Grifo do autor)

---

<sup>24</sup> Essa edificação não seria possível sem o Estado, porém, não é nossa intenção fazer um exame detalhado sobre a função cumprida por esta instituição na sociedade de classe, dessa forma, iremos apenas citar uma passagem da obra de Engels: “Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora objeto mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado” (ENGELS, 1987, p. 119-120).

<sup>25</sup> Em sua grande obra *O Capital*, Karl Marx começa sua investigação expondo sobre a categoria mercadoria. O autor assinala que “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”. Para Marx, a mercadoria, isoladamente, é a forma elementar da riqueza das sociedades regidas pela produção capitalista (MARX, 2008, p. 57).

É importante ressaltar que, apesar de nos determos com maior rigor sobre a divisão do trabalho na produção que se dá entre o capital e o trabalho, aquela que existe na fábrica entre os trabalhadores é onde se mostra, de forma mais clara, a divisão sexual do trabalho e a precarização mais especificamente do trabalho da mulher. Isso não quer dizer que deixaremos de lado a divisão social do trabalho, que encontramos entre os capitalistas, no setor comercial, e entre nações que entram em contato uma com a outra, tendo em vista que as duas formas de divisão se relacionam.

Portanto, seguiremos com a definição de Bottomore sobre a divisão social do trabalho,

Consideremos primeiramente a divisão social do trabalho. Ela existe em todos os tipos de sociedade e tem origem nas diferenças da fisiologia humana, diferenças estas que são usadas para favorecer determinados fins dependendo das relações sociais que predominem. Além disso, comunidades diferentes têm acesso a diferentes meios de produção e de subsistência em seus ambientes naturais, e tais diferenças estimulam a troca de produtos quando as diferentes comunidades entram em contato. Assim, a troca dentro de e entre unidades sociais (a família, a tribo, a aldeia, a comunidade, ou seja, o que for) dá impulso à especialização da produção e, portanto, a uma divisão do trabalho (BOTTOMORE, 2001, p. 112).

Dentro da forma de sociabilidade capitalista, a divisão do trabalho no seio da produção pressupõe a concentração dos meios de produção, como propriedade privada, quase que exclusivamente pelos capitalistas, acentuando ainda mais a diferença entre explorados e exploradores, e assim, agudizando a luta de classes. Inclusive, a própria força de trabalho do indivíduo também se encontra sob a tutela do seu empregador, e, dessa forma, a divisão do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho. Segundo Bottomore (idem, p. 113),

Ao contrário, na divisão do trabalho na produção, nenhum trabalhador individual produz uma mercadoria; cada trabalhador é apenas um componente do trabalhador coletivo, a soma total de todas as atividades especializadas. E as únicas atividades de compra e venda que têm lugar nesse processo são a compra, pelo capitalista, da força de trabalho do número de trabalhadores necessário e a venda de sua força de trabalho ao capitalista por parte desses trabalhadores.

Ao fim e ao cabo, nos tempos atuais, todo indivíduo, obrigatoriamente, tem que vender a sua força de trabalho para sobreviver, obtendo, na maioria das vezes, apenas o suficiente para: ir de casa para o trabalho e do trabalho para casa, pagar as contas básicas – água e energia – e alimentar-se. Nesse caso, o trabalho doméstico, desempenhado pelas mulheres de forma gratuita, torna-se essencial para a

funcionalidade e consolidação do modo de produção capitalista, que tem como uma das pedras angulares a divisão social do trabalho, da qual, por sua vez, resulta a divisão sexual do trabalho.

Dito isso, analisaremos, a partir de agora, a exploração do capital sobre a força de trabalho, buscando evidenciar a particularidade da exploração do trabalho feminino. É importante observar que essa exploração não se dá de forma diferente em relação ao homem e, sim, de forma acentuada. Tanto o homem quanto a mulher sofrem com a exploração do capital sobre seu trabalho, mais especificamente, nas indústrias e fábricas. Contudo, compreendemos que a exploração é mais intensa sobre o sexo feminino, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva. Por isso, discorrer sobre a divisão sexual do trabalho é muito mais que constatar a presença das diferenças entre homens e mulheres ou sobre o que é chamado de trabalho feminino e trabalho masculino, é necessário apreender como o trabalho feminino é fundamental para a produção e reprodução do capital.

Cecília Toledo, em seu livro *Gênero e Classe* (2017), expõe de forma clara como o capital usufrui do trabalho doméstico das mulheres:

Do salário pago pelo capitalista para que a força de trabalho se reproduza, é descontado o trabalho doméstico, aquele realizado no seio da própria família, em especial pela mulher, e pelo qual o capitalista não desembolsa nada. No lar, o trabalhador se alimenta, descansa e repõe suas energias para continuar trabalhando para o capitalista. Se o salário é o necessário para a sobrevivência do trabalhador, ou seja, para a reprodução da força de trabalho, o trabalho doméstico deveria fazer parte desse cálculo. No entanto não o faz. O capitalista explora a separação entre o processo de produção de mercadorias e o processo de reprodução da força de trabalho para, dessa forma, incrementar a extração de mais-valia (TOLEDO, 2017, p. 76).

Consideramos que a família é uma célula importantíssima para a sociedade capitalista, e, em virtude de tal fato, tratamos dessa categoria no 2º capítulo. A família patriarcal que, como nos demonstrou Engels, surge com a propriedade privada e as classes sociais, sendo adaptada ao longo da história e utilizada pela burguesia de acordo com suas necessidades. A família na sociedade primitiva cumpria outras funções e estava longe de ser uma fonte de opressão e exploração feminina, tendo em vista que a família era a principal unidade da produção social, dessa maneira, o trabalho feminino era tão importante quanto o do homem e nem seu trabalho nem seu sexo a inferiorizava em relação ao sexo masculino.

O lar onde são realizadas as tarefas domésticas e que pode ser entendido, em última instância, como um espaço privado, se confunde com o papel da mulher no núcleo familiar, visto que suas funções são ditas naturais e essencialmente femininas. Entendemos que a constituição dos papéis sexuais e as definições do que é trabalho masculino e trabalho feminino foram construídas e solidificadas ao longo da história de acordo com as necessidades de cada época.

Ainda sobre o trabalho da mulher na esfera doméstica, a autora Maria Valéria Junho Pena (1981), que pesquisou em sua obra o trabalho feminino no período inicial da industrialização no Brasil, reafirma, de certo modo, o que é apontado por Toledo (2017),

O trabalho doméstico (fazer e determinar compras, cuidar e dirigir a educação dos filhos, responsabilizar-se pela cozinha, limpeza da casa, roupas, organização do espaço doméstico etc.) é basicamente uma atividade reprodutiva porque através dele a mulher cria valores de uso através dos quais trabalhadores e herdeiros sobrevivem rotineiramente. [...] O trabalho doméstico está no cerne da opressão feminina e enquanto o casamento incluí-lo como um mecanismo, através do qual serviços são prestados gratuitamente e crianças são geradas e criadas, tendo a mulher como responsável, a opressão dessa, com ou sem propriedade, com ou sem alternativa de um trabalho assalariado, parece inevitável (PENA, 1981, p.73).

O trabalho doméstico, embora seja parte importante do capitalismo, ocorre fora das relações de produção, no entanto, como podemos observar, na família proletária é a mulher quem produz valores de uso que fazem parte substancial da cesta de consumo familiar e têm relação direta com a reprodução da força de trabalho. Pena (1981, p. 73) expõe que,

Produtos como roupa lavada, participação em reuniões escolares para avaliação do desempenho de filhos/as, comida etc. não são produzidos para o mercado e não são intercambiáveis, senão, talvez, por status e reconhecimento social. De fato, são produzidos para satisfazer necessidades diretas de quem o produz e de sua família e é exatamente nesse sentido que trabalho doméstico é privado.

O mais agravante é que o trabalho doméstico, quase que exclusivamente realizado pelas mulheres, além de estar fora da esfera produtiva, ser gratuito, repetitivo e cansativo, dentre outros entraves, pouco contribui para o desenvolvimento psíquico feminino. Por mais que algumas mulheres almejem casar-se, ter filhos, um marido, o pacote que é vendido como um sonho a ser realizado por “todas as mulheres” gera sua degradação e o lar, local que na maioria das vezes é seu cativeiro, é onde ocorrem os vários tipos de violência sofrida pelas mulheres. Para Toledo (2017, p. 78),

[...] o trabalho doméstico agrava o processo de alienação na mulher. Além de embrutecê-la, como já lembrou Engels, porque lhe toma o tempo de aprimoramento intelectual e artístico, da participação política e social, e a separa da produção material do conjunto da sociedade.

Dois fatores que são importantes para serem discutidos dizem respeito à desvalorização do trabalho feminino, que, na maioria das vezes, vale menos que o trabalho masculino e à dupla jornada de trabalho realizada pelas mulheres. Os dois pontos, de certa maneira, relacionam-se, uma vez que a opressão e exploração da mulher são vistas como naturais. Por conta de uma suposta “essência feminina”, as mulheres são tidas como frágeis tanto psíquica quanto fisicamente, o que é usado como fator decisivo na hora de empregá-las, colocando-as em atividades de baixa remuneração, assim como na sua conversão em escravas domésticas. O fato de ter nascido do sexo feminino já é um dos fatores determinantes para sua opressão e maior exploração.

De acordo com Toledo (2017, p. 78), “Desde o final do século passado, as mulheres se tornaram o principal reservatório de mão de obra barata, o que representa o movimento ascensional das ocupações mal pagas, domésticas e suplementares”. A autora ainda esclarece que,

É o que explica, enfim, a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho como ocorreu com o advento da indústria moderna e como vem ocorrendo hoje, com a globalização da economia: o capital precisa de mão de obra barata, flexível e sem qualificação, apelando, assim, para a força de trabalho feminina, conseqüentemente, degrada o conjunto da classe trabalhadora (TOLEDO, 2017, p. 78).

A Revolução Industrial, que ocorreu em 1770, marcou a introdução da família – pai, mãe e filhos/as – nas engrenagens da indústria, transformando a mulher em força de trabalho, em operária. Assim, a condição feminina no mundo do trabalho, tanto na produção quanto no trabalho doméstico, evidencia que o problema de sua opressão não é meramente cultural, mas um problema de classe que é agudizado pelo modo de produção capitalista. Toledo (2017) explana sobre as mudanças causadas pela grande indústria nas famílias e como estas atingiram a vida social das mulheres.

Foi um processo vertiginoso, que mudou a situação da mulher de todas as classes. A ideologia burguesa do amor maternal mostrou toda a sua hipocrisia ao ser imposta para as mulheres de todas as classes sociais, mas só valia de fato para a mulher burguesa, que tinha condições materiais e espirituais para ser mãe. As mulheres que não eram da burguesia foram confiscadas pelo capital e transformadas em força de trabalho. E junto com seus filhos! (TOLEDO, 2017, p. 52).

A autora, ainda, assegura que:

O capital arrancou a mulher do seio da família e não deu a contrapartida necessária para suprir o vazio que deixava. Nas famílias trabalhadoras, esse vazio era concreto e dramático: Quem tomaria se encarregaria das tarefas domésticas? Lavar, passar, costurar, cozinhar? Quem tomaria conta das crianças? Quem as amamentaria? Quem cuidaria das hortas de subsistência, com contribuição importante na economia doméstica? Enfim, quem cuidaria da reposição da força de trabalho, tão essencial para o funcionamento da engrenagem capitalista? Nada disso foi suprido pelo capital (TOLEDO, *idem*, *ibidem*).

Tanto os operários quanto as operárias trabalhavam longas jornadas, com turnos seguidos e em ambientes insalubres, contudo, se para as mulheres o trabalho nas fábricas significa, por um lado, ganho salarial, por outro, contribuía para o acúmulo de tarefas em casa, visto que, como percebemos na citação acima de Toledo, o capital não proveu o que se perdeu com a falta da mulher/dona de casa no lar. Outro agravante descrito pela autora são os problemas sociais, entre eles, o índice de mortalidade infantil e materna: “Sem tempo para amamentar os filhos, já que muitas operárias eram chamadas ao trabalho dez a 15 dias depois do parto, as mães faziam o que podiam para manter seus filhos quietos enquanto trabalhavam” (TOLEDO, 2017, p. 52). Era comum as mulheres levarem seus filhos pequenos para a fábrica, já que não tinham com quem deixá-los e nem como pagar alguém que cuidasse deles.

Marx (2008) narra como se deu a apropriação pelo capital da força de trabalho de mulheres e de crianças. A nova produção mecanizada que se originou com a revolução industrial permitia o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com o desenvolvimento físico incompleto. O capitalista sem nenhuma dor na consciência, não hesitou e utilizou a mão de obra que lhe seria mais lucrativa:

Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho de mulheres e das crianças. Assim, de todo poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital (MARX, 2008, p. 451).

Mais adiante, Marx (2008, p. 455) chama a atenção para o fato da ruína física das crianças, dos jovens e das mulheres, ocasionada pelo contato direto com a máquina e pela exploração do capital nas fábricas mecanizadas e, depois, pelo contato indireto, em todos os demais ramos de atividade. Marx (2008) verificou um aumento considerável nas taxas de mortalidade infantil nesse período, ocasionado pelos fatos de as mães estarem nas fábricas e serem obrigadas a deixar seus filhos sozinhos em casa;

pelo baixo salário dos trabalhadores que levava a uma alimentação inadequada e insuficiente, assim como pelo próprio emprego de crianças em trabalhos insalubres.

Além da alimentação inadequada, acima referida, Toledo (2017) refere-se a “uma mistura de Godfrey”, composta de láudano, um tranquilizante à base de ópio e melado, de largo uso entre as mulheres e que também era ministrado nas crianças com o objetivo de mantê-las quietas o resto do dia para que as mães pudessem trabalhar. Os reflexos dessa situação podiam ser vistos nos altos índices de mortalidade infantil e nos sofrimentos infundidos às mães pobres, solteiras ou casadas (TOLEDO, *idem*, p. 52).

Outro ponto importante discutido por essa autora diz respeito à dupla jornada de trabalho sofrida pela mulher operária,

Assim, apesar de ter sido *confiscada* pelo capital para ir à fábrica, a mulher não foi libertada da escravidão do trabalho doméstico. O trabalho fora de casa, se por um lado significou o início de sua libertação, já que unificou a mulher à classe operária e lhe deu, assim, as ferramentas para lutar contra o capital e por sua emancipação, por outro lado impôs a ela a duplicação da jornada de trabalho e, com isso, a duplicação de sua alienação enquanto trabalhadora, já que a mulher não é uma na fábrica e outra em casa. Ela é um ser único, que exerce essas duas funções sociais (TOLEDO, 2017, p. 53). (Grifo da autora)

Vale lembrar que Engels, no seu manuscrito<sup>26</sup> de 1884, narra algo muito parecido com o que nos relata Toledo (2017), uma vez que a autora se baseia nessa citada obra. Para o autor “As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica” (1987, p. 80). Continuando em seu raciocínio, Engels expõe que,

O governo do lar se transformou em *serviço privado*; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a proletária – o caminho da produção social. Mas isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte da indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas (ENGELS, *idem*, *ibidem*). (Grifo do autor)

Conforme esse autor, a família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. Para a mulher libertar-se do trabalho doméstico e adentrar de vez na esfera produtiva, sem que tenha que se desdobrar em duas, esse modelo familiar monogâmico terá que ser substituído por outro, que preze pela mulher

---

<sup>26</sup> A origem da família, da propriedade privada e do estado

emancipada de suas amarras quanto a essa propalada “essência feminina”, que naturaliza a opressão e exploração da mulher no lar e no trabalho.

Quanto a essa questão, Engels, provoca um debate interessante, ao afirmar que:

A república democrática não suprime o antagonismo entre as duas classes; pelo contrário, ela não o faz senão proporcionar o terreno no qual o combate vai ser decidido. De igual maneira, o caráter particular do domínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade (ENGELS, 1987, p. 80-81).

O citado livro de Engels (1987) acabou por se tornar um dos principais legados marxistas no que se refere à condição da mulher na sociedade capitalista. Engels busca não só averiguar uma base materialista para opressão da mulher, como também investigar a origem ou o que ele chama de “a grande derrota histórica do sexo feminino em todo mundo”<sup>27</sup>. Pautando a opressão e a exploração feminina com o advento da propriedade privada e da família monogâmica, o autor desmistifica a ordem natural relacionada ao sexo de que a mulher é inferior ao homem como algo dado da natureza feminina e que ela sempre teve uma condição de subalterna em relação ao homem.

Maria Valéria Junho Pena<sup>28</sup>, em seu livro *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*, faz algumas observações sobre Engels, utilizando duas de suas obras: *A origem da família, da propriedade privado e do estado* e *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Em um tópico intitulado “A opressão da mulher e o trabalho feminino no marxismo”, as críticas da autora estão assim colocadas:

[...] em primeiro lugar, sua presunção de que a família monogâmica desapareceria no proletariado assim que a mulher entrasse a trabalhar na indústria moderna é evidentemente falseada pelos próprios fatos; em segundo, ele toma a divisão sexual do trabalho como um dado que não requer explicação – mesmo no sistema de parentesco baseado no “direito da mãe” as mulheres encarregavam-se do trabalho doméstico, enquanto os homens iam caçar e, no entanto, Engels não procura explicar coerentemente tal divisão;

<sup>27</sup> Engels (1987, p. 61).

<sup>28</sup> Escolhemos esta autora como exemplo por conta de sua proximidade com a temática estudada por nós e por deixar claro em sua obra as críticas em relação a Friedrich Engels e a Karl Marx.

em terceiro lugar, ele não reconhece o trabalho doméstico da mulher como uma atividade através da qual força de trabalho é gerada e repostada em uma base cotidiana (PENA, 1981, p. 59).

Optamos por esse exemplo para demonstrar como as deturpações ao marxismo, por vezes, são vazias de sentido e lógica. Engels (1987, p. 80), como já foi evidenciado, assinala que a “família individual moderna baseia-se na escravidão moderna”, sendo assim, a mulher casada que cumpre com seus deveres no serviço privado da família fica excluída da produção social; já para a mulher que torna-se parte da classe operária, lhe é impossível cumprir com suas obrigações domésticas (idem).

Engels (1987) expõe sobre a divisão do trabalho em toda sua obra. Foi a partir do legado desse autor que compreendemos que a divisão social do trabalho adquire uma nova particularidade denominada de divisão sexual do trabalho, com o surgimento da propriedade privada e da família monogâmica, o que por sua vez, fez com que a mulher perdesse a supremacia dentro de casa, para a preponderância do homem no lar: “o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma significativa contribuição” (ENGELS, 1987, p. 182). Os autores também consideram que a divisão do trabalho na sociedade primitiva era algo natural e que não significava uma inferiorização do trabalho da mulher em relação ao trabalho do homem.

Engels (1987) afirma várias vezes, que o trabalho doméstico é uma escravidão, uma prisão para as mulheres e que deve ser abolido. Para o autor (idem, ibidem),

Isso demonstra que a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante. Esta condição só pode ser alcançada com a grande indústria moderna, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico em uma indústria pública.

O autor não identifica apenas uma condição para a emancipação feminina, como a participação da mulher na indústria, visto que isso já acontece desde a Revolução Industrial quando a mulher passou a ser utilizada como mão de obra, contudo, bem mais barata que a do homem e sem se libertar das atividades domésticas. Note que, conforme Engels, são necessárias: a abolição da família individual enquanto um espaço de dominação masculina e de servidão feminina; a reincorporação da mulher

à indústria moderna sem a dupla jornada de trabalho e a igualdade perante a lei entre homens e mulheres. Não é apenas um elemento isoladamente que irá determinar o fim da opressão e da exploração sofrida pelas mulheres, e sim a conjunção dos três fatores citados acima. Com isso, será dado início à libertação, inclusive, de toda a classe trabalhadora. Sem a herança marxista, seria muito mais complicado chegarmos a esta compreensão.

Outro autor que não poderíamos deixar de citar, mesmo que rapidamente, é um dos líderes revolucionários russos – Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924), em virtude da grandeza de suas elaborações acerca da situação da mulher no capitalismo, principalmente no que se refere: à inferioridade jurídica da mulher; aos obstáculos ao divórcio; à ilegitimidade dos filhos naturais e à investigação da paternidade; à eliminação do trabalho doméstico etc. Quanto a esse último assunto, Lenin (1980, p. 65-66) aponta que,

A mulher continua sendo a escrava do lar, apesar de todas as leis libertadoras, porque está debilitada, oprimida, embrutecida, humilhada pelas *pequenas tarefas domésticas* que a converteram em cozinheira e cuidadora de crianças, que desperdiçam sua atividade em um trabalho absurdamente improdutivo, mesquinho, enervante, embrutecedor e fastidioso. A verdadeira *emancipação da mulher* e o verdadeiro comunismo não começaram senão onde e quando começa a luta em massa (dirigida pelo proletariado, dono do poder do Estado) contra esta pequena economia doméstica, ou mais exatamente, sua *transformação massiva* em uma grande economia capitalista. (Grifos do autor)

Observa-se que Lenin também defende o aniquilamento desse modelo de família que tem como base o trabalho doméstico e que fragiliza a mulher em suas capacidades artísticas e psíquicas. Ora, além de sofrer com a desvalorização e a precarização do trabalho na indústria, assim como os homens da classe operária, a mulher ainda sofre com o dispêndio de forças numa tarefa que só serve para o acúmulo de lucros do capital.

Um dos grandes ganhos da revolução bolchevique para o sexo feminino foi a socialização das tarefas domésticas<sup>29</sup>, que passaram a ser públicas, dirigidas pelo Estado proletário. Lenin (1979, p. 106) explana que,

---

<sup>29</sup> Nessa questão é importante ressaltar o trabalho de Alexandra Kollontai (1872-1952). Kollontai além de ser a única mulher no primeiro escalão do novo governo russo pós-revolução de 1917, também foi a primeira mulher na história a ser reconhecida como membro de um governo, ela assumiu a pasta de Comissária do povo ao Bem-Estar Social. Os principais ganhos oriundos dessa pasta foram: nacionalização do atendimento materno e infantil; nacionalização de boa parte das tarefas domésticas, tais como lavar e cozinhar, com lavanderias públicas e restaurantes populares; aprovação de uma lei que

A revolução bolchevique, soviética, arranca as raízes da opressão e da desigualdade das mulheres de maneiras mais profunda, como não tinha ousado ainda nenhum partido ou revolução no mundo. Entre nós, na Rússia soviética, nenhum traço ficou da desigualdade entre as mulheres e os homens. O poder soviético aboliu completamente essa desigualdade, em particular ignóbil, abjeta e hipócrita no direito do casamento e da família, e a desigualdade referente aos filhos.

Na sociedade capitalista, a divisão sexual do trabalho serve não só para degradar e inferiorizar o trabalho feminino – seja em casa ou na fábrica –, como também, para relegar a mulher a um estrato social mais baixo. O homem é definido como o principal provedor da família e desse modo, ele se torna o chefe, a autoridade familiar, já o trabalho feminino e seu salário é considerado complementar ao do homem, por mais que a mulher trabalhe e ganhe mais do que seu marido ou o salário dela seja a única renda, isso não coloca o homem em posição inferior à sua esposa e nem a autoridade dele para com os filhos é questionável. De acordo com a citação de Lenin, um dos grandes ganhos das mulheres após a revolução bolchevique, foi a igualdade entre mulheres e homens.

### 3.1 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO TRABALHO FEMININO

*Suas reivindicações políticas estão profundamente enraizadas no abismo social que separa a classe dos explorados da classe dos exploradores; não na oposição entre homem e a mulher, mas na oposição entre capital e o trabalho<sup>30</sup>.*

Neste tópico trataremos de discorrer sobre como a reestruturação produtiva se instituiu como resposta à crise estrutural do capital e suas manifestações no trabalho feminino.

As crises na sociedade capitalista são cíclicas e inevitáveis, uma vez que constituem um problema de ordem estrutural, ou seja, estão na própria engrenagem do capital. É inegável que a sociedade burguesa inovou nas relações de produção, criou

---

descriminalizava o aborto e aprovação de uma lei do direito ao divórcio e reconhecimento paterno dos filhos ilegítimos. Mesmo não se tratando do enfoque da pesquisa, é importante dizer que todos esses ganhos foram dissolvidos após Stalin ascender ao poder russo.

<sup>30</sup> Rosa Luxemburgo. Textos escolhidos. Volume I (1889-1914). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

meios gigantescos de troca, circulação e consumo. No entanto, essa sua maior inovação é, também, a razão de suas crises.

Marx e Engels, em seu famoso folheto conhecido como *Manifesto Comunista*<sup>31</sup> de 1848, já traziam à tona as consequências de um processo de superprodução, com ofertas mais do que o necessário e altas taxas de lucros. Os autores (2007, p. 63), já relatavam, que as crises comerciais, através de seu retorno periódico, colocavam em xeque, cada vez mais ameaçadoramente, a existência da burguesia. Para os autores,

A sociedade subitamente se vê empurrada de volta para um estado de barbarismo momentâneo. Pareceria que uma fome, uma guerra universal de devastação cortou o fornecimento de cada meio de subsistência. A indústria e o comércio parecem destruídos. E por quê? Porque há civilização demais, meios de subsistência demais, indústria demais, comércio demais (MARX e ENGELS, 2007, p.63).

Marx e Engels (2007, p. 64) afirmam que,

As condições da sociedade burguesa são agora estreitas demais para abranger a riqueza criada por elas. E como a burguesia recupera-se destas crises? De um lado, forçando a destruição de enormes quantidades de forças produtivas. De outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. Isto é o mesmo que dizer que: abrindo caminho para mais crises mais extensas e mais destrutivas e diminuindo os meios pelos quais as crises são evitadas.

Segundo Antunes<sup>32</sup>, foi István Mészáros quem chamou a atenção para uma crise que começava a assolar o sistema global do capital. Mészáros alertava que as rebeliões de 1968, a queda da taxa de lucro e a monumental reestruturação produtiva do capital datada de 1973, já eram ambas expressões significativas da mudança substantiva que se desenhava no sistema capitalista e no próprio sistema global do capital (ANTUNES, 2011, p. 10). Essa crise se alojou na própria composição do sistema de acumulação capitalista e, por conseguinte, é mais severa e complexa do que as crises cíclicas inerentes a este modo de produção.

Então, são as próprias contradições do capitalismo as causadoras de suas crises, sejam cíclicas, como a de 2008, que teve início no sistema imobiliário norte-americano, sejam estruturais. Como bem explica István Mészáros (2000, p. 07), “Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do

<sup>31</sup> Marx, Karl; Engels, Friedrich. Princípios do comunismo e Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

<sup>32</sup> Apresentação ao livro de István Mészáros *A crise estrutural do capital*, de 2011, feita por Ricardo Antunes

capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital”. Mészáros (2002) destaca quatro pontos que ele considera como novidades dessa crise estrutural:

1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); 2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto de países (como foram todas as principais crises do passado); 3) sua *escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração de crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes perder sua energia (2002, p. 796).

Dessa maneira, à medida que o capital busca saídas para essa crise, aumentam, ainda mais, os problemas da humanidade em extensão e profundidade. Diante dessa crise, os capitalistas, para manterem seus privilégios e lucro, lançam mão de novas políticas econômicas e sociais a fim de garantir a lógica de reprodução do capital, e, para atingirem tal finalidade, utilizam-se de artilharia pesada, como assevera Mészáros (2002, p. 796),

Seria extremamente tolo negar que tal maquinaria existe e é poderosa, nem se deveria excluir ou minimizar a capacidade do capital de somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua. Não obstante, o fato de que a maquinaria existente esteja sendo posta em jogo com frequência crescente e com eficácia decrescente é uma medida apropriada da severidade da crise estrutural que se aprofunda.

Se faz mister destacar a análise que Ricardo Antunes<sup>33</sup> faz em sua obra sobre como a crise do taylorismo e do fordismo são expressão fenomênica da crise estrutural. De acordo com o autor, após um longo período de acumulação, durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo começou a dar sinais de um quadro crítico a partir do início da década de 1970, dos quais os mais evidentes podem, assim, serem resumidos:

1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivaram o controle

---

<sup>33</sup> Antunes, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

social da produção; 2) esgotamento do padrão de acúmulo taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; 4) maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do *Welfare State* ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2009, p. 31-32).

Os efeitos da crise estrutural do capital na classe trabalhadora foram devastadores. O esgotamento do fordismo e a crise do Estado de bem-estar social somada às privatizações ocasionaram uma onda de desemprego, que atingiu homens e mulheres que tiveram de ceder aos ditames do capital em crise e se submeter a empregos terceirizados, precarizados, com longas jornadas de trabalho, isso quando conseguiam um trabalho, quando não aumentavam a longa fila do exército de reserva.

Como já foi observado, o capitalismo se apropriou da força de trabalho feminino e a destinou a ramos de trabalho de baixa qualificação, transformando-a, assim, em mão-de-obra bem mais barata que a do homem, sobrecarregada, além disso, pela jornada dupla de trabalho. Com efeito, entendemos que a crise estrutural, que atingiu em cheio a classe trabalhadora, chega até as mulheres com muito mais força, por se tratar de um estrato social já fragilizado no mundo do trabalho.

As consequências dessa crise, juntamente com a reestruturação produtiva, utilizam-se de um trabalho flexível, polivalente, fragmentado, ou seja, exige-se um novo perfil de trabalhador e trabalhadora. Buscaremos demonstrar que os reflexos dessa conjuntura atingiram as mulheres de forma muito mais cruel e avassaladora.

Para Antunes (2009, p. 38), embora a crise estrutural do capital tivesse determinações mais profundas, o capital se ateve a sua esfera fenomênica, enfrentando-a superficialmente, isto é, reestruturando-a sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista, que são os causadores de suas próprias crises. Tratava-se, então, de reestruturar o padrão produtivo através do binômio taylorismo/fordismo, procurando repor os patamares de acumulação.

Já foi mencionado, anteriormente, que o trabalho feminino tem aumentado significativamente na esfera produtiva, contudo, esse aumento, preferencialmente, tem

acontecido nos trabalhos desregulamentados, precarizados, com baixa remuneração em relação à dos homens-

Na obra “A feminização no mundo do trabalho”, Cláudia Mazzei Nogueira (2004) expõe que,

É evidente que essa forma flexibilizada provoca consequências no mundo do trabalho. Dentre as mais profundas, observa-se o aumento significativo do trabalho feminino, expressão da articulação entre relações de gênero e relações de classe, possibilitando que 40% ou mais da força de trabalho seja composta de mulheres em diversos países capitalistas ocidentais. A lógica da flexibilidade na atual reestruturação produtiva do capitalismo estabelece relações com o crescimento do emprego das mulheres. Por exemplo, o trabalho terceirizado frequentemente possibilita a realização de tarefas no domicílio, concretizando o trabalho produtivo no espaço doméstico. Beneficia, dessa forma, empresários, por não terem necessidade de pagar os benefícios sociais e os direitos vinculados ao trabalho de homens ou de mulheres (NOGUEIRA, 2004, p. 36).

O trabalho produtivo, quando realizado no espaço doméstico, faz com que o empregador acumule ainda mais lucros, pois não é pago transporte, alimentação e o salário é bem mais baixo do que a média. Outro fator que beneficia o capital é a exploração com maior intensidade dos “atributos” femininos desenvolvidos nas atividades reprodutivas no lar. Um bom exemplo disso são as costureiras que trabalham em casa para as facções de roupas.

Nogueira (2004, p. 40) compreende que o advento do neoliberalismo com suas privatizações, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a desmontagem do setor produtivo estatal, está casado com a resposta do capital à sua crise estrutural, juntamente com a reestruturação produtiva. É nesse contexto que ocorreu uma expansão da hegemonia econômica, política e ideológica capitalista, tendo como pano de fundo o neoliberalismo, que, no caso brasileiro, foi representado pelos governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, a partir da década de 1990.

Uma autora de referência sobre a divisão sexual do trabalho é Helena Hirata, que tem uma vasta literatura sobre a temática. Na sua obra “Nova divisão do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade” (2012), a autora comenta que

Não é por acaso que as indústrias de processo contínuo utilizam mão-de-obra essencialmente masculinas e as indústrias tayloristas um forte contingente feminino. É de acordo com o sexo de seus assalariados efetivos que a empresa elabora e aplica sua política de gestão da mão-de-obra. A política de controle, particularmente, é decidida em função do sexo do trabalhador empregado [...] (2012, p. 29-30),

Nesse sentido, para Hirata (2012, p. 30) não se pode falar em taylorismo sem falar de divisão sexual do trabalho e que as técnicas tayloristas se aplicam principalmente às trabalhadoras, com um trabalho sob forte pressão do tempo e ligado a uma organização do trabalho baseada em princípios tayloristas, que é efetuado, sobretudo, por jovens operárias.

Já discorreremos sobre como o capital se apropria da força de trabalho feminino e de seu trabalho doméstico com o intuito de acumular mais lucros, todavia, com o intuito de deixar ainda mais claro, Hirata (2012, p. 31), explica,

A determinação exata da *quantidade* de tempo jamais pode ser tão coercitiva e autoritária para os homens: eles não foram educados desde a infância para obedecer, aceitar e se submeter; as técnicas tayloristas, longe de serem *neutras*, utilizam e reforçam a divisão sexual existente tanto dentro da empresa quanto na sociedade. Os métodos tayloristas, quando extorquem o rendimento da mão-de-obra feminina, beneficiam-se do aprendizado das jovens relativo à *habilidade manual*, à *meticulosidade*, à *diligência*, qualidades adquiridas em primeiro lugar na família, mas, em seguida, cultivadas nas próprias fábricas japonesas que oferecem, às suas operárias, cursos semanais de todas as artes domésticas, entre as quais a arte do arranjo de flores (*ikebana*); esse trabalho analítico, minucioso, de desestruturação-reestruturação das flores e das folhas de acordo com uma ordem rigidamente estabelecida parece ser uma preparação para o trabalho operário, uma introdução aos gestos dissociados, às tarefas fragmentadas requeridas pela organização científica do trabalho. (Grifos da autora)

O taylorismo é entendido como uma das técnicas de divisão do trabalho e de controle operário, em que o uso do trabalho feminino foi fundamental para sua efetivação.

Não deve ter sido por acaso que o ramo em que se iniciou a taylorização foi aquele em que a transferência de tecnologia europeia permitiu o impulso da produção em massa e em que a presença dos engenheiros europeus foi a mais importante. O sistema de dormitórios de jovens operárias – usual na França na mesma época – tornou possível um movimento de racionalização em que o conjunto da jornada de trabalho era considerado o tempo de sono, a toailete, o ato de vestir, o trabalho na fábrica, o ato de se pentear, o de defecar, o banho, as aulas e o lazer (HIRATA, 2012, p. 33).

No caso brasileiro, a taylorização das indústrias manufatureiras coincide com a transferência de tecnologias de produção, ou seja, com a introdução do capital externo (HIRATA, 2012, p. 32). Dito isso, a autora afirma que,

Antes desse período, o proletariado industrial encontrava-se concentrado nas indústrias de trabalho intensivo de bens de consumo não-duráveis, em que problemas relacionados à produtividade e ao controle da produção, à hierarquia etc. não se colocava de maneira incisiva. Os métodos de análise dos movimentos, a cronometragem, a criação de uma comissão encarregada de estudar a questão do tempo e dos métodos, sistemas de remuneração

inspirados no taylorismo foram diretamente introduzidos por essas empresas, embora seu desenvolvimento tenha se realizado, em seguida, de modo diferente de acordo com os ramos e a origem do capital das empresas (HIRATA, 2012, 32-33).

De acordo com Mészáros (2002, p. 303), “O sistema do capital se constituiu sobre os alicerces de estruturas discriminatórias alienantes e mediações de segunda ordem da ‘economia individual’ há muito estabelecidas”. Mais adiante, este autor, relata que,

Paralelamente a esses fatos, em parte antes e em parte durante o avanço do sistema do capital, levantou-se repetidamente a questão de como superar de maneira radical a divisão do trabalho alienante e desumanizadora, inseparável do processo de reprodução da economia individual e também da propriedade privada (MÉSZÁROS, 2002, p. 303).

Assim, compreendemos o quanto é indispensável para o capital a divisão sexual do trabalho, tendo em vista o número cada vez maior de mulheres no mercado, sob o impulso expansionista do sistema, que necessita cada vez mais lucrar, pois, diante das contradições do sistema, que segundo o mesmo autor, “não pode se manter, sem produzir com sucesso e de forma constante, as relações de poder historicamente específicas pelas quais a função de controle se encontra radicalmente separada da, e de maneira autoritária imposta sobre a, força de trabalho pelas personificações do capital (2002, p. 269)”.

O autor, (idem, p. 272) afirma que, “A entrada em massa das mulheres na força de trabalho durante o século XX, em extensão tão significativa que hoje elas já chegam a constituir maiorias nos países de capitalismo avançado, não resultou em sua emancipação”.

Assim, até mesmo as relativas conquistas do passado – possibilitadas pela expansão dinâmica do capital no momento de sua ascensão histórica – têm de sofrer um recuo significativo quando o processo de acumulação encontra dificuldades. Portanto, é inevitável que também a esperada melhoria na condição das mulheres dentro das margens da ordem estabelecida se torne irrealizável com o encolhimento da margem de manobra do capital. Nessas condições, tornam-se mais pronunciadas as dissensões no próprio movimento feminista em relação aos anos 60 e 70, o que é muito compreensível, pois, devido à redução das margens, muita coisa depende de as estratégias defendidas para assegurar o avanço da emancipação das mulheres se dispuserem ou não a questionar os limites estruturais impostos pelos parâmetros do próprio sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 273).

Dessa forma, Mészáros (2002) ressalta que mesmo com as concessões puramente formais/legais, no século XIX e XX, como a celebrada vitória das sufragistas ou a eliminação de parte da legislação discriminatória contra as mulheres, tais mudanças

não afetaram significativamente as relações de poder material da desigualdade estrutural. O autor assegura que “é preciso enfrentar a questão do tipo de igualdade viável em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital” (MÉSZÁROS, 2002, 273).

Assim, dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda da *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no “macrocosmo” abrangente da sociedade e igualmente no “microcosmo” da família nuclear. No fundo, esta não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital, que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores. Este autoritarismo não é mera questão de relacionamento pessoais mais ou menos hierárquicos entre os membros de famílias específicas. Mais do que isso, diz respeito ao imperativo absoluto de proporcionar o que se espera do tipo de família historicamente evoluído, imposto pela indispensável subordinação do “microcosmo” específico de reprodução às exigências tirânicas de todo o processo reprodutivo. A verdadeira igualdade dentro da família só seria viável se pudesse reverberar por todo o “macrocosmo” social – o que, evidentemente, não é possível (MÉSZÁROS, 2002, p. 271)<sup>34</sup>.

Torna-se praticamente impossível, não levantar a questão da igualdade das mulheres na atualidade, porém, como bem explana Mézáros (2002), dentro desse modelo de sociabilidade controlado pelo capital, as mulheres só terão acesso a uma igualdade substantiva, baseada na “imparcialidade” e “justiça”, no seio do jogo de “igualdade de oportunidades” ou “oportunidades iguais”, que não mais são do que falácias do discurso capitalista, que servem de alibi mistificador para a permanência da opressão e da exploração sob as mulheres.

Para percebermos melhor a marcante e massiva entrada das mulheres no mercado de trabalho, faz-se importante a demonstração de alguns dados brasileiros. Para atingir tal finalidade utilizaremos as obras: *Gênero e Desigualdade: limites da democracia no Brasil*, de Flávia Biroli (2018); *Mulheres e Poder: histórias, ideias e estatísticas*, de Hildete Pereira Melo e Débora Thomé (2018); uma nota técnica publicada pelo Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada<sup>35</sup>, organizada por

<sup>34</sup> Percebemos que, assim como Marx e Engels, Mézáros também coloca como requisito para a emancipação feminina, a superação desse modelo familiar.

<sup>35</sup> Elaborado por: Luana Simões Pinheiro et al., *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*, Ipea, nota técnica n. 24, 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27317](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27317) Acesso: 20/12/2018.

Luana Simões Pinheiro *et al* de 2016, e por fim, um documento elaborado pela FLACSO<sup>36</sup> – Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil<sup>37</sup>.

A presença feminina no mercado de trabalho é tradicionalmente medida pelo índice de População Economicamente Ativa (PEA), a qual aponta a proporção de uma determinada faixa etária que está disponível para o mercado de trabalho. Pinheiro (2016, p. 5) assinala que, em 1970, apenas 18,5% das mulheres eram economicamente ativas. Em 2010 este valor foi de quase 50%. Sobre esse dado a autora ressalva,

Primeiro, é importante mencionar que as mulheres não estiveram sempre fora do mercado de trabalho. Os primeiros dados oficiais de que se tem conhecimento apontam que, em 1872, elas representavam 45,5% da força de trabalho, nessa época as mulheres estavam empregadas predominantemente na agropecuária, nos serviços domésticos em lar alheio ou no serviço de costura por conta própria [...] em segundo lugar, as mulheres não estiveram fora do mercado na mesma medida. Para as mulheres, por exemplo, submetidas a condições de vida significativamente mais precárias, “alternativa” de manter-se fora do mercado apresentou-se com muito menos intensidade e, desde muito cedo, estas mulheres trabalhavam fora de casa para trazer renda às famílias [...] Um fator importante que distingue a realidade dessas mulheres é que o homem negro e pobre tinha remotas possibilidades de cumprir com os desígnios que a masculinidade burguesa lhe impunha. A instabilidade do trabalho e as baixas remunerações não só impediam que ele cumprisse com o papel de provedor que a sociedade sobre ele projetava, como também sustentava uma elevada mobilidade geográfica, motivada pela procura constante de um novo trabalho.

Por fim, Pinheiro (2016, *idem*) assinala,

Finalmente, cabe destacar que, [...] o conceito de atividade é excludente e desconsidera o trabalho não remunerado desenvolvido no espaço doméstico de cuidado do próprio domicílio, de filhos, de idosos, doentes, como uma atividade que contribui para a produção e reprodução da vida e que gera valor. Exclui-se, portanto, já de imediato, pouco menos de metade das mulheres que, por razões diversas, mas especialmente por conta das responsabilidades domésticas, não conseguem lançar-se ao mercado de trabalho.

Um ponto crucial que incide sobre a divisão sexual do trabalho são as diferenças raciais e de classe, questão que é brevemente discutida por Biroli. A autora (2018, p. 22) expõe que não é possível pressupor que os privilégios estão sempre com os homens, e as desvantagens e formas mais acentuadas de exploração, entre as

---

<sup>36</sup> A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) é um organismo internacional, autônomo e de natureza intergovernamental, fundado em 1957 pelos Estados Latino-Americanos que acolheram uma recomendação da XI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Atualmente, é composta por 19 Estados-membros que desenvolvem atividades acadêmicas, pesquisas e modalidades de cooperação em 14 países da América Latina e do Caribe, além da Espanha. Disponível em: [http://flacso.org.br/?page\\_id=271](http://flacso.org.br/?page_id=271)

<sup>37</sup> Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015\\_mulheres.php](https://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php) Acesso: 20/12/2018.

mulheres. Segundo Biroli (2018, p. 22), “se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada” (apud Heleieth Saffioti, 2013, p. 133).

Com efeito, quando observamos a distribuição na população do trabalho precarizado, as mulheres negras estão em posição inferior e em desvantagem. Elas são 30% das pessoas que exercem esse tipo de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), pelas mulheres brancas (27%) e, por fim, pelos homens brancos (20,6%), (BIROLI, 2018, *idem*).

A questão racial entre as mulheres, discutida por Biroli, problematiza que o trabalho doméstico feito pelas mulheres não é realizado nas mesmas condições por mulheres brancas e negras, pelas mais ricas e pelas mais pobres e que o acesso ao mercado de trabalho também se dá de forma distinta, segundo a classe social e a raça. Essas diferenças raciais refletem-se, do mesmo modo, nos casos dos domicílios chefiados por mulheres: as casas chefiadas por mulheres negras com filhos chegam a 17,7%, enquanto que as das mulheres brancas com filhos é de 15,2%. Porém, a maior diferença entre os dois grupos está na renda: nos domicílios chefiados por mulheres brancas, a renda domiciliar *per capita* é 43,7% maior do que nos chefiados por mulheres negras e 40% maior do que nos chefiados por homens negros (BIROLI, 2018, p. 40).

Assim, podemos compreender que a população negra é mais oprimida que a população branca, entretanto, os dados mostram que as mulheres negras, dentro dessa forma de sociabilidade, constituem a parcela da população mais explorada e oprimida. O mapa da violência de 2015, que busca descrever as características e as circunstâncias dos homicídios de mulheres, ao abordar a questão da incidência da raça/cor na violência letal, para o conjunto da população, conclui que: 1) com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País; 2) as taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros; 3) por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica. A vitimização da população negra, nos casos de homicídios de mulheres, pode ser assim representada: o número de homicídios de brancas caiu de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período; já os homicídios de negras aumentaram 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas.

Melo e Thomé (2018), ao discutirem sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho, descrevem que a literatura econômica, na maior parte do tempo, limita-se a analisar a participação feminina no trabalho fora de casa, ignorando o trabalho realizado para a reprodução da vida no âmbito da família, e que muitos economistas ainda insistem em estudar as relações de trabalho na sociedade sem levar em conta as questões de sexo e gênero. De acordo com as autoras,

No entanto, com a chegada das mulheres feministas no sistema universitário nas décadas de 1960 e nas seguintes, evidenciou-se a incapacidade das teorias econômicas e sociais de captar a diversidade e a complexidade das experiências do trabalho feminino. Isso tanto no trabalho doméstico ou familiar, quanto também no que concerne à articulação entre este e o trabalho realizado para o mercado (MELO e THOMÉ, 2018, p. 107).

As autoras também chamam a atenção para o esquecimento da historiografia econômica, que ignora as mulheres nas lutas operárias das primeiras décadas republicanas e a luta das donas de casa em torno do custo de vida, tão presente no cotidiano social da primeira metade do século XX.

No Brasil, como no resto do mundo, as mulheres e as crianças não estiveram ausentes da formação do mercado de trabalho, narram as autoras, isso desde os primeiros braços fabris até sua expulsão no auge do processo de industrialização por substituição de importação na segunda metade do século XX. Sobre as primeiras e a principal ocupação profissional feminina, Melo e Thomé (2018), expõe que,

A ida das mulheres para o mercado de trabalho no decorrer do século XX teve um lento desenvolvimento. Elas estiveram primeiro ocupadas nas atividades agrícolas, no setor industrial e no emprego doméstico renumerado. Depois, acompanhando a intensa terceirização da economia brasileira, inseriram-se nas atividades de comércio, serviços pessoais (continuando, sobretudo, nos serviços domésticos remunerados) ou naqueles prestados às empresas. É preciso registrar que o serviço doméstico remunerado foi, desde o século XIX, a primeira ocupação feminina no Brasil, o que persistia até o Censo Demográfico de 2010. Desta forma, a grande marca da ocupação feminina no trabalho pago foi que ela esteve, na maior parte dos casos, inserida nos empregos menos qualificados e de pior remuneração (MELO e THOMÉ, 2018, p. 108-109).

Melo e Thomé (2018), afirmam que a transformação que mais alterou, no que diz respeito a participação feminina, foi a ida massiva das mulheres para os bancos escolares nos anos anteriores, ampliando de 20% segundo o Censo de 1970, para uma taxa de cerca de 45% no censo de 2010, de mulheres ocupadas em outras profissões (p. 109). Mas a vantagem educacional não conseguiu romper, como demonstrado até aqui, romper totalmente com os grilhões do passado patriarcal, que mantêm as mulheres com

menores rendimentos e dificuldades no acesso aos postos de gerência e comando da atividade econômica.

De acordo com as autoras, para analisar as características da inserção feminina no mercado de trabalho, utilizam-se os conceitos: ocupação, desocupação, formalização do trabalho e cobertura do sistema previdenciário. Estas variáveis permitem entender a real dimensão da posição das trabalhadoras e trabalhadores no mundo do trabalho. Melo e Thomé (2018),

Um percentual de 86,3% dos homens na faixa etária entre 16 e 59 anos de idade estão no mercado de trabalho. As mulheres nas mesmas condições apresentam uma taxa de participação de 63,7%. Isso significa que ainda há um forte contingente feminino dedicado apenas às atividades reprodutivas e fora do mercado de trabalho, vivendo uma realidade de dependência do poder masculino. Fazendo um corte pela variável cor/raça nota-se que as mulheres negras apresentam uma taxa de participação ainda menor. A importância desses números é que eles atestam que, na vida real, há uma dependência econômica feminina e que, nos segmentos mais pobres da sociedade, isto é mais acentuado (MELO e THOMÉ, 2018, p. 112-113).

No Brasil, os dados mostram que existe 66,6% das mulheres brancas ocupadas, já a taxa para as mulheres negras é de 62,9%. O Norte e o Nordeste apresentam as menores taxas em relação as outras regiões brasileiras, inclusive, entre as mulheres brancas, 59% e 59,2%, respectivamente, já entre as mulheres negras, 56,4% e 58,7%, respectivamente.

Em seguida, Melo e Thomé (2018), narram sobre as desigualdades entre os sexos que ainda persistem no mercado de trabalho<sup>38</sup>.

Desde os anos de 1980, há uma elevação crescente da participação feminina na ocupação de postos de trabalho mais qualificados. Essa vantagem foi propiciada pelo maior nível de escolaridade, no entanto não se reverteram as desigualdades salariais: tanto no trabalho urbano quanto no rural os homens ganham mais que as mulheres. Dessa forma o hiato de rendimento entre os sexos existe em qualquer situação: seja no setor público ou no privado, as mulheres ganham menos. No setor público, há isonomia para os rendimentos, mas as funções gratificadas têm predominância masculina, e isso faz a diferença (MELO e THOMÉ, 2018, p. 119).

Por fim, as autoras afirmam que são as mulheres as responsáveis pelo trabalho reprodutivo.

Do total das mulheres ocupadas, 92% em 2005, e 91% em 2015, declararam que realizam tarefas domésticas nas famílias. No caso dos homens ocupados, esse percentual cai para 51% em 2005 e 53% para 2015. Massivamente foram e são as mulheres as responsáveis pelos cuidados com as famílias.

---

<sup>38</sup> Conforme Melo e Thomé (2018, p. 120), nos anos 1990 as mulheres recebiam em torno de 40% menos que os homens, em 2015, a situação melhorou, mas os rendimentos femininos ainda são 30% menores do que os dos homens, e o rendimento médio das mulheres em cargos de chefia continua inferior ao masculino, corresponde a 69% do rendimento dos homens.

Quando se analisa o número médio de horas dedicadas a estas atividades, fica evidenciada a preponderância da responsabilidade feminina em relação aos cuidados. Em 2005, as mulheres declararam uma jornada semanal de 25,3 horas e, em 2015, esta jornada foi de 23,3 horas semanais. No mesmo intervalo, os homens declararam uma jornada de 9,8 horas semanais e 10,5, respectivamente. Estes números indicam que nesta década a sociedade brasileira não alterou seu padrão de comportamento nas relações de gênero: as mulheres continuam, como no passado, responsáveis pelos cuidados com a reprodução da vida (MELO e THOMÉ, p. 125-126).

Segundo o relatório *Estatística de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, publicação realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 08 de junho de 2018, o tempo dedicado aos cuidados e/ou afazeres domésticos em horas semanais, entre as mulheres brancas e homens brancos, são de 17,7 e 10,4, respectivamente, já entre as mulheres negras e os homens negros, a taxa é de 18,6 e 10,6, respectivamente.

As mulheres continuam estudando mais do que os homens. Entre os indivíduos com 25 anos ou mais de idade com o ensino superior completo em 2016, enquanto as mulheres brancas a taxa é de 23,5% e os homens brancos é de 20,7%, para as mulheres negras a taxa é de 10,4% e os homens negros é de 7,0%. O rendimento médio mensal de todos os trabalhos entre mulheres e homens é: R\$ 1,764,00 e R\$ 2,306,00, respectivamente.

A representação pública também evidencia as desigualdades entre homens e mulheres. Em 2017 só 20, 5% dos assentos na câmara dos deputados eram ocupados por mulheres, no senado a taxa foi de 16,0%. No cenário internacional, o Brasil ocupava, em dezembro de 2017, a 152<sup>a</sup> posição entre os 190 países que informaram à Inter - Parliamentary Union – IPU, o percentual de cadeiras em suas câmaras baixas (câmara de deputados) ou parlamento unicameral ocupadas por mulheres em exercício. Foi o pior resultado entre os países sul-americanos.

De uma forma geral, o caminho a ser percorrido em direção à igualdade de gênero, ou seja, em um cenário onde homens e mulheres gozem dos mesmos direitos e oportunidades em todas as dimensões aqui analisadas, ainda é longo para as mulheres e ainda mais tortuoso se esta for preta ou parda. Também percebemos desigualdades entre mulheres brancas e mulheres negras, como também em relação aos homens negros, o que nos faz compreender que é estritamente necessário investigar as diferenças entre homens e mulheres com os índices também de cor e raça, assim como o da classe social.

Assim, compreendemos que a divisão sexual do trabalho é parte fundamental para o funcionamento socioeconômico do capital, isso se manifesta, principalmente, no trabalho doméstico realizado de forma gratuita pelas mulheres na família e na baixa remuneração em relação ao trabalho masculino realizado no mercado. O capital tira proveito dessa provalada condição histórica da mulher como um ser inferiorizado pela sociedade, para acumular ainda mais lucro e, assim, fazer a engrenagem capitalista rodar de acordo com os interesses do grande empresariado.

#### 4 OS DOCUMENTOS DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA RELAÇÃO MULHER E EDUCAÇÃO

*Tinha que engravidar, criar, envelhecer,  
morrer... Como todos esperavam!  
Tinha que renunciar, agradar, obedecer,  
vencer... Como todos desejavam!  
Até que ela partiu, ela partiu pra bem  
longe  
Pra distante o bastante pra suportar  
Ela partiu, ela partiu pra bem longe  
Tão distante parada no mesmo lugar  
Ela partiu...  
Ela partiu ao meio<sup>39</sup>*

Neste capítulo, discutiremos acerca das implicações dos relatórios oriundos da Declaração Mundial de Educação para Todos – EPT, datada de 1990, denominados de Relatório de Monitoramento Global de EPT e seus efeitos na relação mulher/menina e seu acesso à educação. Este tópico se constituirá em uma continuação de uma discussão que já foi iniciada em nosso trabalho dissertativo de 2013, intitulado: “a opressão contra a mulher e a educação: uma análise classista do discurso do capital”.

No referido trabalho de mestrado, constatou-se, em primeiro lugar, que a ocorrência da opressão e exploração da mulher é anterior ao capitalismo, estando intrinsecamente relacionada ao surgimento do trabalho explorado, da propriedade privada e da divisão social de classes, posteriormente, analisamos os documentos oficiais da ONU e suas implicações quanto à questão da opressão sobre a mulher, destacando a relação entre educação e a condição da mulher contida em tais documentos, os quais tratam a opressão feminina como exclusiva questão de gênero, colocando a educação como a agência responsável por excelência, pela promoção da equidade entre os gêneros e do empoderamento das mulheres.

Sendo assim, na atual pesquisa, iremos averiguar junto aos documentos que foram publicados posteriormente a nossa dissertação, buscando, avançar nos resultados obtidos em nosso 2º capítulo dissertativo, intitulado: “os documentos oficiais da ONU e suas implicações na opressão contra a mulher”. Para atingirmos tal finalidade, iremos apresentar abaixo, um resumo desse 2º capítulo para depois adentrar com os

---

<sup>39</sup> Trecho da música Longe aqui, da Jay Vaquer.

documentos atuais da EPT em nossa pesquisa doutoral<sup>40</sup>. É importante ressaltar que, assim como em nossa pesquisa dissertativa, nos deteremos com maior atenção aos dados relativos à disparidade de gênero em nossa pesquisa de doutorado.

No primeiro momento, foram mapeados e examinados os seguintes documentos originários da EPT: Declaração Mundial de Educação para Todos – 1990; Marco de Ação de Dakar – 2000; Declaração do Milênio – 2000; Gênero e Educação para Todos: um salto rumo à igualdade de gênero: Relatório Conciso – 2003; Combater a violência baseada em gênero: uma chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – 2005; Relatório de Monitoramento de Educação para Todos Brasil 2008: Educação para Todos em 2015; Alcançaremos a meta?

Em seguida, analisamos os documentos de natureza mais geral sobre a condição da mulher: Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher – 1979; Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – 1994; Declaração de Pequim – 1995; e Mapa da violência: Homicídios de Mulheres no Brasil – 2012. Por fim, verificamos, a Carta das Nações Unidas – 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948, documentos elaborados a partir da problemática sobre os direitos humanos, uma vez que os direitos das mulheres são colocados como direitos humanos essenciais.

As declarações vinculadas à EPT foram elaboradas e patrocinadas por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos – EPT foi aprovada pela Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, entre os dias 5 e 9 de março de 1990, onde aprovou-se também o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, cujos documentos expressam o

---

<sup>40</sup> São eles: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. **Ensinar e Aprender: alcançar a qualidade para todos**. Relatório de Monitoramento Global de EPT 2013/4. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. **Educação para todos 2000-2015: Progressos e Desafios**. Relatório de Monitoramento Global e EPT (2015). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Organizações das Nações Unidas – ONU BRASIL. **Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável** (2015). BANCO MUNDIAL. **Relatório Conciso de Gênero: Cumprir nossos compromissos com a igualdade de gênero na educação 2018**. Relatório de Monitoramento Global de EPT (2018).

compromisso de representantes de 155 países e 120 organizações não-governamentais – ONGs, de universalizar a educação básica para meninos e meninas nos países em desenvolvimento até o ano 2000.

Como princípio, a EPT (1990, p. 9) destaca que “[...] será necessário dar prioridade à melhoria do acesso de meninas e mulheres à educação e a supressão de quantos obstáculos impeçam a sua participação ativa, onde quer que existam essas injustiças”. Posteriormente, documento enfatiza que “Ampliar o acesso à educação básica de qualidade satisfatória é um meio eficaz de fomentar a equidade” (idem, p. 11).

Um fato digno de nota é que a Conferência Mundial de Educação para Todos<sup>41</sup> consolidou a Educação no cenário social como ferramenta por excelência de salvação dos grandes males sociais, como a fome, as doenças, o desemprego, a guerra, a corrupção, a violência e a miséria sob todas as formas. A partir de então, a educação passa a ocupar um lugar de destaque no cenário internacional, sendo tema principal de várias outras conferências, fóruns e reuniões ocorridas posteriormente a Jomtien, tais como a Cúpula Mundial de Dakar, Declaração de Cochabamba, Declaração do Milênio, Conferência de Nova Delhi, Declaração de Salamanca e Fóruns Internacionais Consultivos sobre Educação, Reuniões de grupos de Alto Nível de Educação para Todos, Semanas de Ação Mundial, dentre outros. Todos com o intuito de reafirmar o Banco Mundial<sup>42</sup> como gerenciador da educação, cujos objetivos e estratégias, mediante o patrocínio de fóruns e conferências, é manter suas políticas educacionais aos países da periferia do capital.

Os objetivos e as metas da Declaração Mundial de Educação para Todos foram reafirmados entre 26 e 28 de abril de 2000, em Dakar, com a presença de 180 países e 150 Organizações não-governamentais. Os países partícipes da chamada Cúpula Mundial de Educação firmaram um compromisso coletivo denominado Marco de Ação de Dakar, o qual traçou novas estratégias e metas para os próximos quinze anos, além disso, o tal evento avaliou a década de 1990 no que diz respeito à

---

<sup>41</sup> Em novembro de 1991, foi organizada a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, presidida por Jacques Delors. O trabalho resultante dessa comissão foi o texto “Educação: um tesouro a descobrir”, que tem como objetivo refletir sobre o educar e o aprender para o século XXI.

<sup>42</sup> O Banco Mundial é uma instituição financeira, fundada em 1944, a missão do banco era de financiar a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial, porém, de acordo com Roberto Leher, em seu artigo “Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo”, a partir da gestão de Robert McNamara (1968-1981), o referido banco torna-se o “ministério mundial da educação para os países periféricos” (p. 19). Disponível em: <http://outubrevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo-03.pdf>

universalização da educação básica para meninos e meninas nos países em desenvolvimento.

Se a EPT colocava o ano 2000 como data-limite para o cumprimento de todas as metas de obtenção da universalização do ensino básico, o Marco de Ação de Dakar<sup>43</sup> (2000) reedita o compromisso de assegurar as necessidades educacionais em 50% até 2015 e eliminar, até 2005, as disparidades entre os gêneros, dentre outras metas.

O Marco de Ação de Dakar (2000) também traz como meta:

Eliminar, até 2005, as desigualdades existentes entre os **gêneros** na educação primária e secundária e, até 2015, atingir a igualdade entre os gêneros em educação, concentrando esforços para garantir que as meninas tenham pleno acesso, em igualdade de condições, à educação fundamental de boa qualidade e que consigam completá-la (p. 20). (Grifo nosso)

A Declaração do Milênio das Nações Unidas foi aprovada na Cimeira do Milênio – realizada de 6 a 8 de setembro de 2000, em Nova Iorque -, que contou com a presença de 147 chefes de Estado e de Governo e de 191 países. Sob os auspícios da ONU, a reunião da Cúpula do Milênio se encerra com compromissos por um mundo melhor. Esta declaração, também elegeu o ano de 2015 para a universalização da educação e erradicação da pobreza. O referido documento também trouxe em seu bojo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, que seriam oito metas ou jeitos de mudar o mundo: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico fundamental; promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Este documento refere-se à problemática feminina da seguinte maneira:

Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças e de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável (p. 9).

---

<sup>43</sup> O Marco de Dakar compreende seis objetivos que deveriam ser alcançados até 2015 e doze estratégias com as quais todas as partes deveriam contribuir. Os 6 objetivos são: 1) educação e cuidado na primeira infância; 2) educação primária universal; 3) habilidades para jovens e adultos; 4) alfabetização de adultos; 5) paridade e igualdade de gênero; 6) qualidade da educação. Já as estratégias são: 1) investimento significativo na educação básica; 2) políticas de EPT dentro de quadros setoriais bem integrados relacionados à eliminação da pobreza; 3) engajamento da sociedade civil em estratégias para o desenvolvimento educacional; 4) responsabilização na governança e na administração; 5) satisfação das necessidades dos sistemas educacionais afetados por conflito e instabilidade; 6) estratégias integradas para a equidade de gênero; 7) ações para combater o HIV e a Aids; 8) ambientes escolares seguros, saudáveis, inclusivos e homogêaneamente equipados; 9) profissionalismo, motivação e status dos professores; 10) aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação; 11) monitoramento sistemático do progresso; 12) base em mecanismos já existentes.

Assim, como fica clara a relação entre educação e combate à pobreza presente nos documentos oriundos de Jomtien, Dakar e Declaração do Milênio, nessa última, fica estabelecida a relação entre igualdade de gênero e combate à pobreza. Nos documentos seguintes mapeados por nós, perceberemos melhor esta mesma relação. Outro ponto que apreendemos no referido documento é a necessidade de redução dos índices de medição da pobreza pela metade, como também da mortalidade materna e infantil, tal como observamos na dita Declaração:

Reduzir para a metade, até o ano 2015, a percentagem de habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um dólar por dia e a das pessoas que passam fome; de igual modo, reduzir pela metade a percentagem de pessoas que não têm acesso a água potável ou carecem de meios para obter (p. 9)

Reduzir, até essa data, a mortalidade materna em três quartos e a mortalidade de crianças com menos de 5 anos em dois terços, em relação às taxas atuais (p. 9)

Em 2003 foi lançado um documento intitulado “Gênero e Educação para Todos: um salto rumo à igualdade de gênero – Relatório Conciso”. O texto, logo de início, expõe que “Em nenhuma sociedade, as mulheres desfrutam das mesmas oportunidades educacionais oferecidas aos homens. Sua jornada de trabalho é mais longa e seu salário é menor” (p. 3). Do mesmo modo, ele fala que a desigualdade educacional é uma das grandes infrações dos direitos das mulheres e meninas e uma barreira importante ao desenvolvimento social e econômico, isso a nível mundial.

Nunca é demais repetir o que todos os documentos consideram como uma das metas principais: A paridade entre os gêneros quanto ao acesso à educação primária e secundária até 2005, e a igualdade de gênero até 2015. O texto conceitua Paridade e Igualdade como:

A paridade é um conceito puramente numérico: atingir a paridade entre os gêneros implica que a mesma proporção de meninos e meninas – com relação a suas respectivas faixas etárias – ingressem no sistema educacional e concluam os ciclos primário e secundário. [...] A igualdade entre os gêneros é um conceito mais complexo e também mais difícil de medir. A plena igualdade entre os gêneros implicaria que fossem oferecidas a meninos e meninas as mesmas oportunidades de frequentar a escola, e que eles se beneficiassem de métodos de ensino e de currículos isentos de estereótipos e de orientação acadêmica e serviços de aconselhamento que não fossem afetados por preconceitos de gênero (p. 5).

De acordo com o relatório (2003), o Brasil afirmou que terá erradicado o analfabetismo até 2010, o Paquistão pretende reduzir sua taxa de analfabetismo à

metade até 2015, e o Egito tem como objetivo reduzir o analfabetismo a menos de 15% e tornar a pré-escola gratuita e parte da educação básica obrigatória. Como veremos no decorrer do texto, o Brasil não erradicou o analfabetismo até 2010, porém, um dado atual e importante sobre o analfabetismo em nosso país indica que:

O Brasil tem 12,9 milhões de pessoas analfabetas, segundo o relatório de 2012 da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), organizada pelo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com base em dados de 2011<sup>44</sup>.

O documento também aponta para o papel primordialmente de salvação da educação, afirmando que “A educação continua a ser uma das mais importantes ferramentas para enfraquecer as forças que levam à desigualdade entre os sexos (p. 20)”. Por fim, o documento faz a relação entre empoderamento das mulheres e o acesso à educação:

As oportunidades de aprendizagem para jovens mulheres são tanto um direito quanto um objetivo. Tais oportunidades aumentam as chances de estas mulheres terem acesso à educação. A alfabetização tem cada vez mais sido combinada à aquisição de habilidades nas áreas de crédito e economia, maternidade, saúde e planejamento familiar (p. 23).

Mais adiante, conclui:

A mudança social pode ser vagarosa, mas ela não pode ser alcançada sem o empoderamento direto da mulher. Iniciativas [...] a tomar decisões e a melhorar suas condições de vida são de suma importância para o alcance da igualdade entre os gêneros na sociedade. A educação é obviamente uma parte vital deste processo de transformação (p. 24).

Por último, um dado importante que observamos no documento citado acima, é que os países com os menores números de professoras primárias são os que apresentam as maiores disparidades entre os gêneros, assim como, na grande maioria dos países, inclusive os industrializados, a presença de professoras decresce do ensino primário para o secundário e do secundário para o superior.

Outro documento estudado por nós foi “Combater a violência baseada em gênero: uma chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, de março de 2005. Segundo este documento, é consenso reconhecer o papel da igualdade

---

<sup>44</sup> Disponível em: <http://noticias.r7.com/educacao/noticias/brasil-tem-quase-13-milhoes-de-analfabetos-numero-caiu- apenas-1-em-tres-anos-20120921.html>

de gênero para atingir todos os ODM. Do mesmo modo coloca que “A violência contra a mulher é o principal resultado das desigualdades baseadas em gênero” (p. 8).

Em um de seus capítulos, o documento discute acerca do objetivo três dos ODM, “Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres”, tendo como meta “Eliminar as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, preferivelmente até 2005, e em todos os níveis de educação até 2015”. Assim, o documento reconhece que,

Este objetivo está baseado na compreensão de que as mulheres são geralmente mais pobres e com menor nível de educação que os homens e representam um segmento maior da população vivendo em absoluta pobreza. Os índices de analfabetismo das mulheres continuam altos em comparação com os dos homens. Em setores urbanos modernos, existem significativas disparidades de gênero nas oportunidades de empregos, com uma maior proporção de mulheres ocupando posições de nível mais baixo e que requerem menos qualificação em comparação com os homens. Grandes diferenças salariais são visíveis. Barreiras e práticas tradicionais e culturais (exemplo: a contínua frequência da mutilação e corte dos órgãos genitais femininos, casamentos forçados, práticas de herança da esposa e proibições de propriedade de terras) continuam a criar sérias desvantagens de condição social e econômica e de saúde para as mulheres e meninas (p. 9).

O aludido documento (2005) revela em seu bojo a situação das mulheres, principalmente as que vivem na África, mas especificamente na Subsaariana. Então, são estabelecidos como desafios a serem enfrentados: a autonomia econômica das mulheres, principalmente em relação ao direito à herança, já que em alguns países a viúva não tem direito aos bens deixados pelo o marido, ficando com os parentes, do sexo masculino, do falecido e em alguns casos a mulher viúva é obrigada a casar com um familiar do marido para proteger os bens da família pela linha de herança masculina; o estupro, especialmente o de meninas adolescentes, sendo que, em alguns casos o estuprador é libertado da prisão caso venha a se casar com a mulher ou menina que estuprou; nas famílias pobres, a menina é a primeira a ser retirada da escola para ajudar a família quando o nível de renda caí, sobretudo nos afazeres domésticos; diminuição da masculinização do ambiente político, incentivando o empoderamento das mulheres em relação a sua maior participação com direito a voz e voto, na esfera política.

No capítulo intitulado “Violência baseada em gênero e HIV/AIDS”, o documento expõe que as mulheres e as crianças tendem a serem mais infectadas do que os homens. Isso acontece porque,

A pobreza faz com mulheres entre 19 e 24 anos de idade tenham maior probabilidade de infecção duas vezes maior do que homens, devido a prostituição, ao limitado poder de decisão e à prática de sexo entre diferentes

gerações. Uma crescente preferência dos homens por meninas não-infectadas muito mais jovens exacerbou ainda mais o problema. [...] Mulheres pobres infectadas pelo HIV/AIDS, já fragilizadas economicamente, são frequentemente privadas de seus direitos à propriedade e de serviços de saúde adequados e são retiradas de sua moradia habitual (p. 17).

A meta a ser atingida em relação ao objetivo citado acima é de “Até 2015, ter detido e começado a reverter a disseminação do HIV/AIDS” (p. 17), uma vez que, “Atualmente, 58% das pessoas infectadas com HIV/AIDS na África Subsaariana são mulheres” (p. 18).

Enfim, chegamos ao “Relatório de Monitoramento de Educação para Todos Brasil 2008 – Educação para Todos em 2015: Alcançaremos a meta?” Esta edição apresenta um relatório global abrangendo as seis metas do Marco de Dakar, analisando o progresso da EPT, busca também responder as seguintes questões: os governos nacionais têm prosseguido em seus compromissos com as metas da EPT? A comunidade internacional vem promovendo apoio adequado aos governos nacionais? O mundo está progredindo em direção às metas para 2015 e, se não, quais metas têm sido negligenciadas e quais países e regiões se encontram em maior dificuldade?

O Brasil está entre os 129 países monitorados, tendo seu desempenho comparado a outros países que se encontram no mesmo grupo. Chamado de E-9, é composto por: Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão. Juntos esses países totalizam 3,3 bilhões de habitantes, ou seja, mais de 50% da população mundial. Neles vivem mais da metade das crianças do mundo em idade escolar e mais de 40% das que se encontram fora da escola. Concentram ainda cerca de 70% dos 771 milhões de analfabetos de todo o planeta (p. 10).

Na avaliação do cumprimento das metas de Dakar, o Brasil está entre os países que ainda não atingiram, nem estão perto de atingir, o conjunto das metas, porém não se encontra entre os que estão muito longe de fazê-lo (2008, p. 12). Dos países do E-9, a exceção da China, para a qual o Relatório de Monitoramento Global não publica os dados, apenas o México está próximo de atingir as metas de Dakar. Indonésia e Egito, ao lado do Brasil, estão na intermediária, já os demais (Nigéria, Paquistão, Índia, Bangladesh) estão distantes de atingirem os objetivos de EPT. Além disso, o Brasil encontra-se em risco de não reduzir pela metade a taxa de analfabetismo e de não alcançar a paridade de gênero nos ensinos fundamental e médio.

Isso sem falar que,

A qualidade do atendimento nas creches e pré-escolas brasileiras também ainda está distante das recomendações do Ministério da Educação, no que tange aos espaços físicos, materiais e projetos pedagógicos e na formação docente (2008, p. 13).

Segundo esse relatório, “há no mundo 774 milhões de adultos que não dispõem das competências elementares para ler, escrever e calcular, dos quais 64% são mulheres” (p. 16). Esse número é calculado a partir de levantamentos em que as pessoas declaram se têm ou não essas competências. Se essas competências, coloca o relatório, fossem medidas diretamente, sem dúvida o número de analfabetos seria muito mais elevado (p. 16).

O documento relata ainda que, em relação ao nível superior, observa-se que aí se aprofunda a disparidade de gênero no Brasil, em favor das mulheres, para cada 100 homens há 132 mulheres nessa etapa educacional. Entretanto, quando se verificam os cursos em que estão matriculadas as estudantes de ensino superior no Brasil, “observa-se que estão sub-representadas em algumas áreas, como a de engenharia, manufatura e construção, arquitetura e ciências, e estão especialmente super-representadas nas áreas de educação, saúde e bem-estar” (p. 18).

Em relação ao conjunto de professores, o documento informa que “A proporção alunos por professor é elevada, tendo ainda aumentado na África Subsaariana e na Ásia Meridional e Ocidental, desde 1999” (2008, p. 18). O Relatório enfatiza que, no plano mundial, seriam necessários 18 milhões de professores para o ensino primário a fim de alcançar o objetivo da universalização desse ensino, até 2015. Pois, “Precariedade nas condições de trabalho dos professores e carência na contratação dos professores são apontadas como sérios entraves à qualidade na educação” (2008, p. 18).

Quanto aos problemas enfrentados pela educação brasileira o Relatório de Monitoramento Global apresenta alguns fatores fundamentais para uma boa aprendizagem, “incluindo número suficiente de dias letivos, acesso a livros e materiais didáticos, escolas seguras e bem-conservadas, professores com formação e em quantidade adequada” (2008, p. 19).

Segundo o Relatório de Monitoramento, em relação ao objetivo 5 das metas de Dakar, o Brasil encontra-se entre os 12 países<sup>45</sup>, sendo a maioria da América Latina

---

<sup>45</sup> Os países são: Nicarágua, Gana, Lesoto, Venezuela, Costa Rica, Guiné, Burquina Fasso, Brasil, Ilhas Marshall, Portugal, São Vicente e Granadinas (2008, p. 23).

e Caribe, que apresentam risco de não atingir a paridade no ensino primário nem em 2025, podendo ser alcançada a do secundário até 2025.

Um dado que achamos importante mencionar apresentado pelo documento é que,

As maiores desigualdades na frequência à escola na idade apropriada são encontradas quando se confrontam os segmentos populacionais mais pobres e mais ricos. Na educação infantil, a taxa de escolarização dos 20% mais ricos é quase o dobro da apresentada pelos 20% mais pobres, em 2006. A situação mais grave é a das crianças de até três anos: do segmento 20% mais pobre, apenas 9,7% estavam em creches; entre os 20% mais ricos, essa taxa era de 29,6%. No ensino fundamental obrigatório ainda se observa desigualdades (93% a dos mais pobres e 96,3% a dos mais ricos). A proporção daqueles que estão no ensino médio na idade correta é três vezes maior para os que se encontram entre os 20% mais ricos (2008, p. 27).

Este Relatório de Monitoramento Global 2008 apresenta dados acerca das metas de Educação para Todos, os desafios, dificuldades, prioridades, ou seja, uma avaliação geral da educação brasileira. Assim, o documento avalia que o Brasil não irá cumprir, de maneira geral, as metas até 2015, ficando então para o ano 2022, quando o país completará 200 anos de sua independência.

Nesse sentido, o Relatório de Monitoramento Global comenta que “O Brasil é um dos países que tem investido em avaliação educacional” (2008, p. 19) e que o próprio Relatório se baseia nos resultados dessas avaliações citadas acima, para averiguarem os resultados, no caso, do Brasil.

Desse modo, podemos asseverar que os documentos de “Educação para Todos” no âmbito mundial e nacional fazem parte de uma agenda positiva que camufla e aprofunda não só as desigualdades sociais, mas também, como é o caso de nossa pesquisa a questão da mulher, ela também perpetua as desigualdades entre os sexos.

A Carta das Nações Unidas<sup>46</sup> e a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>47</sup>, são os primeiros instrumentos jurídicos de caráter internacional que tem o intuito de contemplar a igualdade entre os seres humanos sem que possa ser considerado o sexo como motivo de discriminação.

Tanto a Carta das Nações Unidas, como, a Declaração Universal dos Direitos Humanos são considerados marcos históricos no contexto de defesa e

---

<sup>46</sup>A Carta das Nações Unidas é o documento que criou a Organização das Nações Unidas logo após a Segunda Guerra Mundial, em 26 de junho de 1945.

<sup>47</sup>A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que delinea os direitos humanos básicos, foi adotada pela a ONU em 10 de dezembro de 1948.

promoção da igualdade entre os homens e mulheres. Contudo, é importante ressaltar que a época em que surgiram, primeiro a ONU e três anos mais tarde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, era o período conhecido como Pós-Guerra, onde houve perda e violação a liberdade e a dignidade humana.

Posteriormente, a ONU iniciou uma série de conferências sobre a mulher e seu papel social, ao todo foram quatro. A Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres teve lugar no México em 1975, este ano foi eleito como o Ano Internacional da Mulher. Na mesma ocasião foi proclamado o Decênio das Nações Unidas para a Mulher (1975/1985).

Esta Conferência foi chamada pela Assembleia Geral da ONU, que identificou três objetivos principais, que se tornariam a base para o trabalho das Nações Unidas em favor das mulheres:

- Plena **igualdade** de gênero e a eliminação da discriminação de gênero;
- A integração e a plena participação das mulheres no **desenvolvimento**;
- Uma maior contribuição das mulheres no fortalecimento da **paz** mundial. (grifo nosso)<sup>48</sup>.

A Segunda Conferência Mundial sobre as Mulheres foi celebrada em Copenhague, Dinamarca, em 1980. Sobre esta Conferência, encontramos um artigo elaborado pela ONU que relata,

Apesar dos progressos realizados, a Conferência de Copenhague reconheceu que os sinais de disparidade estavam começando a surgir entre os direitos garantidos e capacidade das mulheres de exercer esses direitos. Para resolver este problema, a Conferência identificou três áreas de atuação específica, altamente concentrado, essenciais para que os objetivos gerais de igualdade, desenvolvimento e paz, identificados pela Conferência do México, fossem alcançados. Essas três áreas foram o acesso equitativo à educação, oportunidade de emprego e serviços de saúde adequados<sup>49</sup>.

A Terceira Conferência Mundial para o Exame e Avaliação das Realização da Década das Nações para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, foi convocada em Nairóbi, no ano de 1985. O mesmo artigo citado a cima, fala que,

Os dados recolhidos pela Organização das Nações Unidas revelaram que as melhorias na situação das mulheres e dos esforços para reduzir discriminação, se beneficiou apenas uma pequena minoria de mulheres. Melhorias na situação das mulheres no mundo em desenvolvimento tinha sido marginal na melhor das hipóteses. Em suma, os objetivos da segunda

---

<sup>48</sup> Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/followup/session/presskit/presskit.htm>

<sup>49</sup> idem

metade da Década das Nações Unidas para a Mulher não haviam sido cumpridos<sup>50</sup>.

A Quarta e última Conferência aconteceu em Beijing, em 1995. Dessa quarta conferência foi aprovada uma Plataforma de Ação que tem como objetivo a promoção da igualdade, no marco internacional, entre homens e mulheres, seguindo o lema das conferências anteriores, de promover os objetivos de Igualdade, Desenvolvimento e Paz para todas as mulheres.

Um dos primeiros documentos elaborado pelos países membros da ONU, em relação às mulheres, foi a “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979, entrando em vigor em 03 de setembro de 1981. Sendo que só foi assinada pelo Brasil, com reservas, em 31 de março de 1981 e ratificada, com reservas, em 01 de fevereiro de 1984. Ela só foi ratificada pelo governo brasileiro sem reservas em 22 de junho de 1994.

O referido documento reafirma, primeiramente, os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos de que todos os seres humanos nascem livres e iguais, e que podem invocar seus direitos e liberdades sem distinção alguma, inclusive a de sexo. Frequentemente, este documento é descrito como a Carta Internacional dos Direitos da Mulher. Possuindo 30 artigos, a Convenção debate acerca da reprodução feminina, alimentação, educação, trabalho, planejamento familiar, bem como, afirma que “[...] a participação da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país, o bem-estar do mundo e a causa da paz (p. 2)”.

Uma vez que a Convenção se propõe a eliminar qualquer forma de discriminação contra a mulher, o documento define, no seu artigo 1º, discriminação contra a mulher como:

Para fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos políticos, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (p. 2).

---

<sup>50</sup> idem

Um documento bastante citado seja em artigos ou em outros documentos elaborados pela ONU é o “Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - CIPD”, ocorrida no Egito, na cidade do Cairo, entre os dias 5 e 13 de setembro de 1994. Elaborada quatro anos após Jomtien, a Conferência chegou ao consenso sobre três metas a serem alcançadas até aquela data tão propalada e esperada, a saber, 2015: a redução da mortalidade infantil e materna; o acesso à educação, especialmente para as meninas; e o acesso universal a uma ampla gama de serviços de saúde reprodutiva para as meninas.

Os Princípios da CIPD estão declarados no capítulo II, do citado documento, totalizando 15. O princípio 4 é o que expõe mais diretamente sobre a mulher,

O progresso na igualdade e equidade dos sexos, a emancipação da mulher, a eliminação de toda espécie de violência contra ela e a garantia de poder ela própria controlar sua fecundidade são pedras fundamentais de programas relacionados com população e desenvolvimento. Os direitos humanos da mulher e da menina são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena e igual participação da mulher na vida civil, cultural, econômica, política e social, nos âmbitos nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo são objetivos prioritários da comunidade internacional (p.43).

O documento também estabelece o ano de 2015, como o ano da grande festa da igualdade de gênero, bem como se chegou a um consenso sobre três metas a serem alcançadas na mesma data: redução da mortalidade infantil e materna; acesso à educação, especialmente para as meninas; e o acesso a serviços de saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar.

A Conferência faz um amplo debate acerca da situação da mulher, a nível internacional, trazendo temas como, saúde reprodutiva, planejamento familiar, prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, discutindo a relação entre sexualidade e saúde da criança, do adolescente e do idoso. Contudo vários países fizeram reservas quanto a Conferência, principalmente no que diz respeito à saúde e sexualidade feminina, isso por conta do uso da expressão “interrupção da gravidez”, ou seja, aborto, apoiando-se, essencialmente, nos princípios da Igreja Católica, mas também observamos tal posicionamento na maioria dos países árabes. Ao mesmo tempo notamos tal postura em relação ao núcleo familiar, união entre homem e mulher e que produza filhos.

Sobre o aborto o documento reconhece que existe um grande número de mulheres que morrem em decorrência de um aborto inseguro (p.75), porém coloca que em nenhuma hipótese a prática abortiva deva ser promovida como forma de planejamento familiar (p. 77) e,

Em circunstâncias em que o aborto não contraria a lei, esse aborto deve ser seguro. Em todos os casos, as mulheres devem ter acesso a serviços de qualidade para o tratamento de complicações resultantes de aborto. Os serviços de orientação pós-aborto, de educação e de planejamento familiar devem ser de imediata disponibilidade, o que ajudará também a evitar repetidos abortos (p. 77)

Continuando a referirmo-nos aos documentos em exame, segundo a CIPD, “os países devem agir para emancipar a mulher e tomar providências para eliminar, o mais breve possível, as desigualdades entre homens e mulheres” (p. 50). Nesse propósito, elege-se a educação como um dos meios mais importantes de emancipar com saber, habilidades e autoconfiança” necessários para uma plena participação no processo de desenvolvimento” (p. 50). Mais adiante o documento declara que,

A educação é também um meio de capacitar o indivíduo a ter acesso ao conhecimento, que é a pré-condição para enfrentar, por quem quer que seja, a complexidade do mundo de hoje. A redução das taxas de fecundidade, de morbidade e de mortalidade, a emancipação da mulher, a melhoria da qualidade da população trabalhadora e a promoção de uma autêntica democracia são amplamente ajudadas pelo progresso na educação (p. 89).

No parágrafo seguinte, continua,

A relação entre educação e mudanças sociais e demográficas é de interdependência. Há uma estreita e complexa relação entre educação, idade núbil, fecundidade, mortalidade, mobilidade e atividade. O aumento da educação de mulheres e moças contribui para a maior emancipação da mulher, para o adiamento da idade de casamento e para a redução do tamanho das famílias (89).

Como já citado anteriormente, em 1995, aconteceu em Pequim, a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher. O documento coloca que “Os direitos das mulheres são direitos humanos” (1995, p. 1), ou seja, o direito à liberdade, de religião ou crença, de consciência e pensamento. Desse modo o documento ainda afirma que,

O fortalecimento das mulheres e sua plena participação, em condições de igualdade, em todas as esferas sociais, incluindo a participação nos processos de decisão e acesso ao poder, são fundamentais para o alcance da igualdade, desenvolvimento e paz (1995, p. 1).

Portanto, assegurada a participação das mulheres no poder e nas tomadas de decisões, será alcançada a igualdade em relação ao sexo oposto, assegurará o desenvolvimento econômico internacional e promoverá a paz mundial. Entendemos que, ao fazer tal afirmação o documento nega de todas as maneiras a luta de classes, a opressão e a exploração que as mulheres sofrem cotidianamente por ser mulher, assim como a violência sexual, moral e psicológica.

A Quarta Conferência de Pequim contou com a participação de 189 governos e 2.100 ONGs, que juntos aprovaram a Declaração de Pequim<sup>51</sup> e a Plataforma de Ação<sup>52</sup>. Essa Plataforma de Ação especificou doze áreas críticas consideradas como obstáculos para o progresso das mulheres e que exigem ações concretas dos governos e da sociedade civil: as mulheres e a pobreza; educação e formação para as mulheres; as mulheres e a saúde; a violência contra as mulheres; as mulheres e os conflitos armados; mulheres e economia; mulheres no poder e tomada de decisões; mecanismos institucionais para o avanço das mulheres; direitos humanos das mulheres; as mulheres e os meios de comunicação; mulheres e meio ambiente e, as crianças do sexo feminino.

A Plataforma de Ação consagrou três inovações dotadas, segundo o documento, de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade (1995, p. 149).

Assim o documento, descreve o conceito de gênero como sendo algo que permitiu passar “de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificação” (idem, p. 149).

Já a noção de empoderamento das mulheres [...] “consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo” (idem, *ibidem*).

---

<sup>51</sup> Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Confer%C3%A2ncias-de-C%C3%BApula-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-sobre-Direitos-Humanos/declaracao-de-pequim-adotada-pela-quarta-conferencia-mundial-sobre-as-mulheres-acao-para-igualdade-desenvolvimento-e-paz-1995.html>

<sup>52</sup> Disponível em: <http://www.spm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>

Por fim, a transversalidade [...] “busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental” (idem, *ibidem*).

A Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, ocorrida em 1979, declarava em seu artigo 3º que seria necessária a participação de todas as esferas, assim,

Os Estados-Partes tomarão, em todas as esferas e, em particular, nas esferas política, social, econômica e cultural, todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para assegurar o pleno desenvolvimento e progresso da mulher, com o objetivo de garantir-lhe o exercício e gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de condição com o homem (p. 3).

Assim como a Declaração de Pequim relata que “Assegurar a igualdade de acesso e a igualdade de tratamento de mulheres e homens na educação e saúde e promover a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e sua educação” (p. 2). Mais à frente iremos perceber que os dados revelados por outros documentos apontam uma outra direção.

O ponto principal de nossa tese é discutir acerca do discurso presente nos documentos e relatórios das agências internacionais, quanto à igualdade de acesso à educação de meninas e meninos e, conseqüentemente, o melhoramento na vida das mulheres, a promoção da emancipação feminina e o empoderamento das mulheres. Assim como assegurar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, se dará através da equidade de acesso à educação entre os gêneros – para usar um termo próprio das agências.

Adentraremos, agora, nos documentos mais atuais relacionados a EPT. O primeiro a ser exposto é o Relatório de Monitoramento Global<sup>53</sup> de EPT 2013/4 intitulado Ensinar e Aprender: alcançar a qualidade para todos, publicado em 2014.

O relatório, já na apresentação, revela que, apesar dos avanços da última década, nenhum objetivo será conquistado globalmente até 2015 e que continuaram a ser negadas oportunidades de educação às pessoas dos grupos mais marginalizados, fazendo um chamado para um pós-2015.

Este relatório está dividido em três partes: a primeira atualiza a situação do progresso em direção aos seis objetivos de EPT<sup>54</sup>; a segunda parte apresenta evidências

---

<sup>53</sup> Faremos referência como RMG de EPT, juntamente com o ano da publicação.

claras de que o progresso na educação é vital para se atingir os objetivos de desenvolvimento após 2015; e por fim, a terceira parte realça a importância de se implementar políticas fortes para desenvolver o potencial dos professores, a fim de ajudá-los na superação da crise global de aprendizagem.

Os dados revelados pelos documentos, demonstram o quanto ainda estamos longe de atingir os 6 objetivos de EPT. No objetivo 1, é destacado que, apesar de ter havido melhoras, um número grande de crianças não tem acesso à educação e a cuidados básicos na primeira infância. Em 2012, 25% das crianças menores de 5 anos apresentavam nanismo e, em 2011, por volta de metade das crianças pequenas tiveram acesso à educação pré-primária<sup>55</sup>, sendo que, na África Subsaariana, essa proporção foi de apenas 18% (p. 5).

Quanto ao objetivo 2, o relatório declara que é provável que não se alcance a educação primária universal, por uma grande margem. O número de crianças fora da escola, em 2011, foi de 57 milhões. Na África Subsaariana, apenas 23% das meninas pobres das áreas rurais completaram a educação primária até o final da década. Se persistirem as tendências recentes da região, os meninos mais ricos alcançarão a educação primária universal completa em 2021, enquanto as meninas mais pobres somente o conseguirão em 2086 (p. 5).

O objetivo 3, afirma que muitos adolescentes não possuem as habilidades básicas adquiríveis no primeiro nível do ensino secundário. Em 2011, 69 milhões de adolescentes estavam fora da escola, em países de baixa renda, apenas 37% dos adolescentes completam o primeiro nível do ensino secundário, esse número chega a 14% nos países mais pobres. Se persistirem essas tendências, meninas das famílias mais pobres na África Subsaariana somente conseguirão completar o primeiro nível do ensino secundário em 2111 (p. 5).

Já o objetivo 4, cita que a alfabetização de adultos quase não avançou. Em 2011, havia 774 milhões de adultos analfabetos, uma redução de apenas 1% desde 2000. Projeta-se que até 2015 esse número cairá ligeiramente para 743 milhões. Quase dois

---

<sup>54</sup> Reafirmando que são os objetivos estipulados pelo Marco de Ação de Dakar.

<sup>55</sup> A UNESCO adota a Classificação Internacional de Educação (*International Standard Classification of Education - ISCED*), que considera a educação pré-primária essencialmente para introduzir as crianças com idade mínima de 3 anos – Brasil corresponde à creche e à pré-escola. A educação primária, que tem o objetivo de fornecer aos alunos uma educação básica sólida em leitura, escrita e matemática, e uma compreensão elementar de temas como história, geografia, ciências naturais, ciências sociais, artes e música – no Brasil, corresponde ao ensino fundamental de 1º ao 5º ano ou equivalente. A educação secundária é composta por duas etapas, a primeira corresponde, no Brasil, ao ensino fundamental do 6º ao 9º ano ou equivalente, a segunda etapa corresponde, no Brasil, ao ensino médio.

terços dos adultos analfabetos são mulheres. As mulheres jovens mais pobres dos países em desenvolvimento podem não alcançar a alfabetização universal até 2072 (p. 05).

O objetivo 5 assevera que ainda há disparidades de gênero em muitos países. Embora a paridade de gênero devesse ter sido alcançada em 2005, em 2011, apenas 60% dos países atingiram esse objetivo no nível primário, e 38% no nível secundário (p. 5).

Por fim, o objetivo 6 assegura que a baixa qualidade da educação significa que milhões de crianças não estão aprendendo sequer o básico. Cerca de 250 milhões de crianças não estão aprendendo as habilidades básicas, embora metade delas tenha frequentado a escola por pelo menos quatro anos. O custo anual desse problema é de aproximadamente US\$ 129 bilhões. Investir nos professores é fundamental: em cerca de um terço dos países, menos de 75% dos professores da educação primária são capacitados segundo padrões nacionais. Em um terço dos países, o desafio de capacitar os professores já existentes é maior do que contratar e capacitar novos professores (p. 5).

O Marco de Ação de Dakar não estabeleceu quanto os países deveriam destinar à educação. Essa falha em não se estabelecer uma meta comum de financiamento para os objetivos da EPT deveria ser resolvida após 2015, com a meta específica de que os países deveriam alocar à educação, pelo menos, 6% do PIB. Dos 150 países com dados disponíveis, em 2011, apenas 41 gastaram 6% ou mais do PIB em educação, e 25 gastaram menos de 3%. De acordo com o documento é amplamente aceito que os países devem destinar pelo menos 20% do seu orçamento à educação. No entanto, em 2011, a média global foi de apenas 15%, proporção que praticamente não mudou desde de 1999. Essa situação provavelmente não vai melhorar nos próximos anos, de 49 países com dados disponíveis em 2012, 25 planejavam reduzir seu orçamento para a educação entre 2011 e 2012 (p. 16).

De acordo com o RMG de EPT (2014) as meninas representam 54% da população mundial de crianças fora da escola. Nos Estados Árabes, essa proporção é de 60% e não sofreu alterações desde 2000. Assim como demonstramos em nossa dissertação, a relação entre educação e paridade de gênero, continua posta como uma unidade transformadora para as mulheres. O RMG de EPT (2014) expõe que,

A educação reduz a pobreza, aumenta as oportunidades de trabalho e impulsiona a prosperidade econômica. Ela também melhora a probabilidade

de as pessoas terem uma vida saudável, aprofunda as bases da democracia e transforma atitudes para proteger o meio ambiente e empoderar as mulheres. Educar meninas e mulheres, particularmente, tem um poder transformador sem igual. Além de aumentar suas chances de conseguirem empregos, permanecerem saudáveis e participarem ativamente da sociedade, educar meninas e jovens mulheres tem um impacto decisivo na saúde de seus filhos e acelera a transição do país para um crescimento populacional estável (p. 22).

Caberia à educação também, segundo o documento: reduzir a pobreza e fomentar empregos e o crescimento; ela melhora as chances de se ter uma vida mais saudável, bem como, promove sociedades saudáveis.

O aludido relatório apresenta dados acerca da reprodução das mulheres.

Em 2012, 6,6 milhões de crianças menores de 5 anos morreram, a maioria das quais em países de renda baixa e média baixa. Se todas as mulheres desses países tivessem completado a educação primária, a taxa de mortalidade infantil cairia 15%. Se todas as mulheres completassem a educação secundária, a queda seria de 49%, o que equivale a algo em torno de 2,8 milhões de vida por ano. Em torno de 40% dos casos de mortalidade antes dos 5 anos de idade ocorrem nos primeiros 28 dias de vida, em sua maioria devido a complicações no parto (RMG de EPT, 2014, p. 24).

O relatório chama a atenção para a educação das mães, tanto para sua própria saúde como para a de seus filhos.

Todos os dias, quase 800 mulheres morrem de causas evitáveis relacionadas à gravidez e ao parto. Se todas as mulheres completassem a educação primária, haveria 66% menos mortes maternas, salvando-se 189 mil vidas por ano. Apenas na África Subsaariana, se todas as mulheres completassem a educação primária, haveria 70% menos mortes maternas, salvando-se 113,4 mil vidas de mulheres (RMG de EPT, 2014, p. 24).

Por fim, a última parte do RMG (2014) alerta para uma crise de aprendizagem, principalmente sobre aqueles que estão em desvantagem, que têm uma maior probabilidade de sofrer com o número insuficiente de professores treinados, com a infraestrutura sobrecarregada e com materiais inadequados.

São 650 milhões de crianças em idade de frequentar a educação primária, pelo menos 250 milhões não estão aprendendo o básico de leitura e matemática. Dessas, quase 120 milhões têm pouca ou nenhuma experiência na escola primária, não tendo chegado sequer a 4ª série. As 130 milhões restantes estão na escola primária, mas não alcançaram os patamares mínimos de aprendizagem. Muitas vezes incapazes de entender uma frase simples, essas crianças estão mal preparadas para realizar a transição para a educação secundária (RMG de EPT, 2014, p. 31).

O relatório também afirma que a pobreza, a disparidade de gênero, localização, grupo étnico, língua, deficiência, dentre outros fatores, possibilitam que

crianças e principalmente as meninas de famílias mais pobres, de terem uma probabilidade menor de receber apoio da escola para melhorar sua aprendizagem.

A crise mundial de aprendizado somente pode ser superada se as políticas forem direcionadas a melhorar a aprendizagem dos desfavorecidos. Dos 40 planos nacionais de educação analisados por este Relatório, 26 colocam a melhora dos resultados da aprendizagem como um objetivo estratégico (RMG de EPT, 2014, p. 35). De acordo com este documento, para melhorar a aprendizagem para todos, os planos nacionais de educação devem melhorar a qualidade e o gerenciamento dos professores. Somente 17, dos 40 planos, incluem estratégias para melhorar os programas de qualificação docente, e apenas 16 deles preveem treinamento adicional para professores que formam outros professores. Um dado alarmante diz respeito,

As necessidades futuras de contratação de professores são determinadas por: déficits correntes, demografia, tendências de matrícula e número de crianças fora da escola. Análises do Instituto de Estatísticas da ONU mostram que seria necessário a contratação de 5,2 milhões de professores – inclusive substitutos e extras – para se alcançar a educação primária universal, isso significa 1 milhão de professores por anos, entre 2011 e 2015. [...] O desafio de contratar professores torna-se ainda maior quando são consideradas as necessidades do primeiro nível do ensino secundário. Para alcançar a universalização desse nível até 2030, com 32 alunos por professor, seriam necessários 5,1 milhões de professores a mais, ou 268 mil por ano. A África Subsaariana responde pela metade dos professores necessários ao longo desse período (RMG de EPT, 2014, p. 36-37).

O próximo documento mapeado por nós é o Relatório de Monitoramento Global de EPT Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios, publicado em 2015. O relatório faz um balanço para analisar se o mundo alcançou os objetivos de EPT e se as partes envolvidas cumpriram seus compromissos. Ele explica possíveis determinantes do ritmo do progresso. Finalmente, identifica lições-chave para construir a agenda global de educação pós-2015.

A avaliação desse relatório quanto ao compromisso político com a EPT, se foi reafirmado e mantido, adverte para o fato de que o movimento de EPT foi penalizado, uma vez que os ODMs<sup>56</sup> se tornaram a agenda de desenvolvimento

---

<sup>56</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são: ODM 1 – Erradicar a extrema pobreza e a fome; ODM 2 – Atingir o ensino básico universal; ODM 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; ODM 4 – Reduzir a mortalidade na infância; ODM 5 – Melhorar a saúde materna; ODM 6 – Combater o HIV/aids, a malária e outras doenças; ODM 7 – Garantir a sustentabilidade ambiental; ODM 8 – Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

dominante. O resultado, segundo o documento, foi a ênfase excessiva na educação primária universal. De acordo com este RMG de EPT (2015),

Os esforços empreendidos desde 2000 para fazer avançar a educação no mundo tornaram-se quase sinônimo de garantir que cada criança esteja na escola. A meta de EPT (e dos ODM) de acesso universal à educação primária era particularmente aplicável aos países mais pobres, mas não era tão relevante para outros países. [...] de maneira geral, nem mesmo a meta de educação primária universal foi alcançada, quanto mais os objetivos mais ambiciosos de EPT, e os mais desfavorecidos continuam sendo os últimos a serem beneficiados [...] na suma total, o movimento de EPT pode ser caracterizado como um sucesso qualificado, mesmo que os parceiros de EPT não tenham coletivamente cumprido seus compromissos. A lição que surge ao longo dos últimos 15 anos, contudo, é que, se por um lado as soluções técnicas são importantes, por outro as influências e as mudanças políticas são ainda mais relevantes, e são essenciais para que se compreenda a escala da reforma e das ações necessárias para alcançar a EPT em âmbito nacional (RMG de EPT, 2015, p. 13).

De maneira geral, o documento retrata que, para se alcançar a paridade e a igualdade de gênero na educação até 2015, é necessário mais esforço, pois os desafios persistem e os progressos são irregulares, sendo os principais fatores: casamento e gravidez precoce; formação de professores – com abordagens sensíveis a questões de gênero; violência relacionada a gênero na escola – seja física, psicológica e/ou sexual. Como recomendações para o pós-2015, o documento orienta que: 1) as escolas devam ser seguras, inclusivas e sensíveis a questão, com ensino e aprendizagem que empoderem os alunos e promovam relações positivas de gênero, 2) os recursos deveriam ser priorizados às comunidades em que as desigualdades de gênero sejam mais evidentes, como por exemplo no Paquistão, onde menos de 70 meninas para cada 100 meninos frequentou alguma vez a escola, revelando que meninas mais pobres são quem tem menos probabilidade de se matricular<sup>57</sup>.

Assim, o relatório confirma o que já foi constatado em relatórios anteriores, que a pobreza acentua as disparidades de gênero entre os que completam a educação primária, no entanto, segundo o texto, as disparidades de gênero são maiores e mais variadas na educação secundária do que na primária. Até 2012, 63% dos países com dados disponíveis ainda não haviam alcançado a paridade de gênero nas matrículas da educação secundária (RMG de EPT, 2015, p. 36).

---

<sup>57</sup>“Em países com grande população de crianças em idade de frequentar a educação primária, mas que nunca foram à escola, as meninas ainda têm chances menores do que os meninos de frequentar a escola, principalmente entre as crianças mais pobres. Cerca de 43% das crianças que não frequentam a escola em todo o mundo nunca a frequentarão: é provável que 48% dessas meninas nunca cheguem a ir à escola, comparado com 37% dos meninos” (RMG de EPT, 2015, p. 35).

O documento cobra compromissos e atitudes dos países parceiros, das ONGs e da sociedade civil, para tal fim, exige-se: reformas de leis e políticas que sustentem o progresso – persistem práticas e/ou leis de herança discriminatória e o predomínio de casamentos<sup>58</sup> precoces de meninas continua inaceitavelmente alto; integração e orçamento relativos ao gênero trazem foco – a integração do gênero visa a tornar a igualdade de gênero um ideal central, refletido na estruturas e nas práticas de instituições, assim como na sociedade como um todo, em vez de ser um setor ou uma questão à parte; aumentar a demanda e apoiar o direito à educação – utilizando de três formas estratégicas, 1) promovendo valores e atitudes positivas para a educação de meninas, por meio da mobilização comunitária; 2) fornecendo incentivos para compensar os custos escolares e de oportunidades; 3) combatendo os casamentos precoces e a gravidez adolescente (RMG de EPT, 2015, p. 36).

O documento também adverte para o fato de que são necessárias políticas para melhorar a participação de meninos, pois, se, por um lado, as meninas ainda têm probabilidade menor do que os meninos de ingressar na escola, por outro lado, em muitos países, os meninos apresentam risco maior de não progredir e não completar um ciclo educacional. Segundo o RMG de EPT (2015, p. 37),

As altas taxas de abandono escolar entre os meninos também têm repercussões mais abrangentes para as relações de gênero. Uma pesquisa de 2009 e 2010, realizada no Brasil, no Chile, na Croácia, na Índia, no México e em Ruanda, mostrou que homens com menos educação expressaram visões discriminatórias de gênero, tinha maior probabilidade de ser violentos em casa e, caso fossem pais, tinham menor probabilidade de se envolver com os cuidados da criança (RMG de EPT, 2015, p. 37).

As políticas educacionais em países em desenvolvimento frequentemente ignoram matrículas e conclusão educacional de meninos. De acordo com este documento,

Um número significativo de meninos abandona precocemente a escola devido à necessidade ou ao desejo de trabalhar, muitas vezes combinado com o ingresso tardio na escola, o baixo desempenho e o subsequente desinteresse

---

<sup>58</sup> “Os casamentos precoces e a gravidez adolescente limitam o acesso e a permanência de meninas na escola, mas o progresso na eliminação dos casamentos precoces tem sido lento em todo o mundo. Dados do período 2000-2011 mostram que, em 41 países, 30% ou mais das mulheres de 20 a 24 anos estavam casadas ou comprometidas desde os 18 anos. A mera existência de leis pode não ser suficiente para impedir essa prática. Na Indonésia, uma avaliação da Lei Nacional sobre Matrimônios, de 1974, não encontrou nenhuma mudança significativa na redução do casamento infantil desde a implementação dessa lei. No entanto, a ocorrência do casamento infantil diminuiu consideravelmente em alguns países. Na Etiópia, o predomínio de casamentos precoces caiu mais de 20%, entre 2005 e 2011, devido a mudanças na legislação e a campanhas comunitárias e de *advocacy*” (RMG de EPT, 2015, p. 37).

pela escola, bem como fatores como a etnicidade e outras formas de marginalização. As políticas educacionais de países em desenvolvimento, em geral, conferem pouca atenção à melhora das taxas de matrícula e de permanência de meninos, mesmo em países com graves disparidades de gênero que os desfavorecem (RMG de EPT, 2015, p. 38).

Enfim, o relatório conclama para a promoção de ambientes equitativos na escola e na sala de aula, para a melhoria da qualidade na aprendizagem, afirmando,

A igualdade de gênero na educação requer não apenas igualdade no acesso, mas também no processo de aprendizagem, nos resultados educacionais e em resultados externos. Quatro fatores são essenciais para melhorar a qualidade da aprendizagem, principalmente para meninas: aumentar o número e a qualificação dos professores, incluindo professoras, acabar com o viés discriminatório de gênero nos currículos e nos materiais didáticos, tornar as atividades de sala de aula mais sensíveis a questões de gênero por meio de treinamentos e enfrentar a violência baseada em gênero (RMG de EPT, 2015, p. 38).

Uma ressalva importante que gostaríamos de levantar, diz respeito a parte desse documento em que é discutida a representação feminina na força de trabalho na área educacional, porém, essa parte só será debatida por nós posteriormente por se tratar de uma temática importante para nossa pesquisa.

O terceiro documento examinado nesta pesquisa é Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, de 2015. Já no preâmbulo do documento, é definido o que é a agenda 2030.

Esta agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (p. 1).

Mas de 150 líderes mundiais estiveram reunidos na sede das Nações Unidas, em Nova York, entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, quando a Organização comemorava seu septuagésimo aniversário, para adotarem uma agenda que abarcasse a temática do desenvolvimento sustentável. Os objetivos e as metas são o resultado de mais de dois anos de consulta pública intensiva e envolvimento junto à sociedade civil e outras partes interessadas em todo o mundo, prestando atenção especial às vozes dos mais pobres e mais vulneráveis (p. 4).

Contudo, é importante fazermos referência a uma outra conferência, A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na

cidade brasileira do Rio de Janeiro, cujo objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 contou com a participação de chefes de Estado e de Governo de 188 nações (das quais, 185 dentre os 193 países-membro da ONU, além de representantes do Vaticano, da Palestina e da Comunidade Europeia) que reiteraram seus compromissos com a sustentabilidade do desenvolvimento, sobretudo, no que concerne ao modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta.

O termo “desenvolvimento sustentável” foi apresentado no Relatório “Nosso Futuro Comum”, de 1987, tendo como diretriz a ideia de um desenvolvimento “que atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades”. O desenvolvimento sustentável é concebido na interação entre três pilares: o social, o econômico e o ambiental.

A Agenda 2030 reafirma não só todos os princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como também:

A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável; a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social; o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento; a Plataforma de Ação de Pequim; a Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos; a Terceira Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento; a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento sem litoral; e da Terceira Conferência Mundial da ONU sobre a Redução do Risco de Desastres (AGENDA 2030, 2015, p. 5).

O documento faz referência aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio acordados quinze anos antes, alegando que o progresso tem sido desigual, particularmente na África, nos países menos desenvolvidos, nos países sem litoral em desenvolvimento e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, pois alguns ODM permanecem longe de serem alcançados, em particular os relacionados à saúde materna, neonatal e infantil e à saúde reprodutiva, a partir de agora, a referida agenda se compromete com a plena realização de todos os ODM por meio da assistência focada e ampliada para os países menos desenvolvidos e outros países em situações especiais. Dessa forma, a nova Agenda se baseia nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e pretende completar o que estes não alcançaram, particularmente em alcançar os mais vulneráveis (AGENDA 2030, 2015, p. 7).

Assim, a Agenda anuncia os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que são integradas e indivisíveis, de natureza global e universalmente aplicáveis, tendo em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais. É reafirmado a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como outros instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos e ao direito internacional.

Segundo este documento, os novos objetivos e metas entrarão em vigor no dia 1º de janeiro de 2016 e orientarão as decisões que tomaremos ao longo dos próximos 15 anos e afirmam que estão empenhados em acabarem com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a erradicação da pobreza extrema até 2030.

Dito isso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um apelo universal da Organização das Nações Unidas para acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade, são eles:

- 1) Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- 2) acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- 3) assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- 4) assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- 5) alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- 6) assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- 7) assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- 8) promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- 9) construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- 10) reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- 11) tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- 12) assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- 13) tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- 14) conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- 15) proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- 16) promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- 17) fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (AGENDA 2030, 2015, p. 18-19).

Para este documento, a efetivação da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas dará uma contribuição essencial para o progresso em todos os objetivos e metas. A Agenda 2030 delibera que,

Alcançar o potencial humano e do desenvolvimento sustentável não é possível se para metade da humanidade continuam a ser negados seus plenos direitos humanos e oportunidades. Mulheres e meninas devem gozar de igualdade de acesso à educação de qualidade, recursos econômicos e participação política, bem como a igualdade de oportunidades com os homens e meninos em termos de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis (AGENDA 2030, 2015, p. 8).

O objetivo 5 dos ODS é Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, tendo como finalidade:

Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte; eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos; eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas; reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais; garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública; assegurar o acesso universal à saúde pública e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com O Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão; realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais; aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres, adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis (AGENDA 2030, 2015, p. 24-25).

Os governos terão a responsabilidade primária de acompanhamento e avaliação, nos níveis nacional, regional e global, em relação ao progresso alcançado na implementação dos Objetivos e metas para os próximos 15 anos.

Para apoiar a prestação de contas aos nossos cidadãos, iremos fornecer um acompanhamento e avaliação sistemáticos em vários níveis, tal como estabelecido nesta Agenda e na Agenda de Ação de Adis Abeba. O Fórum Político de Alto Nível, sob os auspícios da assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), terá o papel central na supervisão do acompanhamento e da avaliação em nível global (p. 15).

Quanto aos meios de implementação, a Agenda 2030, reconhece que cada país é o principal responsável pelo seu próprio desenvolvimento econômico e social. Dessa forma,

A nova Agenda lida com os meios necessários para a implementação dos Objetivos e metas. Reconhecemos que estes incluem a mobilização de

recursos financeiros, bem como o reforço das capacidades e a transferência de tecnologias ambientalmente adequadas para os países em desenvolvimento em condições favoráveis, incluindo em condições concessionais e preferenciais, nos termos mutuamente acordados. Finanças públicas, tanto nacionais como internacionais, desempenharão um papel vital na prestação de serviços essenciais e bens públicos e em catalisar outras fontes de financiamento. Reconhecemos o papel do setor privado diverso, desde os microempresários e cooperativas até as multinacionais, bem como o papel das organizações da sociedade civil e as organizações filantrópicas na implementação da nova Agenda (p. 14).

O objetivo 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável – defende em seus principais pontos sobre finanças:

Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas; países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em OAD para os países menos desenvolvidos; mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes; ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento; adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos.

O documento admite que não é possível a implementação da Agenda 2030, sem uma parceria global. Por isso,

Reafirmamos nosso firme compromisso com a plena implementação desta nova Agenda. Reconhecemos que não vamos ser capazes de alcançar nossos objetivos e metas ambiciosas sem uma Parceria Global revitalizada e reforçada e de meios de implementação comparativamente ambiciosos (p. 39).

A referida Agenda também conclama o engajamento a nível nacional dos Estados-membros, incentivando-os a realizar avaliações regulares e inclusivas de progresso nos níveis nacionais e subnacionais que sejam lideradas pelo país e orientados para o país. Tais avaliações devem recorrer a contribuições dos povos indígenas, da sociedade civil, do setor privado e de outras partes interessadas, de acordo com as circunstâncias, políticas e prioridades nacionais. A Agenda também conclama o acompanhamento e a avaliação em nível regional e sub-regional, reconhecendo a importância de construir sobre os mecanismos de acompanhamento e de avaliação

existentes em nível regional e permitindo um espaço político adequado, incentivando todos os Estados-membros a identificar o fórum regional mais adequado para se engajar. Comissões regionais das Nações Unidas são incentivadas a continuar apoiando os Estados-membros a este respeito (p. 46-47).

Por fim, o documento elucidada que as reuniões acontecerão de quatro em quatro anos sob os auspícios da Assembleia Geral. O HLPF – Fórum Político de Alto Nível sobre o desenvolvimento sustentável, fornecerá orientação política de alto nível sobre a Agenda e sua implementação, identificará avanços e desafios emergentes e mobilizará novas ações para acelerar sua implementação. O próximo HLPF, sob os auspícios da Assembleia Geral, ocorrerá em 2019, com o ciclo de reuniões redefinindo a fim de maximizar a coerência com o processo de Revisão Política Compreensivo Quadrienal (p. 48-49).

O quarto e último documento mapeado é o Relatório de Monitoramento Global da Educação 2018 – Relatório conciso de gênero: cumprir nossos compromissos com a igualdade de gênero na educação 2018<sup>59</sup>.

Este RMG 2018, explica que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável abriu um novo capítulo na longa batalha para alcançar a igualdade de gênero. Seu compromisso de “não deixar ninguém para trás” expressa a convicção de que meninos e meninas, homens e mulheres, deveriam se beneficiar igualmente do desenvolvimento. O Marco de Ação da Educação 2030, um recurso que visa ajudar a comunidade internacional a alcançar o ODS 4 sobre educação, reconhece que explicitamente a igualdade de gênero como um princípio norteador da concretização do direito à educação. Ele afirma claramente que meninas e meninos, mulheres e homens, devem ser igualmente empoderados “na e por meio da educação” (RMG 2018, p. 9).

O documento aponta que um quadro de monitoramento que trate do desafio da igualdade de gênero na educação deve ser muito mais abrangente, advertindo que equalizar as oportunidades educacionais entre homens e mulheres, particularmente em termos de participação e resultados da aprendizagem, é necessário, mas não o suficiente para alcançar a igualdade de gênero na educação. Segundo o documento,

---

<sup>59</sup> A “Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação” especifica que o mandato do Relatório de Monitoramento Global da Educação seja o “mecanismo para monitorar e relatar sobre o ODS 4 e a educação em outros ODS” com a responsabilidade de relatar sobre a implementação das estratégias nacionais e internacionais para ajudar a ajudar todos os parceiros relevantes a se responsabilizarem por seus compromissos como parte do acompanhamento e da revisão geral dos ODS. Este relatório é elaborado por uma equipe independente, autorizada pela UNESCO (Relatório de Monitoramento Global da Educação – RMG de Educação, 2018, p. 2).

São necessários indicadores em pelo menos mais cinco domínios para tratar a questão: normas, valores e atitudes de gênero (muitos dos quais podem ser influenciados pela educação); instituições à parte do sistema educacional; leis e políticas dos sistemas educacionais; distribuição de recursos; e prática de ensino e aprendizagem (RMG 2018, p. 12).

Na educação terciária, que diz respeito a educação superior, apenas 4% dos países alcançaram a paridade. De maneira geral, há mais mulheres do que homens na educação terciária em quase todas as regiões. De acordo com o relatório,

Na medida em que o Sul da Ásia avança para fechar essa lacuna, a África Subsaariana é a única região onde as mulheres ainda não alcançam a mesma taxa de matrícula na graduação que os homens. No entanto, em muitos países, apesar de as mulheres estarem em número maior que os homens entre os graduandos, elas ficam para trás em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (em inglês: Science, Technology, Engineering, and Mathematics – STEM) (RMG 2018, p. 17).

As disparidades de gênero na aprendizagem e habilidades variam de acordo com a disciplina e ao longo do tempo. No caso da matemática, as meninas mostram uma desvantagem clara nos anos finais da escola primária na América Latina e na África Subsaariana, no entanto, o relatório afirma haver uma vantagem das meninas em leitura. A taxa de analfabetismo é maior entre mulheres, a parcela de mulheres no total da população de adultos analfabetos permaneceu em 63%. A parcela de mulheres no total da população de analfabetos jovens é de 57%. A disparidade de gênero persiste na taxa de alfabetização de jovens em três regiões: Norte da África e Ásia Ocidental, Sul da África e África Subsaariana (RMG 2018, p. 20).

Outro ponto preocupante para o documento é o fato da desigualdade de gênero persistir em posições de liderança, pois há muito menos mulheres dirigentes que tomam decisões nos níveis mais altos, também são sub-representadas em cargos de liderança de agências da ONU e de Organismos de ajuda e cooperação e tem representação menor em cargos de liderança política nacional.

As mulheres são sub-representadas em todos os cargos de autoridade no âmbito nacional. Em outubro de 2017, de 193 países da ONU, 11 tinham uma mulher servindo como chefe de estado e 12 tinham uma mulher como chefe de governo. Nos parlamentos, apenas os países nórdicos chegam perto de uma representação igualitária, com as mulheres representando 41% de cada casa do congresso. Em todas as outras regiões, menos de três a cada 10 parlamentares são mulheres: 28,5% nas Américas, 26% da Europa, excluindo-se os países nórdicos, 24% na África Subsaariana, 19% na Ásia, 18% no Pacífico e 17,5% nos Estados Árabes (RMG 2018, p. 24).

A predominância contínua de homens em posições de tomada de decisões, limita as vozes das mulheres e sua capacidade de influenciar a concepção de políticas

governamentais a nível internacional, central e local, bem como no nível de escolas e comunidades.

As mulheres também enfrentam barreiras que dificultam o alcance de cargos em direção escolar e universitária por elas. A feminização da força de trabalho docente na maioria dos países é um fenômeno conhecido, mas menos atenção é dada ao desequilíbrio persistente a favor dos homens na gestão educacional e cargos de direção relacionadas. Os dados mostram que nos países da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, as mulheres representam 57% da força de trabalho governamental, ocupando 65% das posições de secretariado, 35% dos gestores de nível médio e 27% dos gestores de alto nível (RMG 2018, p. 26).

Conforme o documento, os dados também revelam que a desigualdade de gênero nos cargos de direção escolares persiste nos países da OCDE.

Na maioria dos países, a parcela de homens entre os diretores é maior do que entre os docentes. Em média, nos países da OCDE, 68% dos docentes do primeiro nível da educação secundária são mulheres, mas as mulheres representam apenas 45% dos diretores. As mulheres são particularmente sub-representadas em alguns países: 39% dos docentes do primeiro nível da educação secundária no Japão eram mulheres, mas apenas 6% eram diretoras escolares. Na Coreia do Sul, as parcelas eram respectivamente de 68% e 13% (RMG 2018, p. 26).

Embora a maioria dos países tenha se comprometido, por meios de tratados internacionais e leis nacionais, a garantir a igualdade e a paridade de gênero, segundo esse relatório, o princípio da igualdade é frequentemente violado mundialmente, sendo assim, para corrigir e agir sob o problema, é importante determinar quem é o responsável por alcançar a igualdade de gênero na educação e esperar que os responsáveis prestem contas de como eles cumprem suas responsabilidades. Para o RMG 2018, alcançar a igualdade de gênero na educação envolve processos complexos e esforços de muitos atores, mas é preciso definir as responsabilizações de cada um.

Para os propósitos desse relatório, ela pode ser entendida como tendo três elementos principais: primeiro, o ator precisa ter responsabilidade claramente definidas; segundo, o ator precisa ter a obrigação de prestar contas de como as responsabilidades têm de ser cumpridas; e terceiro, é preciso justificativa legal, social ou moral para a obrigação de prestar contas (idem, p. 39).

Porém, o relatório ressalva que garantir a igualdade de gênero na educação é uma empreitada coletiva na qual todos os atores – e não apenas o governo, devem trabalhar juntos para cumprir suas responsabilidades. Por exemplo, escolas e docentes não trabalham sozinhos; eles dependem das ações de outros, desde decisões dos

governos até influências sociais, para cumprir suas responsabilidades para com a igualdade de gênero.

Sendo assim, o documento, mais uma vez, ressalta o fato de que os países assumiram e se comprometeram política e juridicamente para alcançar a igualdade de gênero na educação<sup>60</sup>.

Dependendo do tratado, os governos podem ser responsabilizados por meio de uma ou mais formas. Primeiro, partes autorizadas podem ser passíveis de levar denúncias diretamente ao comitê supervisor do tratado. Segundo, o tratado pode exigir que os países reportem ao comitê o progresso para cumprir os compromissos do tratado. Terceiro, durante o processo de revisão do país, terceiros podem fornecer relatórios que melhor informem o comitê (RMG 2018, p. 45).

O documento adverte que a situação é complicada pelo fato de que os governos não são atores uniformes, eles são compostos por muitos setores, departamentos, níveis e autoridades com níveis variáveis, mesmo assim, o relatório conclama para Planos Educacionais que deixem claros seus compromissos com a igualdade de gênero na educação; que garantam a igualdade na matrícula e na frequência; que ofereçam ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos; que elaborem currículos e livros didáticos imparciais; e por fim, afirma que a formação docente pode ajudar a superar preconceitos explícitos de gênero.

#### 4.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PROBLEMÁTICA PARIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO NOS DOCUMENTOS DE EPT

Após percorrer sobre os relatórios subsequentes à pesquisa dissertativa por nós elaborada, exporemos algumas análises sobre o levantamento dos dados quantitativos e qualitativos dos documentos oriundos do Movimento de Educação para Todos expostos, bem como sobre o papel que é destinado à educação, que, nesta forma de sociabilidade conduzida sob a égide do capital, entendemos que cumpre a função de mediadora entre pobreza e igualdade/paridade de gênero. Temos, assim, o intuito de revelar a mistificação que sustenta o discurso presente nos documentos oficiais.

Em primeiro lugar, reafirmamos as análises conclusivas de nosso trabalho dissertativo, que dizem respeito ao caráter ideológico e manipulatório da educação

---

<sup>60</sup> A CEDAW – Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a mulher, é o órgão da ONU que monitora e recebe denúncia sobre a desigualdade de gênero na educação.

usados pelo capital, que passa por uma profunda crise estrutural, como bem explica Mészáros. Para Lima (2014, p. 86),

[...] O capital para sair da crise e se restabelecer como sistema social dominante precisa, a todo custo, ampliar seu campo de atuação, ou seja, buscar novos espaços ou revitalizar os antigos, no sentido de continuar acumulando riqueza para uns poucos indivíduos e inevitavelmente, miséria e pobreza para todo o restante da população. Nesse antagonismo cada vez mais crescente, cresce também a brutalidade, a selvageria e o empobrecimento do gênero humano.

Outro dado conclusivo que gostaríamos de resgatar relata sobre a função que é destinada à educação nessa forma de sociabilidade, que seria a salvadora dos grandes problemas enfrentados não só pelas mulheres, mas também pela humanidade, como a fome, a pobreza, dentre outros. Como expõe Lima (2014, p. 87),

Entendemos que não cabe à educação tal missão, muito pelo contrário, no modo de produção capitalista, onde a sociedade é regida por leis da divisão social de classes, a educação tem a função de disseminar a ideologia machista e patriarcal de que a mulher é um ser inferior ao homem e por isso deve ser oprimida, violentada e explorada, não só pelos homens, mas, também, pelo próprio capital.

Em segundo lugar, é necessário o exame crítico dos documentos de EPT e de seus desdobramentos na educação, que tem, na Conferência de Jomtien, um novo papel estratégico anunciado, o de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e, assim, eliminar a pobreza extrema que assola uma grande parte da população. De acordo com Rabelo *et al*, (2015, p. 17),

Sobre esta intenção de atender as necessidades básicas de educação, fica evidente que as declarações definem como conteúdos, no campo dos valores, das competências, das habilidades e das relações interpessoais, os saberes atitudinais. Nesse quadro, os conhecimentos clássicos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade são postos em segundo plano, adquirindo um caráter instrumental, de uso imediato e contextualizado, de acordo com os interesses dos educandos e da cultura do povo. Assim, recomendam a aplicação dos métodos ativos que, de certa forma, reeditam as concepções pedagógicas instrumentais e pragmáticas, em nome da adequação às necessidades e demandas do mercado.

A educação é convocada, pelo capital, a atender essa demanda, que é relatada nos documentos como crise de aprendizagem, com o intuito de amenizar o caos social que ganha proporções agudas causadas pelo próprio capital, que se encontra em crise econômica de ordem estrutural. A universalização do ensino tem pelo menos 380

anos<sup>61</sup> e, ainda hoje, o capitalismo, com todo seu avanço em diversas áreas, ainda conclama a população ou a sociedade civil e governantes para juntos trabalharem em prol da universalização do ensino, sendo que, como bem relata a autora acima, com o intuito de atender as demandas do mercado.

Em relação ao discurso da universalização do ensino, Rabelo *et al* (2015), observa que,

Ao mesmo tempo em que se propõe a universalização da educação como meta principal em termos mundiais, existem, nas próprias declarações, limites e controvérsias para a abrangência de tal intento. Apesar do discurso atraente e aparentemente “progressista”, percebe-se, claramente, que há uma negação da universalidade da educação, ao reduzir a magnitude de aprendizagem de acordo com as possibilidades e a cultura de cada país. Outro aspecto que nos permite desmistificar a retórica acima se refere à defesa da proclamada universalidade disponível, que exige, como contrapartida, o compromisso dos países envolvidos com os ajustes e as reformas nas políticas educacionais (RABELO *et al* 2015, p. 16).

Esse referido texto de Rabelo, escrito juntamente com Segundo e Jimenez e intitulado “As diretrizes da política de Educação para Todos (EPT): rastreando princípios e concepções”, de 2015, tem como intuito “destacar os princípios e as concepções que vêm balizando as Declarações Mundiais de Educação para Todos que definem e norteiam as diretrizes das políticas educacionais nos países periféricos” (p. 13). Para atingir tal finalidade, as autoras analisam, especificamente, as declarações de Jomtien (1990), Nova Delhi (1993) e Dakar (2000).

As autoras destacam, em síntese, alguns pontos conclusivos dessas três conferências internacionais de EPT:

Primeiro, a reforma educacional dos anos 1990 no Brasil está atrelada à reforma do Estado<sup>62</sup>, que, por sua vez, articula-se à dinâmica do capitalismo na última metade do século XX, marcada por uma crise de caráter estrutural; segundo, nesse contexto, os instrumentos internacionais de Educação, a pedido do grande capital, projetaram uma reforma educacional de largo espectro com base na noção de crise educacional e de sua auto-solução (a educação redimira a si própria); por fim, a crise educacional é entendida como uma defasagem entre as exigências do sistema produtivo e as possibilidades do sistema (RABELO *et al* 2015, p. 26).

---

<sup>61</sup> Fazemos referência à João Amós Comênio (em português), que viveu entre 1592 e 1670 e que ficou conhecido como o pai da didática moderna; entre suas publicações encontra-se a Didática Magna, de 1631.

<sup>62</sup> As autoras destacam uma nota de rodapé, elucidando acerca de como o “Banco Mundial impõe uma reforma gerencial no aparelho educacional do Brasil, pois avalia os países ditos em desenvolvimento como altamente incompetentes na administração pública dos recursos”.

Por fim, um ponto fundamental discutido pelas autoras, o que não poderíamos deixar de relatar aqui, diz respeito ao papel cumprido pelo Banco Mundial, que, a partir da Conferência de Jomtien (1990), passa a cumprir o papel de gerenciador entre a educação e os interesses do capital,

O fortalecimento das alianças constitui-se uma estratégia do Banco Mundial, articulador maior da agenda do capital, de delegar para a sociedade a função de gestora das políticas públicas da educação, retirando o provimento dos recursos por parte do Estado. Este Banco apresenta, ao contrário, um projeto de sociedade solidária e planetária, de possível realização nos países periféricos, bastando, para tanto, efetuar as reformas institucionais e atender às necessidades básicas educacionais (RABELO *et al* 2018, p. 25).

É perceptível o interesse do capital em universalizar, investir e ampliar a educação escolar através do Movimento de Educação para Todos; contudo, entendemos esse interesse como uma faceta do próprio capital ou como uma tentativa de garantir um retorno econômico futuro, com indivíduos mais ou menos qualificados, que possam constituir uma força de trabalho empregada.

Talvanes Eugênio Maceno (2011) alerta para o que ele chama de “emblemático fetichismo realizado pela educação” (p. 159). O autor, em sua obra “Educação e universalização no capitalismo”, assevera que,

Especialmente no setor de serviços, a escolaridade mínima exigida é muito superior às necessidades de desempenho das funções que serão exercidas. Desse modo, a educação escolar torna-se um elemento potencial de aumento de chances para a conquista do escasso e precarizado emprego. Em consequência, o desemprego passa a ser justificado, no plano das ideias, como falta de qualificação necessária dos indivíduos para as oportunidades e postos de trabalho abertos (TALVANES, 2011, p. 159).

Ainda segundo esse autor, não houve a eliminação da desigualdade das condições de acesso ao saber formal, mesmo em países cuja universalização foi mais ampla, pois, para que isso acontecesse, o autor afirma que,

Ora, universalizar plenamente a educação no capital, implicaria realizar tarefas que estão fora da escola, como garantir a universalização da alimentação, da habitação, do vestuário, da saúde pública, do trabalho. Se estas questões elementares do homem não são, integralmente, satisfeitas, quer dizer, se o acesso a elas é desigual, como se pode garantir a igualdade da educação? (TALVANES, 2011, p. 130-131).

Outra indagação levantada por Talvanes (2011, p. 131) e que merece destaque e reflexão: “É possível realizar uma autêntica universalização da educação, sem a efetiva universalização da riqueza material?”. Como já exposto nos capítulos anteriores, a lógica de acúmulo capitalista é desigual, desumana, antagônica e causadora

de uma barbárie entre os indivíduos competitivos por um emprego muitas vezes precarizado e mal remunerado. Nesse sentido, a educação cumpriria a função de aliviar e amenizar os danos causados por essa concorrência, responsabilizando os indivíduos por sua busca por capacitações e qualificação, assim como lhes atribuindo seus fracassos e seu desemprego.

O capitalismo assenta-se na propriedade privada, na divisão sexual do trabalho, na extração de mais-valia e na hierarquia entre dominadores e dominados. A intenção do capital em universalizar a educação nada mais é do que uma forma de continuar acumulando fortuna em um contexto de crise estrutural, seja agora ou em um futuro próximo.

Talvanes defende que “a educação formal escolar no capitalismo é essencialmente capitalista” (idem, p.131),

Para ser mais claro, a educação, no conjunto da totalidade social capitalista, não pode atuar de outra maneira que não seja favoravelmente à reprodução social da sociedade do capital, pois é a esfera da economia que tem prioridade ontológica sobre as demais esferas sociais. Por isso, não há como instituir outra educação que não seja aquela que a reprodução social exige (idem, *ibidem*).

A citação de Talvanes elucida bem a função da educação em um modelo de sociabilidade alavancado pela propriedade privada e na divisão social de classes. Nas palavras de Ivo Tonet, em seu artigo Educação e Formação Humana, a educação é arrancada de sua natureza ontológica pelo capital, para o autor, “Cabe a ela, aqui conceituada num sentido extremamente amplo, a tarefa de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano” (TONET, 2008, p. 91).

No mesmo sentido, o autor ainda comenta que “Com a entrada em cena da sociedade de classes, também a educação foi, por assim dizer, “sequestrada”, isto é, organizada, em seu conteúdo e em seus métodos, de modo a atender os interesses das classes dominantes” (idem, *ibidem*). A educação é uma importante ferramenta para a formação dos indivíduos, porém, na sociedade de classes, ela cumpre o papel de reprodutora dos interesses e valores da classe dominante. Portanto, podemos afirmar que o discurso de que a educação será a salvação das mazelas que afligem a humanidade, e que, aliás, são causados pelo próprio capital, não passa de uma falácia.

Com efeito, reafirmamos, em consonância com Lima (2014, p. 77), que não cabe à educação tão grandiosa tarefa, a de fazer um pequeno ato e obter grandes

resultados, por mais magnífico e utópico que seja o ato de ensinar, o papel da escola e do professor. Deste modo, nos posicionamos a favor de Jimenez e Mendes Segundo (2007, p. 15), quando as autoras expõem,

Ontologicamente derivada do complexo do trabalho, a educação – a exemplo da política, ou da cultura – não pode, porém, ocupar o papel de primeira força transformadora da realidade social, ainda que se preste formidavelmente, ao projeto de manutenção da ordem, adaptando as consciências e habilitações dos indivíduos às prerrogativas do mundo da mercadoria (JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2007, p. 15).

A educação não é a cura para as mazelas que arruinam e devastam o mundo. Tais enfermidades que afetam o planeta existem em decorrência do modo de produção vigente, que lucra e acumula suas riquezas sobre o alicerce da exploração, da opressão, da destruição ecológica e das relações humanas, do desemprego, da fome, das guerras. Está na raiz do capitalismo tanto a produção dos malefícios supracitados como de benefícios como a admirável produção tecnológica e científica produzida por homens e mulheres; eis uma contradição própria do capital, como assevera Tonet (2007, p. 49),

Uma ordem social que, tendo alcançado a possibilidade de criar riquezas capazes de satisfazer as necessidades de todos, vê-se impossibilitada de atender essa exigência. E que, para manter-se em funcionamento, precisa impedir, de maneira cada vez mais aberta e brutal, o acesso da maior parte da humanidade à riqueza social. Em vez de impulsionar a humanidade no sentido de uma elevação, cada vez mais ampla e profunda, do seu padrão de ser (ontológica e não apenas material e empiricamente entendido), o que se vê é uma intensa e crescente degradação da vida humana (TONET, 2007, p. 49).

Constatamos, tanto em nossa pesquisa dissertativa quanto nesta doutoral, que não cabe à educação resolver os problemas que não se originaram a partir dela. Como já exposto anteriormente, a opressão contra a mulher está relacionada à própria engrenagem da sociedade dividida em classes, com a propriedade privada e a família monogâmica. No modo de produção capitalista, como relatado no terceiro capítulo – sobre a divisão sexual do trabalho –, revelamos que há uma intensificação e agudização sobre o trabalho feminino e conseqüentemente, sob as operárias, em relação a sua mão-de-obra e a dupla jornada de trabalho. Entendemos que devemos examinar com cuidado as mediações e a complexidade da relação entre educação e a paridade/igualdade de gênero tratada nos referidos documentos, de forma para não cairmos na aparência fenomênica da temática, o que nos levaria ao erro de acreditar que a educação é a salvação dos problemas sociais que assolam a humanidade.

A partir do levantamento e mapeamento documental oriundo do Movimento de Educação para Todos, fica clara a ideia da conexão entre a educação como redentora da condição feminina e o complexo educacional como a solução primordial para os problemas enfrentados pelas mulheres no mundo inteiro. Os documentos, de forma geral, atestam para o fato de que ainda há muito a ser feito para a tão propalada paridade e igualdade de gênero, o que inicialmente seria alcançado no ano 2000, depois 2015, e, no caso brasileiro, em 2022 – ano em que se comemorará o bicentenário da Independência do Brasil. Agora foi definido o ano 2030 para enfim, ser alcançada a erradicação da pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, promover o bem-estar para todos, em todas as idades, alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, e, assim, realizar todos os 17 ODS.

Resgatando a indagação supracitada de Talvanes, “É possível realizar uma autêntica universalização da educação, sem a efetiva universalização da riqueza material”? Redefinimos a indagação do autor: É possível a igualdade entre homens e mulheres sem a universalização da riqueza material?

Se a educação, nesse modelo de sociabilidade, é utilizada como atributo para impulsionar o crescimento econômico, com a finalidade de gerar mais força de trabalho e aumentar ainda mais o exército de reserva, com o intuito de produzir mais riqueza material, será que, a intenção do capital é a distribuição igualitária dessa riqueza entre os indivíduos de todas as classes e sexo?

Repare que não estamos falando em emancipação das mulheres, o que implicaria em uma análise mais complexa, pois, a priori, entendemos que a emancipação das mulheres<sup>63</sup> não é possível sem a emancipação de toda a classe trabalhadora das amarras do capital. Falamos, isso sim, em igualdade entre homens e mulheres, em todas as esferas, seja na política, social, educacional, jurídica e, principalmente, na grande indústria, com salário igual para trabalho igual. Como se discutiu no segundo capítulo dessa pesquisa, diríamos que é praticamente impossível que os capitalistas renunciem a sua extração de mais-valia sobre o trabalho feminino.

Um ponto importante a ser discutido e sobre o qual nos deteremos com mais atenção é a relação entre a educação e igualdade de gênero presente nos documentos de

---

<sup>63</sup> “O proletariado não pode lograr a liberdade completa sem conquistar a plena liberdade da mulher” (LENIN, 1980, p. 80).

EPT e a divisão sexual do trabalho – sob o argumento utilizado pelo próprio capital que justifica, dentre vários motivos, que a precarização do trabalho feminino se dá pelo fato destas serem menos qualificadas e capacitadas que os homens.

Helena Freres e Jackline Rabelo, em seu artigo “Educação, Desenvolvimento e Empregabilidade: o receituário empresarial para a educação no Brasil”, publicado no livro “O Movimento de Educação para Todos e a crítica Marxista de 2015”, tratam da inserção dos empresários na educação brasileira a partir da década de 1970.

As autoras apresentam qual o conceito de educação defendido pelos organismos internacionais e sua conexão com o desenvolvimento, utilizando um discurso proferido por uma representante do Brasil na UNESCO no Telecongresso Educação, Desenvolvimento e Competitividade, sediada em Paris, em 2007.

[...] o “acesso à educação é muito importante. É importante para qualificar as pessoas para a vida, para a atividade laboral. É importante para o conhecimento, para a empregabilidade” e “não paro o emprego” [...] para uma pessoa superar a pobreza, necessita de, no mínimo, 12 anos de educação. “Somente dessa forma é que uma pessoa terá uma participação plena e proativa na vida social”, afirma. Lembremo-nos de que 12 anos correspondem ao mínimo de ensino que deve ser oferecido às populações do “Grupo dos ricos”, os países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (FRERES e RABELO, 2015, p. 61). (Grifos das autoras)

Para as autoras, fica claro esse modelo de educação voltado para a empregabilidade, o empreendedorismo e para se saber lidar com as situações postas pelo cotidiano e resolvê-las de forma criativa (idem, p. 61). Freres e Rabelo ainda afirmam que,

O objetivo do capital é a acumulação ampliada, não importando nem que bilhões de seres humanos em todo o planeta sejam jogados na mais absoluta miséria nem muito menos que os recursos naturais sejam esgotados. Nos marcos do capitalismo, sobretudo no contexto histórico da crise atual que agudiza a barbárie, a educação, complexo fundado pelo trabalho, é considerada como a causa das desigualdades sociais, uma estratégia muito bem arquitetada pelo capital e seus apologetas porque esconde a gênese dos problemas que assolam a humanidade, desarmando teoricamente a classe trabalhadora quanto ao entendimento e à crítica do segredo da acumulação do capital; a produção do valor e da mais-valia (FRERES e RABELO, 2015, p. 62).

O capital não mede esforços para garantir a extração de mais-valia e sua acumulação, nem que, para isso, seja destruída uma grande quantidade de força de trabalho – caso das Grandes Guerras –, que bilhões de pessoas vivam na mais absoluta

miséria, que milhões morram de fome, que o meio ambiente seja destruído. Enfim, conforme Freres e Rabelo (2015, p. 64), “O capitalismo é absolutamente incapaz de respeitar os seres humanos” (apud Mészáros, 2006, p. 43).

Na já mencionada reestruturação capitalista e segundo os ditames impostos pelo capital para que a classe trabalhadora seja qualificada, pró-ativa, empreendedora, que vista a camisa da empresa e que seja capaz de resolver qualquer tipo de problema, é fundamental que se tenha um modelo educacional capaz de formar esse trabalhador e trabalhadora. Freres e Rabelo (2015, p. 64), relatam que,

A necessidade de atualizar-se constantemente é imposta porque, na chamada pós-modernidade, na qual se apregoa a tese da “sociedade do conhecimento”, o trabalhador é chamado a *aprender* sempre, porque o mundo está sempre mudando, e o mundo do trabalho acompanha essas mudanças. No entanto, esse aprender é sempre a mesma coisa: ler, escrever, fazer cálculos matemáticos (simples). (Grifos das autoras)

Por fim, as referidas autoras reafirmam a forma como esse modelo de educação é desenhado pelo capital, a fim de atender suas necessidades,

Esse envolvimento dos empresários com a educação pressupõe uma “formação humana” voltada para o mercado de trabalho, postulando a ideia de que, no capitalismo, sobretudo, a partir do pós-segunda guerra, a humanidade teria chegado ao fim da história, portanto, poderia cantar o réquiem das ideologias e da luta de classes. De acordo com essa falsa ideia, teria chegado o momento para repensarmos a nossa própria história, pois as grandes transformações pelas quais o mundo vem passando suplantaram a sociedade baseada na apropriação do tempo do trabalho alheio, porque a riqueza é produzida por todos (FRERES e RABELO, 2015, p. 66).

Assim, diante do que foi exposto até aqui, podemos assegurar que o modelo educacional empregado pelo capital, com o intuito de formar os operários para o mercado de trabalho sob a égide da reestruturação do capital que se encontra em uma crise de ordem estrutural, é o mesmo que está desenhado nos documentos do Movimento de Educação para Todos. Podemos afirmar, também, que as consequências dessa conjuntura recaem de maneira mais severa sobre os ombros das mulheres, pois, além de ocuparem os cargos com piores remunerações, estão presas às atividades domésticas e às determinações culturais e sociais relacionadas a seu sexo.

Iremos agora, demonstrarmos alguns dados que foram levantados pelas autoras já citadas antes, Hildete Pereira de Melo e Débora Thomé, no livro *Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores*, de 2018, que dizem respeito as mulheres e o acesso e permanência no âmbito educacional.

As mulheres são hoje 50% das crianças da pré-escola, 53% das estudantes do ensino médio, 57% do ensino superior e 56% das alunas em mestrado e doutorado. Durante o processo escolar, muitos meninos vão deixando a escola, muitas vezes pela concorrência do mercado de trabalho, ou mesmo por desinteresse, já as mulheres seguem com a formação. Entre as moças, um dos principais motivos para interromper o ciclo de estudos é a gravidez na adolescência (MELO e THOMÉ, 2018, p. 96).

As autoras relatam que, o meio científico na aurora do século XXI, permanece como um reduto do sexo masculino, seja no mundo, seja no Brasil. “Isso porque a ciência e a prática científica têm sido, no decorrer do tempo, marcadas pelo sexismo e androcentrismo. As conquistas científicas são sempre creditadas ao gênio masculino” (idem, p. 101). Numa relação com a perspectiva de gênero homens e mulheres ainda apresentam diferenças em relação à escolha das carreiras.

Algumas mantiveram um predomínio masculino, como as engenharias civil, elétrica, mecânica, além das ciências da computação e ciências agrárias. Outras apresentaram predomínio feminino, como letras, serviço social, pedagogia, psicologia, enfermagem. Administração, direito e medicina tendiam ao equilíbrio (MELO e THOMÉ, 2018, p. 97).

Melo e Thomé (2018), mostram que houve avanços femininos na ciência brasileira, segundo os dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq),

Em 2001, as mulheres respondiam por 48% das bolsas, atingindo a paridade em 2010. Melo e Lastres (2006), ao analisar as mesmas informações para os anos 1990, mostraram que a taxa de participação feminina, em 1991, foi de 39,7%. Em 1999, a taxa de participação feminina havia crescido para 45,6%. Isso significa que, nos últimos 20 anos, a participação das mulheres no sistema de ciência e tecnologia nacional só tem se ampliado (ver também Melo, 2010). Em março de 2017, a pesquisa *Gender in the global research landscape* mostrou que, no Brasil, as mulheres publicam quase a metade do total dos artigos científicos (MELO e THOMÉ, 2018, p. 1003).

Contudo, segundo as mesmas autoras, ainda há uma disparidade quanto as escolhas profissionais relacionadas ao nível educacional superior, que demonstra uma continuidade do sexismo presente na sociedade brasileira. “Talvez as mulheres tenham ainda dificuldades para escolher profissões para as quais não tenham sido socializadas” (idem, p. 101), e também, como já foi demonstrado no capítulo 3, a relação entre trabalho doméstico – de exclusividade feminina – e o trabalho no mercado de trabalho, são, praticamente, difíceis de conciliar pelas mulheres, por razões já discutidas anteriormente, bem como, a relação – trabalho doméstico, educação e trabalho fora do lar.

Por fim, as autoras relatam que, “A construção da ciência no Brasil tem, desde seus primórdios, a presença silenciosa das mulheres”, e que, “A superioridade feminina na educação esbarra na misoginia do mercado de trabalho” (MELO e THOMÉ, 2018, p. 105), segundo as autoras,

As áreas gerais de formação, nas quais as mulheres de mais de 25 anos ou mais de idade têm maior participação, como educação (83%) e humanidades e artes (74,2%) são aquelas que apresentam os menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas. E em nenhuma delas a mulher recebe rendimentos iguais ou superiores ao do homem (Estatística de Gênero, IBGE, 2014:2016). A desigualdade de gênero foi reduzida no acesso e no processo educacional, mas a sociabilidade entre as pessoas ainda é marcada pelas diferenças e, provavelmente, isso ainda molda o comportamento das meninas, moças e mulheres... e o dos homens (MELO e THOMÉ, 2018, p. 105- 106).

O nível de escolaridade das mulheres tem crescido nas últimas décadas em relação ao dos homens, que tem diminuído, como se pode observar nos dados mencionados; apesar disso, o rendimento salarial das mulheres ainda é menor que o dos homens. Essa realidade sobre o nível escolar das mulheres ser, em muitos casos, maior do que o do homem, não impede que ocorram situações em que, ocupando o mesmo posto de trabalho em uma mesma empresa e mesmo tendo maior escolaridade do que o seu colega homem, as operárias recebam um salário menor.

Se, no que diz respeito ao acesso à educação, a realidade das mulheres tem se modificado, o mesmo não pode ser dito quanto à sua integridade física, parte fundamental do processo de dignificação humana. Dessa forma, um dado alarmante que não poderíamos deixar de citar em nossa pesquisa, diz respeito ao número de assassinatos de mulheres no Brasil, cometidos até março de 2019, a maioria dos casos são caracterizados como feminicídio, ou seja, os assassinatos foram cometidos por marido ou ex-marido, companheiro ou ex-companheiro, ou ex-namorado, da vítima.

Segundo uma nota<sup>64</sup> publicado pelo Sindicato Nacional do Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, em 8 de março de 2019, data esta onde se comemora o dia Internacional da Mulher, o sindicato afirma que “A luta contra o feminicídio e pelo fim da violência contra a mulher é uma das principais pautas deste 8 de março”.

Apenas em janeiro desse ano, 119 mulheres morreram e 60 sofreram tentativas de feminicídio no Brasil. Os dados foram apurados com base nos casos

---

<sup>64</sup> Disponível em: <http://www.andes.org.br/conteudos/noticia/numero-de-femicidios-aumenta-em-20191>

divulgados na imprensa. Considerando os casos noticiados em fevereiro, o número de feminicídios ultrapassa 200 vítimas. Segundo a nota, 71% dos crimes foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros das mulheres assassinadas. Armas brancas foram usadas em 41% dos crimes, enquanto armas de fogo representam 23% dos casos. Do total de casos, 47% aconteceram dentro da casa da vítima.

A nota também chama a atenção ainda para a conjuntura que elegeu o presidente Jair Bolsonaro, num processo eleitoral pautado por discursos de ódio. Esse 8 de março é um ano 'sui generes' porque se realiza em um contexto de aprofundamento dos ataques à classe trabalhadora, em especial às mulheres e aos setores chamados de oprimidos da sociedade, tendo em vista o discurso de ódio que possibilitou que determinado candidato chegasse à Presidência da República. Esse discurso de ódio continua rondando a sociedade e paira sobre nós encontra apoio no discurso oficial, não é algo velado. É um discurso explícito e incentivado. Esse é um elemento novo do momento em que vivemos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão de literatura feita por nós no segundo capítulo sobre as origens da opressão/exploração das mulheres, assim como, a discussão sobre o método marxista e a questão feminina analisados neste trabalho, podemos afirmar que a ideologia que coloca a mulher como um ser inferior ao homem, quase que exclusivamente pelo fato de esta ser mulher, é um mecanismo utilizado pelo capital para justificar a condição de violência, opressão e exploração sofrida por esta.

Com o surgimento da propriedade privada e com um novo modelo de organização familiar, oriundo do casamento monogâmico, a divisão sexual do trabalho torna-se indispensável para a consolidação do patriarcado e posteriormente para a materialização da divisão de classe. Sendo assim, a mulher ver seu trabalho no espaço doméstico perder seu valor social e político, tornando-se, inclusive, um trabalho sem relevância.

No terceiro capítulo discutimos acerca da divisão sexual do trabalho na esfera produtiva e na esfera reprodutiva e suas implicações no trabalho feminino. Observamos que a divisão sexual do trabalho é uma expressão da divisão social do trabalho, que já existia na sociedade primitiva, no entanto, não era baseada numa superioridade de um sexo sobre o outro, pelo contrário, o trabalho feminino era tão importante quanto o masculino.

No quarto capítulo apresentamos um resumo de um capítulo de nossa dissertação, onde é realizado um mapeamento dos documentos do Movimento de Educação para Todos, com a finalidade de prosseguir com esta pesquisa documental, acerca dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que agora são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com enfoque no 5º objetivo: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Tal mapeamento documental revela que são as mulheres o setor mais precarizado quanto a pobreza, analfabetismo e acesso à educação. As políticas públicas que se originam da EPT demonstram ineficácia na real condição de vida de milhares de mulheres, que ainda vivem abaixo da linha da pobreza. Os relatórios também evidenciam a função de excelência que deve ser desempenhada pela educação no combate à pobreza, a fome, as desigualdades sociais e de gênero, dentre outras mazelas que atingem a sociedade na atualidade.

Compreendemos que o cerne da opressão e da exploração feminina está no advento da propriedade privada, juntamente com a consolidação da família monogâmica e na divisão da sociedade em classes, no qual assenta-se o modo de produção capitalista, sendo assim, não cabe a educação resolver os problemas que são próprios desse modelo de produção, pois ao mesmo tempo que ele gera riqueza, também produz pobreza e desigualdades.

Relegada a ser, a partir de agora, uma escrava do lar e servidora da luxúria do homem, a mulher, passa a ser vista, também, como inferior ao sexo masculino. As tarefas domésticas passam a ser, exclusivamente, de responsabilidade feminina, dessa forma, há uma “naturalização” por parte das mulheres para esse tipo de atividade ou uma “essência feminina” que junto com “aptidões”, almejam um casamento, um marido, filhos e um lar. Assim, se constrói toda uma ideologia em torno do papel da mulher na sociedade de classes – subordinada, submissa e depende do trabalho do homem – pois, o sexo masculino ocupa, por excelência, a esfera da produção, já que a esfera da reprodução é de exclusividade feminina.

O processo de industrialização do capital, iniciado no século XVIII, forneceu à mulher a possibilidade de seu trabalho voltar a ter valor produtivo e social, no entanto, a abertura das fábricas para as mulheres significou: trabalhos mal remunerados; subcontratação; condição de trabalho em ambientes insalubre; doenças; acúmulo das tarefas domésticas; desse modo, entendemos que a divisão sexual do trabalho promove uma dupla jornada de trabalho feminino. A feminização do mercado de trabalho, ainda hoje, não exprimiu uma conquista das mulheres na esfera produtivo com trabalho assalariado, pelo contrário, como percebemos, quem realmente ganhou e lucra com o trabalho das mulheres, são os capitalistas.

Deslocado da esfera produtiva, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres dentro de casa, só serve ao homem: que tem comida feita; roupa lavada; casa limpa; crianças, se for o caso, limpas, alimentadas e com a tarefa da escola feita; não cabendo ao homem, responsabilização nenhuma com as tarefas do lar, e serve ao capitalista, que ao empregar o trabalhador e esse ser o provedor principal da família, não tem que garantir creches, lavandarias, restaurantes populares e nem tem nenhuma obrigação econômica com as atividades realizadas pela esposa de seu empregado. É um trabalho realizado gratuitamente e empobrecedor para as mulheres. A inserção da

mulher no mercado de trabalho, não significou sua ruptura com sua responsabilização com as tarefas domésticas.

É bem verdade que houve avanços, principalmente no que diz respeito ao acesso à educação básica e superior, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho e autonomia financeira. Contudo, ainda estamos longe de termos condições igualitárias, tanto na permanência, pois vivenciamos o duelo entre conciliarmos tarefas domésticas com o trabalho fora de casa, bem como na obtenção de remunerações igualitárias entre os dois sexos para as mesmas funções.

O capitalismo não avança, ou melhor, está impedido de avançar, na questão da igualdade plena entre homens e mulheres, o que faz com que, em pleno século XXI, as mulheres continuem sendo vítimas de agressões físicas, psicológicas e morais, não só de seus companheiros e familiares, mas também pelo próprio capital, que se apropria do seu sexo com o intuito de explorar e acumular ainda mais riqueza material, colocando-a em postos de trabalho mais precarizado e mais mal remunerado.

Desse modo, entendemos que a luta da mulher contra todo o tipo de opressão, a luta, em suma, por sua emancipação, se dá no mesmo campo da luta dos trabalhadores. É no palco da luta de classes que se trava sua tarefa maior. Como já afirmamos, a propriedade privada e a família monogâmica, são as partes estruturantes que sustentam o capital. Assim, é somente com a superação dessa forma de sociedade que as palavras igualdade e emancipação se tornarão efetivas e plenas de sentidos, conduzindo homens e mulheres para outra forma de sociabilidade. Apoiando-nos na teoria marxista, apontamos que a completa emancipação daqueles que com seu trabalho sustentam os privilégios e garantem os lucros da classe burguesa, só será possível em outro modo de produção, o qual defendemos aqui, o socialismo.

## REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **A dialético do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdade: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (Org.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão sexual e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

\_\_\_\_\_. **Carta para Joseph Bloch**. 21-21 de setembro de 1890. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Acesso em: 01/02/2018.

\_\_\_\_\_. **Carta a Conrad Schmidt**. 05 de agosto de 1890. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/08/05.htm>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (Org.). ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FRERES, Helena; RABELO, Jackline. Educação, Desenvolvimento e Empregabilidade: o receituário empresarial para a educação no Brasil. In: **O movimento de Educação para todos e a crítica marxista**. RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, M<sup>a</sup> das Dores Mendes (Orgs.). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

FROMM, Erich. **O conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2012.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada.** São Paulo: Sundermann, 2007.

LEHER, Roberto. Em novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, São Paulo, n 1, p. 19-30, 1999.

LENIN, Vladimir I. **Sobre a emancipação da mulher.** São Paulo: Alfa-ômega, 1980.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** Ijuí: Unijuí, 2007.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Cristiane, M. A. **A opressão contra a mulher e a educação:** uma análise classista do discurso do capital. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Ceará. 2013. 93 f. Disponível em: <[http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/dissertacao\\_cristiane\\_abreu\\_lima.pdf](http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/dissertacao_cristiane_abreu_lima.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **Textos escolhidos.** São Paulo: Unesp, 2011.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e universalização no capitalismo.** São Paulo: Baraúna, 2011.

MÁRKUS, György. **Marxismo e antropologia:** o conceito de essência humana na filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista e Princípios do Comunismo.** São Paulo: Sundermann, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN V. **Sobre a mulher.** São Paulo: Global, 1979.

MELO, Hildete Pereira de Melo; THOMÉ, DÉBORA. **Mulher e Poder: Histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Disponível em: <[http://revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4\\_02.pdf](http://revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_02.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORGAN, L. H. A família antiga. In: CANEVACCI, Massimo (Org.). **Dialética da família: Gênese, estrutura, e dinâmica de uma instituição repressiva**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

NETO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório conciso de gênero: cumprir nossos compromissos com a igualdade de gênero na educação**. 2018. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264535>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório conciso de Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios**. 2015. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232565\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232565_por)>. Acesso em: 29 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório conciso de Educação para Todos 2013-2014: ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos**. 2014. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/single-view/news/efa\\_global\\_monitoring\\_report\\_2013\\_2014\\_in\\_brasilia/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/single-view/news/efa_global_monitoring_report_2013_2014_in_brasilia/)>. Acesso em: 29 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. 1990. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por)>. Acesso: 29 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **O Marco de Ação de Dakar: atendendo nossos compromissos coletivos**. Dakar: Cúpula Mundial de Educação, 2000. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127509>>. Acesso em: 29/04/2018.

\_\_\_\_\_. **Declaração do Milênio.** 2000. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>> Acesso em: 29 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Gênero e educação para todos: o salto rumo à igualdade, relatório de acompanhamento global de Educação para Todos,** 2003. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132480>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório de monitoramento de Educação para Todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?** 2015. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000159294>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Combater a violência baseada em gênero: uma chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** 2005. Disponível em: <[https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-combating\\_gbv\\_por.pdf](https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-combating_gbv_por.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher.** 1979. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>>. Acesso: 29 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher.** 1995. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.** 1994. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>> Acesso em: 29 jan. 2018.

PENA, M<sup>a</sup> Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEÑA, Milcíades. **O que é marxismo?** Notas de iniciação marxista. São Paulo: Sundermann, 2014.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher?** Disponível em: <<http://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PLEKHÂNOV, G. **Os princípios fundamentais do marxismo.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, M<sup>a</sup> das Dores Mendes. As diretrizes da política de Educação para Todos (EPT): rastreando princípios e concepções. RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, M<sup>a</sup> das Dores

Mendes (Orgs.). **O movimento de Educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Sundermann, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2019.

STABILE, Carol A. Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do abismo. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Orgs.). **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. Disponível em: <[https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes\\_de\\_genero/cecilia\\_marxismo\\_o\\_genero\\_nos\\_une.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/cecilia_marxismo_o_genero_nos_une.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Sundermann, 2008.

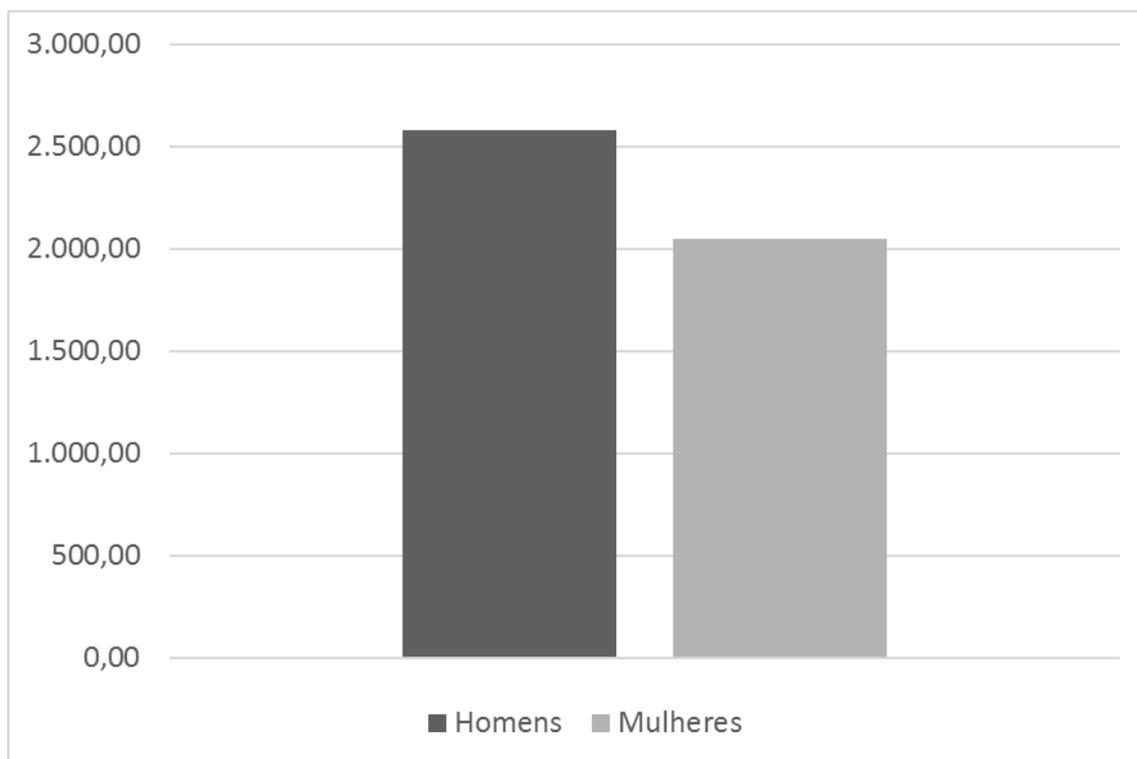
\_\_\_\_\_. **Gênero e classe**. São Paulo: Sundermann, 2017.

TONET, Ivo. Ética e Capitalismo. In: JIMENEZ, Susana; CARMO, Maurilene do (Org.). **Contra o pragmatismo e a favor da Filosofia da práxis**: uma coletânea de estudos classistas. Fortaleza: Uece, 2007.

\_\_\_\_\_. Educação e Formação Humana. In: JIMENEZ, Susana; SANTOS, Deribaldo dos; OLIVEIRA, Jorge Luís de (Orgs.). **Marxismo, Educação e Luta de Classes**: Trabalho, Educação e Formação Humana. Fortaleza: Uece, 2008.

**ANEXOS**

ANEXO A - Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas por sexo – 2018.



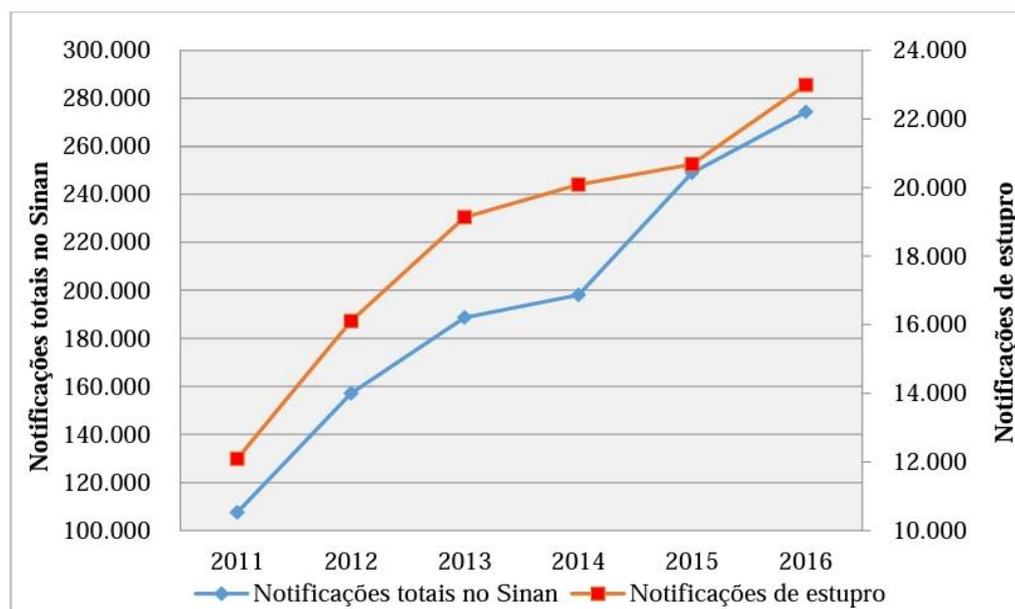
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

ANEXO B - Média de horas dedicadas a afazeres domésticos e cuidado de pessoas por sexo.

Homem ocupado	10,3 horas
Mulher ocupada	18,5 horas
Homem não ocupado	12,0 horas
Mulher não ocupada	23,8 horas

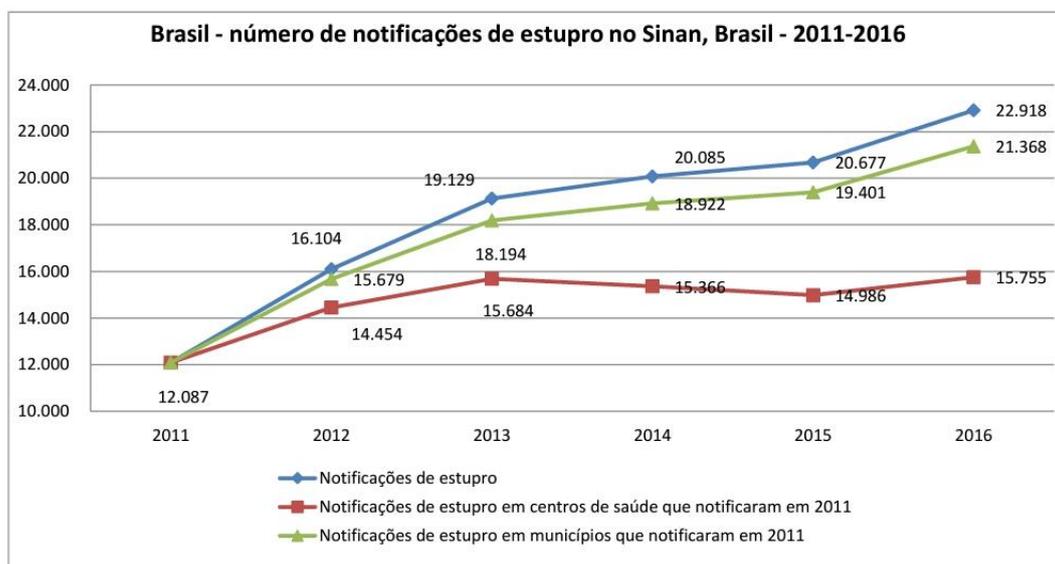
Fonte: Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

## ANEXO C - Brasil: números de notificações de violências e de estupros - 2011 a 2016.



Fonte: Microdados do Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

## ANEXO D - Brasil: número de notificações de estupro no Sinan - 2011 a 2016.



Fonte: Microdados do Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.